



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 051 - TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella		LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2006-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 No Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 3 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 33ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, dia 31 de março do corrente, sem que tenha sido interposto recurso regimental para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional. O projeto vai à promulgação. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e a CMO.

10745

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 30 de março de 2006, e publicada em 31 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 288, de 2006, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.*.....

10745

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006 (nº 4.559/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.

10746

1.2.3 – Ofício

Nº 90/2006, de 3 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, referente à nova composição dos membros suplentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10765

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Anúncio de que a Petroquisa não vai concretizar troca de ações com a Braskem, o que é benéfico para a economia gaúcha, assim como para os pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul. Leitura de documento recebido de diversas associações de auditores fiscais manifestando preocupação com projeto que trata do “Super-simples”.

10765

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Comentários sobre notícias veiculadas pela mídia a respeito do Ministério da Saúde. Apelo ao governo no sentido de que não leiloe o cargo de Ministro da Saúde, tendo em vista a situação da saúde em todo o País.

10770

SENADOR MÃO SANTA – Posse do ex-Senador Francisco Escórcio na Câmara Federal.

10771

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Registro da iniciativa de jovens adventistas gaúchos de promover a campanha “Mais Vida”, de doação de sangue. .

10772

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre matéria publicada no jornal **A Gazeta**, sobre a entrada do Amapá na rota dos crimes de pedofilia pela Internet.

10774

SENADOR TIÃO VIANA – Justificação de requerimento em que solicita voto de pesar pelo falecimento da Drª Vanize de Oliveira Macedo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da UnB e Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical.

10775

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 363, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Drª Vanize de Oliveira Macedo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da UnB e Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical.

10784

Nº 364, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres e outros Srs. Senadores, solicitando seja marcada sessão especial em homenagem à Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher eleita para Presidenta da República do Chile, por ocasião de sua visita a esta Casa no próximo dia 11 de abril.

10784

Nº 365, de 2006, de autoria Senador Alvaro Dias, solicitando informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República..... 10784

Nº 366, de 2006, de autoria Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista, escritor e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento do livro *A Mulher é Amar*. 10785

Nº 367, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, especialmente aos seus cientistas que desenvolveram modificações genéticas no mosquito da malária, eliminando neles a capacidade de transmitir a moléstia. 10785

Nº 368, de 2006, de autoria Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão, pela criação do Prêmio José Aprício Vilela, destinado a selecionar, anualmente, os cinco municípios brasileiros com destaques positivos nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, saúde e educação..... 10786

Nº 369, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a convocação do senhor Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa..... 10786

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre sugestões do PT ao Relatório Final da CPMI dos Correios. Registro da formatura de 1200 jovens de áreas de risco da grande Florianópolis, que participaram do programa “Consórcio da Juventude”. 10786

SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de nota recebida do Ministério da Justiça, sobre o episódio da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. 10788

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Alerta ao governo federal sobre a crise que se abate sobre o campo, uma vez que o Banco do Brasil transferiu a dívida dos agricultores do Paraná para a Receita Federal..... 10789

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 11 do corrente, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, no plenário do Senado Federal, destinada a recepcionar a Presidente da República do Chile, Senhora Michelle Bachelet, que estará em Brasília, em visita de Estado, a convite do Senhor Presidente da República. 10792

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÉSAR BORGES – Críticas sobre a viagem do Presidente Lula à Bahia e questionamentos sobre inauguração de obras de que Sua Excelência participou no Estado. 10792

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Preocupação com o Relatório final da CPMI dos Correios, e a intenção do governo de não aprová-lo. 10801

SENADOR MÃO SANTA – Registro de participação nos festejos dos 100 anos da primeira Loja Maçônica Parnaibana, em Parnaíba. 10802

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre declarações do Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, a respeito do Presidente Lula, ao afastar-se do cargo. Justificação de requerimento que encaminhará à Mesa, solicitando o comparecimento do Ministro da Justiça ao Senado para prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa. 10804

SENADOR EFRAIM MORAIS – Escândalos e a crise ética do governo Lula. Informação de que a CPMI dos Bingos investigará a participação do Ministro da Justiça na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. 10820

SENADOR LEONEL PAVAN – Infra-estrutura do transporte marítimo de cargas no País, o custo do frete, a inadequação da estrutura portuária, a mão-de-obra desqualificada e a falta de vontade política do governo de aplicar recursos nos portos. . 10822

SENADOR NEY SUASSUNA – Comentários sobre resultado de pesquisa qualitativa realizada na Paraíba, que revelou crise nos seguintes setores: emprego, educação e saúde. 10823

SENADOR EDISON LOBÃO – Lamento pelo abandono em que se encontra o patrimônio da Rede Ferroviária Federal, apelando ao governo para que recupere as ferrovias brasileiras..... 10825

SENADOR ALVARO DIAS – Expectativa em torno do momento da apreciação do Relatório Final da CPMI dos Correios, do Relator Osmar Serraglio, a ser realizado amanhã. 10827

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e os novos fatos divulgados pela imprensa deste fim de semana. 10827

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Análise sobre o que se está assistindo no âmbito do governo do Presidente Lula, com relação à saída dos Ministros de Estado..... 10829

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Leitura das declarações do Presidente Lula, hoje, na posse dos novos Ministros..... 10830

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com futuro das crianças e adolescentes no Brasil em decorrência da banalização da mentira e da miséria. 10832

SENADOR ALBERTO SILVA – Proposta para industrialização do óleo da mamona como biodiesel, fonte geradora de emprego e renda. 10833

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Homenagem ao Papa João Paulo II, no primeiro ano de sua morte..... 10835

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição de nota do jornalista Anselmo Góes, publicada no jornal **O Globo**, intitulada “Dia da Mentira”..... 10836

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Investimentos da Petrobrás na Bolívia sob ameaça. Registro da matéria intitulada “*Agência do setor aéreo decola sem verba definida*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 20 de março último. 10836

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre matéria intitulada “*Corretor diz ter visto Palocci com lobistas*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de março último..... 10839

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do editorial intitulado “*A tática da confusão*”, do jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de março último. 10840

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo intitulado “*No labirinto*”, de autoria da jornalista Mirian Leitão, publicada na coluna Panorama Econômico, do jornal **O Globo**, edição de 23 de março último. 10841

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de março último..... 10842

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre o artigo intitulado “*A republiqueta de Lula*”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de março último. 10842

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Palocci fica no cargo, mas oposição eleva o tom das críticas*”, publicada no jornal **Valor Econômico**, edição de 20 de março último. 10843

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o artigo intitulado “*Um assessor sob suspeita*”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 21 de março último. 10845

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “*Moral torta*”, publicada na revista **Veja**, edição de 29 de março último. 10847

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 10854

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 3-4-2006

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 16, de 2006 10857

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 577 a 600, de 2006 10857

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIAS DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de Abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Mão Santa e Alberto Silva

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou sexta-feira, dia 31 de março do corrente ano, o prazo, sem interposição de recursos, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de março de 2006, e publicou em 31 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 288, de 2006, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	Eduardo Azeredo(PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Demóstenes Torres(PFL)
César Borges (PFL)	vago

PMDB

Ney Suassuna	Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	José Maranhão
Valdir Raupp	Gerson Camata

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PCdoB

Leomar Quintanilha	vago
--------------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	Iara Bernardi
Colombo	João Grandão

PMDB

Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes
Benjamin Maranhão	Adelor Vieira

PFL

Rodrigo Maia	Kátia Abreu
Roberto Brant	Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Luiz Antonio Fleury
---------------------	---------------------

PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

PPS

Fernando Coruja	Rogério Teófilo
-----------------	-----------------

PSB

Paulo Baltazar

Dr. Ribamar Alves

***PTC**

Carlos William

vago

*Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 31-3-2006
- Designação da Comissão: 3-4-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 4-4-2006
- Emendas: até 6-4-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 31-3-2006 a 13-4-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 13-4-2006
- Prazo na CD: de 14-4-2006 a 27-4-2006 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 27-4-2006
- Prazo no SF: de 28-4-2006 a 11-5-2006 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 11-5-2006
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 12-5-2006 a 14-5-2006 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15-5-2006 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 29-5-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2006

(Nº 4.559/2004, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e 2.948, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece as medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º É dever da família, da comunidade, da sociedade e, em especial, do Poder Público assegurar à mulher condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, desenvolvendo ações e políticas públicas que vise a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º Na interpretação desta Lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II**Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher ou dano moral e patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como relações pessoais afetivas;

III – em qualquer outra relação pessoal de afeto na qual o agressor conviva, tenha ou não convivido no mesmo domicílio ou residência da ofendida.

Parágrafo único. O disposto no **caput** e seus incisos deste artigo aplica-se independentemente de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporais da mulher;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher ou vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou por qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, assim como ações que induzam a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, tais como o impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou ações que a forcem ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno, manipulação ou que limitem ou anulem o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure perda, retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher e os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

TÍTULO III

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CAPÍTULO I

Das Medidas Integradas de Prevenção

Art. 8º A política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cada um em sua esfera de competência, e não-governamentais, tendo como diretrizes:

I – a integração operacional do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e da Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, consequências e frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher para a sistematização de dados, a seres unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV – a implementação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como assistência especial para crianças e adolescentes que convivam com tal violência nos respectivos serviços especializados;

V – a implementação de atendimento policial especializado às mulheres, em especial em Delegacias de Atendimento à Mulher;

VI – a promoção e a realização de campanhas educativas, voltadas à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher nas escolas e para a sociedade em geral e à difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VII – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a promoção de parcerias entre si ou com entidades não-governamentais, objetivando a implementação de programas voltados à erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a capacitação

permanente dos integrantes dos órgãos referidos no inciso I deste artigo;

VIII – a capacitação permanente dos integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil e Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, bem como dos profissionais da saúde, da educação, da assistência social, dentre outros, em questões de gênero e de raça ou etnia;

IX – a promoção de programas educacionais formais e não-formais que disseminem valores éticos do irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

X – privilegiar nos currículos escolares, em todos os níveis, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá ser prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, dentre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz deverá estabelecer, por prazo determinado, a inclusão da mulher vítima de violência no cadastro de programas assistenciais governamentais, federais, estaduais e municipais.

§ 2º O juiz assegurará à mulher vítima de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à transferência do local de trabalho quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – estabilidade, por prazo de 6 (seis) meses, por motivo de afastamento do emprego.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico. O acesso incluirá os serviços de contracepção de emergência, profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS e outros procedimentos médicos cabíveis e necessários para os casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Nas hipóteses de violência doméstica e familiar praticadas ou na iminência de serem pratica-

das contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá tomar as providências legais imediatamente.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo na hipótese de descumprimento de medida protetora de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência, a autoridade ou o agente policial adotará as seguintes providências, entre outras:

I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário ou solicitando o cumprimento do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, art. 311 e seguintes;

II – providenciar o encaminhamento da ofendida até o hospital, até o posto de saúde e até o Instituto Médico Legal;

III – providenciar transporte para a ofendida e seus dependentes, quando houver risco de vida, para local seguro ou abrigo, se necessário;

IV – acompanhar, se necessário, a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences pessoais do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do fato, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a termo eventual representação, quando houver;

II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III – remeter, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), expediente apartado à autoridade judicial com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência, previstas nesta Lei;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar os exames periciais necessários;

V – ouvir o agressor e as testemunhas;

VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, verificando se já existe mandado de prisão contra ele ou ocorrências policiais registradas;

VII – remeter, no estrito prazo de lei, à autoridade judiciária e ao Ministério Público o relatório do inquérito.

§ 1º O pedido da ofendida a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo e que será tomado por termo pela autoridade policial deverá conter:

I – nome e qualificação da ofendida e do agressor e a declaração da sua situação civil;

II – nome dos filhos menores, se houver;

III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao expediente indicado no § 1º deste artigo a cópia de todos os documentos disponíveis na posse da ofendida, bem como uma via do boletim de ocorrência.

§ 3º Serão também aceitos como meios de prova hábil os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV

Dos Procedimentos

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, julgamento e execução das causas cíveis e criminais em que esteja caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão os códigos de Processo Penal e Processo Civil e o disposto na legislação especial concernente à criança e ao adolescente e ao idoso no que não conflitam com o estabelecido nesta lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica Contra Mulher, com competência cível e criminal, órgãos da Justiça Ordinária, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados para processo, julgamento e execução nas causas de sua competência.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuseram as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

I – do domicílio ou residência da ofendida;

II – do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III – do domicílio do réu.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da vítima de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada, antes do recebimento da denúncia, ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, prestação inominada, multa ou similar.

Parágrafo único. O não cumprimento da pena restritiva de direitos fixada implicará interrupção do prazo prescricional a partir da data do descumprimento.

CAPÍTULO II

Das Medidas Protetivas de Urgência

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 18. Encaminhado o expediente com o pedido da ofendida pela autoridade policial ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), caberá ao Juiz:

I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), designando, em seguida, audiência preliminar;

II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência também serão conhecidas e decididas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato independentemente de audiência das partes e da manifestação do Ministério Público, devendo este ser comunicado de imediato.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º As medidas protetivas de urgência deferidas pelo Juizado que tenham efeitos civis manterão sua eficácia enquanto não sobrevier decisão transitada em julgado sobre a matéria e processo civil que verse sobre os mesmos fatos.

Art. 20. Poderá o juiz, a requerimento das partes ou do Ministério Público, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, seus familiares e seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 21. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou, ainda, mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 22. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes, ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. As intimações ou notificações deverão ser feitas, de preferência, pessoalmente ao agressor e à ofendida.

SEÇÃO II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 23. Constatada a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, dentre outras:

I – suspensão ou restrição da posse ou porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, dentre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) utilização de qualquer meio de comunicação para contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas;

c) freqüentação de lugares que o juiz entenda conveniente para preservar a integridade física e mental da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas no caput deste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo ser comunicadas ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e seus incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a suspensão ou a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se, no que couber, às hipóteses previstas neste artigo o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

SEÇÃO III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Mulher em Situação de Violência

Art. 24. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo das outras medidas:

I – encaminhar a mulher em situação de violência e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção, aos serviços de atenção integral à saúde das mulheres ou às casas-abrigos;

II – determinar a recondução da mulher e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor;

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos a bens, à guarda dos filhos e aos alimentos;

IV – determinar a separação de corpos.

Art. 25. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal, bem como aqueles de propriedade particular da mulher, poderão ser determinadas, limitadamente, pelo juiz competente as seguintes medidas, dentre outras:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV – indenização por perdas e danos dos gastos decorrentes dos atos de violência doméstica e familiar contra a ofendida, sem prejuízo das demais indenizações previstas em lei.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III do caput deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 26. Caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público deverá intervir nas causas cíveis e criminais em que não for parte.

Art. 27. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requerer força policial e a colaboração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, dentre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência, de que trata esta lei, e adotar de imediato as medidas administrativas ou judiciais no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Judiciária

Art. 28. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto nos arts. 21 e 22 desta lei.

Art. 29. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 30. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados na forma da lei poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.

Art. 31. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito à autoridade judiciária, ao Ministério Público e à Defensoria pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 32. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, poderá ser determinada pela autoridade judiciária a manifestação de profissional especializado em determinada área, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 33. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 34. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Varas Criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as condutas cometidas

com violência doméstica e familiar contra a mulher, com observância, em especial, do previsto no Título IV desta lei, subsidiada pela legislação processual pertinente, garantido o direito de preferência para o processo e julgamento.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 35. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 36. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite de suas competências:

I – centros de atendimento psicossocial e jurídico à mulher e filhos em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigos para mulheres e filhos em situação de risco;

III – delegacias especializadas de atendimento a mulheres;

IV – núcleos de defensoria pública;

V – serviços de saúde;

VI – centros especializados para realização de perícias médico-legais;

VII – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

VIII – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 37. Compete à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios estabelecidos nesta lei.

Art. 38. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de defesa dos interesses previstos nesta lei, regulamente constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juízo quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 39. Deverão ser incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal deverão fazer constar suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 40. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta lei.

Art. 41. As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 42. Nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 43. O caput do art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

“IV – se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da ofendida ou for necessária para a boa execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 44. O inciso II do **caput** do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea m:

“Art. 61.

II –

m) quando praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher, na forma da lei específica.” (NR)

Art. 45. O § 9º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129.

Violência doméstica

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: pena: detenção de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....” (NR)

Art. 46. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 129.

§ 11. A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 47. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 152.

Parágrafo único. “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar ao agressor a obrigatoriedade de comparecimento a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.559, DE 2004

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e estabelece as medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, em especial, assegurar à mulher condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, desenvolvendo ações que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-la de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º Na interpretação desta lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e a condição peculiar da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada na relação de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, ocorrida:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como relações pessoais afetivas;

III – em qualquer outra relação pessoal de afeto na qual o acusado compartilhe, tenha compartilhado ou não o mesmo domicílio ou residência da ofendida.

Parágrafo único. Consideram-se relações de gênero as relações desiguais e assimétricas de valor e poder atribuídas às pessoas segundo o sexo.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

Das Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras previstas em lei:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade corporal ou a saúde da mulher;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou, por qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força,

assim como ações que forcem a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, à sua sexualidade, ao impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo, ou ações que a forcem ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno, manipulação ou qualquer outro meio que limite ou anule seu arbítrio;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta ilegítima que configure perda, retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher e os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria à honra ou à reputação da mulher.

TÍTULO III

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CAPÍTULO I

Das Medidas Integradas de Prevenção

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo como diretrizes:

I – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, concernentes às causas, conseqüências e freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação dos resultados das medidas adotadas;

III – a observância, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar;

IV – a implementação de centros de atendimento multidisciplinar para as pessoas envolvidas em situação de violência doméstica e familiar, visando agilizar e garantir o atendimento integral às mulheres;

V – a implementação de atendimento policial especializado às mulheres;

VI – a realização de campanhas educativas, voltadas à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e à difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VII – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros Instrumentos entre a união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a promoção de parcerias entre si ou com entidades não-governamentais, objetivando a implementação de programas voltados à erradicação da violência doméstica familiar contra a mulher, bem como a capacitação permanente dos integrantes dos órgãos referidos no inciso I deste artigo;

VIII – a capacitação permanentemente dos integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, bem assim dos profissionais da saúde, da educação, da assistência social, dentre outros;

IX – a promoção de programas educacionais formais e não-formais que disseminem valores éticos, do irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos das mulheres, e

X – privilegiar nos currículos escolares, em todos os níveis, de conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e à violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

Da Assistência Social a Mulher em Situação de Violência

Art. 9º A assistência social às mulheres em situação de violência doméstica e familiar deverá ser prestada de forma articulada, emergencial ou não, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, dentre outras normas pertinentes.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Nas hipóteses de violência familiar ou doméstica praticadas ou na iminência de serem praticadas contra mulheres deverá ser imediatamente notificada a autoridade ou o agente policial para que possa comparecer ao local.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput na hipótese de descumprimento de medida cautelar aplicada pelo juízo.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência a autoridade ou o agente policial buscará adotar as seguintes providências:

I – providenciar transporte para a ofendida até o hospital, o posto de saúde ou o Instituto Médico Legal;

II – providenciar transporte da ofendida e seus dependentes em risco de vida para local seguro ou abrigo;

III – assegurar a possibilidade da ofendida retirar seus pertences pessoais do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

IV – comunicar à ofendida o horário e o local de comparecimento à delegacia, caso não seja possível o seu atendimento imediato;

V – informar à ofendida dos direitos a ela conferidos nesta lei e dos serviços públicos e privados disponíveis; e

VI – garantir proteção policial, quando necessário.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do fato, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, além daqueles já previstos no Código de Processo Penal e na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995:

I – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

II – ouvir a ofendida;

II – ouvir o indiciado e as testemunhas;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito e requisitar os exames periciais necessários;

V – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do fato e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter;

VI – ordenar a identificação do indiciado e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes; e

VII – remeter à autoridade judiciária o expediente lavrado.

§ 1º O previsto no inciso IV deste artigo implicará no encaminhamento prioritário da ofendida, quando necessário à preservação das provas.

TÍTULO IV

Dos Procedimentos

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, julgamento e execução das causas cíveis e criminais em que esteja caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, aplicar-se-ão os Códigos de Processo Penal e Civil e a Lei nº 9.099, de 28 de setembro de 1995, no que não conflitarem com o procedimento estabelecido nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 14. A equipe de atendimento multidisciplinar deverá ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.

Art. 15. Compete é equipe de atendimento multidisciplinar, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito à autoridade judiciária, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Art. 16. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, poderá ser determinada pela autoridade judiciária a manifestação de profissional especializado em determinada área, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 17. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 18. Caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público poderá intervir nas causas cíveis e criminais em que não for parte.

Art. 19. É facultado ao Ministério Público, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requisitar a força policial e a colaboração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, dentre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares do atendimento à mulher em situação de violência, de que trata esta Lei, e adotar de imediato as medidas administrativas ou judiciais no tocante a quaisquer irregularidades constatadas.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Jurídica

Art. 20. Em todos os atos processuais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado ou Defensor Público.

Art. 21. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, mediante um atendimento específico e humanizado no Juízo competente, nas Delegacias de Polícia e núcleos de atendimento das Defensorias Públicas.

CAPÍTULO V

Das Medidas Cautelares

Art. 22. As medidas cautelares serão concedidas pelo juiz, por representação da autoridade policial, a

requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública, da ofendida ou de quem tenha qualidade para representá-la.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser concedidas independentemente de audiência das partes.

§ 2º O requerimento da ofendida, que poderá ser feito oralmente, independe da presença de advogado.

§ 3º As medidas cautelares serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

Art. 23. Poderá o juiz, a requerimento das partes ou do Ministério Público, conceder novas cautelares ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, seus familiares e seu patrimônio.

Art. 24. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 25. A ofendida deverá ser intimada dos atos processuais relativos ao acusado, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

CAPÍTULO VI

Das Medidas Cautelares em Relação ao Acusado

Art. 26. Constatada a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao acusado, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas cautelares, dentre outras previstas em lei:

I – suspensão ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.828, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, podendo encaminhar o acusado a programa de acompanhamento psicossocial, onde houver, ou a tratamento similar;

III – proibição de determinadas condutas, dentre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e de suas testemunhas;

b) utilização de qualquer meio de comunicação para contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas;

IV – proibição de freqüentar lugares que o juiz entenda conveniente para preservar a integridade física e mental da ofendida;

V – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, sujeita à avaliação do acusado por equipe de atendimento multidisciplinar, ou serviço similar; e

VI – prestação de alimentos provisionais.

§ 1º As medidas referidas no caput não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem.

§ 2º Na hipótese do inciso I, sendo o acusado policial ou integrante das Forças Armadas, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição, a suspensão ou a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do acusado, responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas cautelares, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

CAPÍTULO VII

Das Medidas Cautelares de Proteção À Mulher em Situação de Violência

Art. 27. Poderá o juiz, quando necessário:

I – encaminhar a mulher em situação de violência e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção e aos serviços de atenção integral à saúde das mulheres;

II – determinar a recondução da mulher e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do acusado: e

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos a bens, à guarda dos filhos e aos alimentos.

Art. 28. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal e daqueles de propriedade particular da mulher, poderão ser determinadas liminariamente pelo juiz competente as seguintes medidas, dentre outras previstas em lei:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo acusado à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, condicionada excepcionalmente a decisão judicial contrária;

III – revogação das procurações conferidas pela mulher ao acusado; e

IV – indenização por perdas e danos dos gastos decorrentes dos atos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previsto nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO VIII

Do Procedimento nos Juizados Especiais Criminais

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 29. Ao processo, julgamento e execução dos crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais em que esteja caracterizada violência doméstica e familiar contra a mulher aplica-se a Lei nº 9.0991 de 26 de setembro de 1995, no que não conflitar com o estabelecido nesta Lei.

Art. 30. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher a ação penal será pública condicionada à representação.

SEÇÃO II

Da Audiência de Apresentação

Art. 31. Ao receber o expediente lavrado pela autoridade policial, imputando prática de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, deverá o juiz de imediato designar audiência de apresentação.

§ 1º É vedado proceder à Intimação ou à notificação da pessoa autora da agressão por intermédio da ofendida.

§ 2º À audiência de apresentação, presente o Ministério Público, deverão comparecer a ofendida e o acusado, acompanhados por seus respectivos advogados.

§ 3º Comparecendo a ofendida desacompanhada de advogado, ser-lhe-á garantida a assistência judiciária gratuita, nos termos da lei.

Art. 32. A mediação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, será conduzida por juiz ou mediador.

§ 1º O mediador, devidamente habilitado em curso superior, deverá ter capacitação em violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 2º Sob pena de responsabilidade, nos termos da lei, em hipótese alguma a mulher ofendida de violência doméstica e familiar poderá ser forçada, direta ou indiretamente, à conciliação.

§ 3º Não havendo mediação, será dada à ofendida a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

§ 4º O não oferecimento da representação na audiência não implica na decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

§ 5º Nos casos de violência doméstica e familiar, o prazo decadencial somente passa a correr da data da audiência de apresentação para a qual estiver pessoalmente intimada a ofendida, devendo tal advertência constar expressamente do mandado de intimação.

§ 6º A retratação ou a renúncia da representação somente serão consideradas válidas após ratificação em audiência.

Art. 33. Exercido o direito da representação, o juiz colherá o depoimento pessoal da ofendida, separadamente, e em seguida o do acusado, admitida a acareação.

Art. 34. O juiz encaminhará o caso à equipe de atendimento multidisciplinar ou aos núcleos de atendimento similares, podendo, ainda, determinar a realização dos exames periciais que julgar necessários.

SEÇÃO III

Da Audiência de Instrução e Julgamento

Art. 35. Havendo representação e não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, a ser especificada na proposta.

§ 1º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o acusado condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o acusado beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do acusado, bem como os motivos e as circunstâncias, se necessária e suficiente a adoção da medida;

IV – o descumprimento, pelo acusado, das medidas cautelares que lhe tenham sido aplicadas.

§ 2º Ao propor a transação penal, o Ministério Público considerará os subsídios apresentados pela Equipe de Atendimento Multidisciplinar e os antecedentes do acusado.

§ 3º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, será esta submetida à apreciação do juiz.

Art. 36. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, das penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa.

Art. 37. Não sendo possível a transação penal, o Ministério Público oferecerá de imediato denúncia oral, prosseguindo-se em audiência de instrução e jul-

gamento, devendo constar do mandado de citação do autor do fato tal advertência, bem como a necessidade de arrolar testemunhas cinco dias antes da audiência, caso pretenda ouvi-las.

TÍTULO V

Disposições Finais

Art. 38. A União, no Distrito Federal e Territórios e os Estados poderão criar Varas e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, cabendo ao Poder Judiciário dispor sobre sua estrutura.

Parágrafo único. Enquanto não estruturadas as Varas e os Juizados mencionados no caput, os crimes relativos à violência doméstica e familiar conta as mulheres continuarão a ser julgados nas Varas Cíveis e Criminais e nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com observância do previsto nesta Lei e na legislação processual pertinente.

Art. 39. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, poderão criar centros de reabilitação para os acusados e de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a serem previstos na legislação local.

Art. 40. Compete à União, ao Distrito Federal, aos Estados aos Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios estabelecidos nesta Lei.

Art. 41. A defesa dos interesses e direitos previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente com a ofendida, pelo Ministério Público ou por associação de defesa da mulher, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da Lei Civil.

Art. 42. Serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 43. Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, previstos nesta Lei, ainda que não tenham sido julgados, constarão de cadastro específico, de conhecimento reservado da autoridade judiciária e do Ministério Público.

§ 1º Caberá às Varas e aos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar a elaboração do cadastro referido no **caput**

§ 2º Enquanto não estruturados as Varas e os Juizados Especiais previstos no art. 38, o cadastro de violência doméstica será elaborado nas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais.

Art. 44. Serão estabelecidas dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art 45. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 46. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“IV – se o crime envolver violência doméstica familiar contra a mulher, qualquer que seja a pena aplicada,” (NR)

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 782, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Brasília, 24 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 16 – SPM/PR

Brasília, 16 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de projeto de lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

2. A presente proposição foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004, integrado pelos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na condição de coordenadora; Casa Civil da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; Ministério da Saúde; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ.

3. Em março do corrente ano, foi encaminhada pelo Consórcio de Organizações Não-Governamentais Feministas proposta de anteprojeto de lei para subsidiar as discussões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído com a finalidade de elaborar proposta de medida legislativa para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

4. A proposta foi amplamente discutida com representantes da sociedade civil e órgãos diretamente

envolvidos na temática, tendo sido objeto de diversas oitivas, debates, seminários e oficinas.

5. A Constituição Federal, em seu art. 226, § 8º, impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. A Constituição demonstra, expressamente, a necessidade de políticas públicas no sentido de coibir e erradicar a violência doméstica.

6. O projeto delimita o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por entender que a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade não privilegia as mulheres. Assim, busca atender aos princípios de ação afirmativa que têm por objetivo implementar “ações direcionadas a segmentos sociais, historicamente discriminados, como as mulheres, visando a corrigir desigualdades e a promover a inclusão social por meio de políticas públicas específicas, dando a estes grupos um tratamento diferenciado que possibilite compensar as desvantagens sociais oriundas da situação de discriminação e exclusão a que foram expostas”¹.

7. As iniciativas de ações afirmativas visam “corrigir a defasagem entre o ideal igualitário predominante e/ou legitimado nas sociedades democráticas modernas e um sistema de relações sociais marcado pela desigualdade e hierarquia”². Tal fórmula tem abrigo em diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro precisamente por constituir um corolário ao princípio da igualdade.

8. A necessidade de se criar uma legislação que coíba a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista tanto na Constituição como nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no cotidiano da mulher brasileira.

9. Dentre os inúmeros compromissos internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro em convenções internacionais, merecem destaque a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos.

¹Galvão, Elaine – Vocabulário referido a Gênero. Londrina: FAO/ FIAT/PANS, 2003, pg 47

²Miguel, Sônia M – A Política de Cota por Sexo: Um estudo das primeiras experiências Legislativo Brasileiro. Brasília: CFÊMEA, 2000. Op. Cit.

10. Em abril de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, órgão responsável pelo recebimento de denúncias de violação aos direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Convenção de Belém do Pará, atendendo denúncia do Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), publicou o Relatório nº 54, o qual estabeleceu recomendações ao Estado Brasileiro no caso Maria da Penha Maia Fernandes. A Comissão concluiu que o Estado Brasileiro não cumpriu o previsto no artigo 7º da Convenção de Belém do Pará e nos artigos 1º, 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Recomendou o prosseguimento e intensificação do processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra a mulher no Brasil e, em especial recomendou “simplificar os procedimentos judiciais penais afim de que possa ser reduzido o tempo processual sem afetar os direitos e garantias do devido processo” e “o estabelecimento de formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares, bem como de sensibilização com respeito à sua gravidade e às consequências penais que gera”.

11. Ao longo dos últimos anos, a visibilidade da violência doméstica vem ultrapassando o espaço privado e adquirindo dimensões públicas. Pesquisa da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

– IBGE, no final da década de 1980, constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas. A Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2001, por meio do Núcleo de Opinião Pública, investigou mulheres sobre diversos temas envolvendo a condição da mulher, conforme transcrito abaixo:

A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez. Considerando-se que entre as que admitiram ter sido espancadas, 31% declararam que a última vez em que isso ocorreu foi no período dos 12 meses anteriores, projeta-se cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país (ou em 2001, pois não se sabe se estariam aumentando ou diminuindo), 175 mil/mês, 5,8 mil/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos.

12. É contra as relações desiguais que se impõem os direitos humanos das mulheres. O respeito à igualdade está a exigir, portanto, uma lei específica que dê proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência

doméstica. Não haverá democracia efetiva e igualdade real enquanto o problema da violência doméstica não for devidamente considerado. Os direitos à vida, à saúde e à integridade física das mulheres são violados quando um membro da família tira vantagem de sua força física ou posição de autoridade para infligir maus tratos físicos, sexuais, morais e psicológicos.

13. A violência doméstica fornece as bases para que se estruturam outras formas de violência, produzindo experiências de brutalidades na infância e na adolescência, geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves.

14. As disposições preliminares da proposta apresentada reproduzem as regras oriundas das convenções internacionais e visa propiciar às mulheres de todas as regiões do País a cientificação categórica e plena de seus direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a fim de dotá-la de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e na sociedade, o que, decerto, irá repercutir, positivamente, no campo social e político, ante ao factível equilíbrio nas relações pai, mãe e filhos.

15. O artigo 5º da proposta de Projeto de Lei define violência doméstica e familiar conta a mulher como qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. É importante ressaltar que a Convenção de Belém do Pará possui objeto mais amplo, considerando a violência ocorrida no âmbito público e privado. Para os fins desta proposta, e de forma a conferir-lhe maior especificidade, somente foi considerada a violência ocorrida no âmbito privado. Cabe especial atenção a um conceito basilar previsto na proposta: a relação de gênero. A violência intra-familiar expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação.

16. As desigualdades de gênero entre homens e mulheres advêm de uma construção sócio-cultural que não encontra respaldo nas diferenças biológicas dadas pela natureza. Um sistema de dominação passa a considerar natural uma desigualdade socialmente construída, campo fértil para atos de discriminação e violência que se “naturalizam” e se incorporam ao cotidiano de milhares de mulheres. As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados, proporcionando a complacência e a impunidade.

17. O artigo 6º, afirma que a violência doméstica contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, independente da penalidade aplicada. Conforme dispõe a Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade

humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

18. Segundo previsto na Convenção de Belém do Pará, o artigo 7º do Projeto define claramente as formas de violência contra a mulher. De acordo com o “Modelo de Leyes y Políticas sobre Violência Intra-familiar contra las Mujeres”, publicado em abril de 2004, pela Unidad, Género y Salud da Organização Mundial de Saúde – OPS/OMS, toda legislação política e pública deve incluir as definições de violência contra a mulher em cada uma de suas manifestações: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

19. O artigo 8º tem por objetivo definir as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, tais como implementação de redes de serviços interinstitucionais, promoção de estudos e estatísticas, avaliação dos resultados, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas, casas abrigo e realização de campanhas educativas, capacitação permanente dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão, celebração de convênios e parcerias e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

20. Somente através da ação integrada do Poder Público, em todas as suas instâncias e esferas, dos meios de comunicação e da sociedade, poderá ter início o tratamento e a prevenção de um problema cuja resolução requer mudança de valores culturais, para que se efetive o direito das mulheres à não violência.

21. Nos artigos em que são tratados o atendimento pela autoridade policial, foram propostas alterações no que tange ao procedimento nas ocorrências que envolvam a violência doméstica e familiar contra a mulher.

22. Ficou consignado, no artigo 10, que a autoridade policial ou agente deve comparecer, de imediato, ao local do fato e adotar as medidas de proteção cabíveis para o atendimento da vítima. Essa alteração visa trazer para o procedimento especial da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, alguns dos aspectos do inquérito previstos no Código de Processo Penal, uma vez que o Termo Circunstanciado, em vigor, ao privilegiar o princípio da informalidade, termina por impedir uma visão mais abrangente da situação fática pela autoridade julgadora.

23. Outros procedimentos inovadores, em relação à Lei 9.099/95, são atribuídos ao agente e à autoridade policial após o registro do fato, entre os quais, o colhimento das provas necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias, as oitivas da vítima, do agressor e das testemunhas, quando houver, determinando que se proceda ao exame de corpo de delito e os exames periciais necessários.

24. É de fundamental importância o atendimento por equipe multidisciplinar, conforme prevê os artigos 14 a 17 da proposta de projeto de lei. A equipe multidisciplinar deverá ser formada por profissionais de diversas áreas de conhecimento, inclusive externa ao meio jurídico, tais como psicólogos, assistentes sociais e médicos. Esse sistema viabiliza o conhecimento das causas e os mecanismos da violência. A implementação deste sistema em alguns Juizados Especiais Criminais tem se mostrado eficaz no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

25. O Ministério Público se afigura hoje como advogado dos interesses sociais, difusos e coletivos. É titular da ação que se fizer necessária para proteger o que é de todos, conforme determina o artigo 129 da Constituição Federal. Os artigos 18 e 19 do presente Projeto referem-se à garantia da participação integral do Ministério Público nos casos de violência doméstica, intervindo nas causas cíveis e criminais, requisitando a força policial e a colaboração dos serviços públicos, exercendo a fiscalização nos estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência.

26. A assistência jurídica integral e gratuita, aludida no Art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, refere-se ao conceito de assistência judiciária envolvendo serviços jurídicos não somente relacionados com a atividade processual, mas abrangendo serviços de orientação jurídica, aconselhamento ou informação dos direitos à comunidade. Desta forma, o Projeto prevê, nos artigos 20 e 21, a assistência judiciária à mulher em situação de violência doméstica como forma de garantir o seu acesso à justiça.

27. O presente Projeto amplia o leque de medidas cautelares tanto em relação ao agressor, como em relação a medidas de proteção à mulher agredida, proporcionando ao juiz a escolha da providência mais ajustada ao caso concreto, considerando-se as áreas cíveis e penais.

28. Os artigos 22 a 25 da presente proposta pretendem garantir às mulheres o acesso direto ao juiz, quando em situação de violência e uma celeridade de resposta à necessidade imediata de proteção.

29. O Projeto reúne medidas cautelares em relação ao agressor, possibilitando ao juiz não só exigir o seu afastamento do lar, mas, também, o seu encaminhamento a programa de acompanhamento psicossocial. Além disso, prevê a proibição de aproximação ou comunicação do agressor com a vítima, com testemunhas e familiares, a restrição de visitas aos dependentes menores e a prestação de alimentos provisionais.

30. O artigo 27 inova ao propor o encaminhamento das mulheres e seus dependentes, em situação de violência, a programas e serviços de proteção às mu-

Iheres, resguardando seus direitos relativos aos bens e a guarda dos filhos. Imputa ao agressor a responsabilidade econômica pela provisão alimentar e determina a recondução da mulher e seus dependentes, ao domicílio, após o afastamento do agressor.

31. As medidas cautelares previstas no artigo 28 de natureza patrimonial possibilitam a revogação das procurações conferidas pela mulher ao agressor, a garantia do ressarcimento de bens e a indenização pelos danos e prejuízos causados. Nestes últimos casos são medidas do processo civil, cumuladas no processo penal. Visam à execução dos pronunciamentos de natureza civil, ou seja, a restituição de bens determinados e a indenização pelos danos e prejuízo sofridos.

32. Todos estes procedimentos se aplicam tanto às varas comuns como aos Juizados Especiais. A Constituição estabelece como forma de atendimento no âmbito do Judiciário, as varas comuns e os Juizados Especiais, conforme previsto em seu artigo 98, inciso I.

33. O Juizado Especial Criminal a partir de sua previsão constitucional no art.98 foi criado para julgar as ações penais não superiores há dois anos, mediante procedimento sumaríssimo e com possibilidade de transação penal.

34. Os números mostram que, hoje, 70% dos casos julgados nos Juizados Especiais Criminais são de violência doméstica. A Lei nº 9.099/95, não tendo sido criada com o objetivo de atender a estes casos, não apresenta solução adequada uma vez que os mecanismos utilizados para averiguação e julgamento dos casos são restritos.

35. A Justiça Comum e a legislação anterior também não apresentaram soluções para as medidas punitivas nem para as preventivas ou de proteção integral às mulheres. Examinando-se o modo pelo qual a violência doméstica era tratada pela Justiça Comum, a pesquisa de Carrara, Vianna e Enne realizada no Rio de Janeiro de 1991/1995, “mostra que a Justiça condena apenas 6% dos casos de lesão corporal contra as mulheres, enviados pelas Delegacias da Mulher para a Central de Investigações, encarregada da distribuição às Varas Criminais.”³

36. O presente Projeto propõe inovações específicas para os Juizados Especiais Criminais. As inovações gerais propostas, como a previsão dos procedimentos dos Capítulos do Ministério Público, Assistência Judiciária, Equipe de Atendimento Multidisciplinar e Medidas Cautelares, aplica-se em todos os Juizados e Varas.

37. O atual procedimento inverte o ônus da prova, não escuta as vítimas, recria estereótipos, não previne novas violências e não contribui para a transformação das relações hierárquicas de gênero. Não possibilita vislumbrar, portanto, nenhuma solução social para a vítima. A política criminal produz uma sensação generalizada de injustiça, por parte das vítimas, e de impunidade, por parte dos agressores.

38. Nos Juizados Especiais Criminais, o juiz, ao tomar conhecimento do fato criminoso, designa audiência de conciliação para acordo e encerramento do processo. Estas audiências geralmente são conduzidas por conciliadores, estudantes de direito, que não detêm a experiência, teórica ou prática, na aplicabilidade do Direito. Tal fato pode conduzir a avaliação dos episódios de violência doméstica como eventos únicos, quando de fato são repetidos, crônicos e acompanhados de contínuas ameaças.

39. A conciliação é um dos maiores problemas dos Juizados Especiais Criminais, visto que é a decisão terminativa do conflito, na maioria das vezes induzida pelo conciliador. A conciliação com renúncia de direito de representação geralmente é a regra.

40. Caso não haja acordo, o Ministério Público propõe a transação penal ao agressor para que cumpra as condições equivalentes à pena alternativa para encerrar o processo (pena restritiva de direitos ou multa). Não sendo possível a transação, o Ministério Público oferece denúncia e o processo segue o rito comum de julgamento para a condenação ou absolvição. Cabe ressaltar que não há escuta da vítima e ela não opina sobre a transação penal.

41. A presente proposta mantém a celeridade do previsto na Lei nº 9.099/95, mas altera o procedimento do Juizado Especial Criminal em razão da especificidade dos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

42. Prevê, a criação de audiência de apresentação para permitir que a vítima seja ouvida primeiro pelo juiz, em separado do agressor, e ainda que a audiência se balize pelo princípio da mediação, não podendo a mulher ser, em nenhuma hipótese, forçada à conciliação. Esta audiência deverá ser conduzida por juiz ou mediador, devendo este último ser profissional do direito, devidamente habilitado no Curso de Ciências Jurídicas e capacitado em questões de gênero.

43. A presente proposta garante, também, que a vítima esteja acompanhada por advogado na audiência, visto que a Lei nº 9.099/95, em seu artigo 68, concede esta prerrogativa apenas ao agressor.

44. O Projeto propõe, outrossim, alteração na Audiência de Instrução e Julgamento retirando a re-

³Carrara, Vianna e Ennes – Entre o crime e a conciliação: a violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro:, v. 15, nº I, p. 39 – 58, 2002.

alização da transação penal da primeira audiência e postergando esta possibilidade para a segunda audiência. O objetivo é disponibilizar ao juiz outras ferramentas mais adequadas e eficazes para solucionar a questão, como por exemplo, o encaminhamento das partes à equipe de atendimento multidisciplinar, realização de exames periciais e providências cautelares.

45. O Projeto proíbe a aplicação de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa, pois, atualmente, este tipo de pena é comumente aplicado nos Juizados Especiais Criminais em prejuízo da vítima e de sua família.

46. As disposições finais deste Projeto estabelecem que esta Lei se aplique nas Varas Cíveis e Criminais e nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

47. Como objetivo mediato, propõe a criação de Varas e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e penal, reconhecendo que a melhor estrutura judiciária, para o atendimento à mulher em situação de violência, será a criação destas Varas e Juizados Especiais.

48. As atuais Varas, por não terem um atendimento urgente e global, tem colocado a mulher e sua família em situação de risco. Além das medidas penais a serem impostas, há medidas cíveis a serem julgadas. Com a criação das Varas com competência cível e penal, será outorgada ao juiz maior competência para julgar estas causas e facilitado as mulheres o acesso à justiça e a solução dos conflitos.

49. O artigo 46 do Projeto prevê a alteração do artigo 313 do Código de Processo Penal, acrescentando nova hipótese de prisão preventiva, quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer que seja a pena aplicada.

50. O pedido de tramitação especial em regime de urgência, nos termos do § 1º do artigo 64 da Constituição Federal, para o projeto de lei apresentado, justifica-se pelo cumprimento das recomendações ao Estado Brasileiro do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, do Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994), do Protocolo Facultativo à Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos. E, finalmente, pelo clamor existente na sociedade com o sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher que hoje alcança índices elevadíssimos

e pouca solução no âmbito do Judiciário e outros Poderes estabelecidos.

51. Estas, em síntese, são as propostas que integram o Projeto que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Nilcéa Freire**, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
III – a dignidade da pessoa humana;

.....
Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....
Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

.....
IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

.....
Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....
§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Aumento de pena

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a (um) ano. (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

CAPÍTULO III

Da Prisão Preventiva

(Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

Art. 313. Em qualquer das circunstâncias, previstas no artigo anterior, será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos: (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

I – punidos com reclusão; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

II – punidos com detenção, quando se apurar que o indiciado é vadio ou, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou não indicar elementos para esclarecê-la; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

III – se o réu tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 46 do Código Penal. (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, I, II ou III, do Código Penal, (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 315. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

LEI Nº 5.889, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide Lei nº 11.232, de 2005

Vide Lei nº 11.276, de 2006

Vide Lei nº 11.277, de 2006

Vide Lei nº 11.280, de 2006

Institui o Código de Processo Civil

.....
Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 1994)
.....

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 2002)
.....

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal

.....
Art. 152. Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.
.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal;

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta lei.

§ 1º-A Os servidores a que se refere o inciso X do **caput** deste artigo terão direito de portar armas de fogo para sua defesa pessoal, o que constará da carteira funcional que for expedida pela repartição a que estiverem subordinados. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI e VII está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições

estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército. (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta lei, o porte de arma de fogo na categoria “caçador”. (Vide Lei nº 11.191, de 2005)

§ 6º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. Incluído pela Lei nº 10.867, de 2004)

.....
O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 90/2006

Brasília, 3 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência, a nova composição dos membros suplentes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

SUPLENTES

1. Leomar Quintanilha (vaga cedida pelo PMDB)
2. Wellington Salgado de Oliveira
3. Gerson Camata
4. Garibaldi Alves

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Há oradores inscritos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª será atendido, de acordo com as normas das sessões não-deliberativas, em que será intercalado um orador inscrito e um orador para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento e de cinco minutos para a prorrogação, se necessário for.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, venho à tribuna para comentar uma decisão do Governo Federal – que tem meu total apoio –, uma decisão de suma importância para o Rio Grande do Sul e também para a Petrobras.

Trata-se da decisão de não concluir um acordo que estava em andamento a respeito da participação acionária da Braskem. Se o acordo tivesse sido finalizado da forma como estava proposto, haveria uma diminuição da força econômica, social e política do Pólo Petroquímico Gaúcho, que é hoje, sem sombra de dúvida, uma referência nacional.

Fico feliz, Sr. Presidente, porque prevaleceu o bom senso. Neste momento, cumprimento a todos os que participaram desse processo, pela sábia decisão que preserva o interesse do patrimônio gaúcho e do povo brasileiro. Em especial, cumprimento, por questão de justiça, o trabalho realizado junto à Petrobras, para que não fosse concluído o acordo, pela Ministra Dilma Rousseff, Presidente do Conselho de Administração, e pelo Ministro Miguel Rossetto, que, até por ter sido Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico, alertou-nos, desde o primeiro minuto, quanto aos prejuízos que teria o Rio Grande do Sul e a Petrobras nessa negociação, principalmente para a economia de nosso Estado.

Lembro também a enorme mobilização para que de uma passeata participassem mais de cinco mil trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo – Sindipolo-RS, cujo Presidente, o Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues, cumprimento pela atuação impecável e incansável na luta em defesa do Pólo Petroquímico Gaúcho.

Os prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul seriam incalculáveis, caso a Petrobras tivesse feito

a opção de troca de ativos: desemprego, diminuição na arrecadação de impostos para o Rio Grande do Sul, não haveria a garantia sequer de investimentos já programados pelo Governo Federal para a duplicação do pólo, além da possibilidade de monopolização do setor.

Sr. Presidente, cumprimento, ainda, o Senado da República, cuja participação foi fundamental para que a Petrobras tomasse a decisão que ora anuncio: na audiência pública realizada no dia 24 de março, contamos com a presença de todos os setores envolvidos – Ipiranga, Braskem, Sindicato dos Trabalhadores, empresários gaúchos. Todos estavam aqui representados. Na ocasião, em uma sexta-feira, houve um enorme movimento para que eu suspendesse a audiência. Diversos Senadores foram mobilizados, conversaram comigo, e eu, de forma muito tranqüila, dialoguei com S. Ex^{as} e disse que, se a audiência não se realizasse naquela sexta-feira à tarde, na semana seguinte o acordo poderia ser concluído e o País teria que saber, via TV Senado – foi transmitido ao vivo – o que estava acontecendo. Era uma negociação que envolvia bilhões de dólares.

Não estou dizendo que o mérito é especificamente do Senado Federal, mas é também do Senado Federal, que cumpriu sua parte, trouxe o tema ao debate, e a negociação foi expandida. O núcleo da Petrobras foi acionado, a Ministra Dilma Rousseff interveio, assim como o Ministro Miguel Rossetto, e felizmente conseguimos fazer com que o pólo continuasse onde estava, para o bem do Rio Grande e para o bem do País.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sérgio Zambiasi.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E dos trabalhadores, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E lembra a Senadora Heloísa Helena dos trabalhadores, que estavam desesperados.

Senadora Heloísa Helena, gostaria de lembrar, até por uma questão de justiça, que V. Ex^a também participaria da audiência, pois apoiava a visão que estou apresentando. Só não participou porque entendia que não é uma questão apenas do Rio Grande, mas sim da Petrobras, e em razão de problemas de saúde de uma amiga, que ia para o hospital, com uma doença gravíssima, mas não entrarei em detalhes a esse respeito.

Ouçõ o Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, gostaria de aqui testemunhar o seu trabalho nesta Casa, liderando essa mobilização. Eu sou

testemunha, assim como o Senado Federal, do trabalho do Senador Paulo Paim. Reconheço, como V. Ex^a já comentou, a iniciativa pioneira dos trabalhadores do pólo. O movimento nasceu nas indústrias químicas e petroquímicas do pólo, expandiu-se pelo Rio Grande do Sul, e repercutiu intensamente nesta Casa, por intermédio do trabalho de V. Ex^a. Conversamos muito a esse respeito. O Senador Paulo Paim apresentou o assunto a mim e ao Senador Pedro Simon, e nós, como representantes daquele Estado, assinamos um documento de sua iniciativa. Mas deixo o meu testemunho público: o Senado se envolveu nessa discussão por iniciativa de V. Ex^a, e é justo que seja reconhecido o seu trabalho. Parabéns, Senador Paulo Paim, porque foi seguramente a conclusão do encontro de sexta-feira que permitiu à Petrobras recuperar o comando da negociação e, em consequência, permanecer à frente do Pólo Petroquímico do Sul, que é bom não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil. O Rio Grande do Sul, pelo que sei, sofreria muito com perdas, especialmente de ICMS, já que havia a perspectiva de o pólo gaúcho transformar-se em um produtor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais para exportação.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – ... para exportação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, foi V. Ex^a que me alertou para isso.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Inclusive, comentando com o Senador Paulo Paim, chamava atenção para essa perspectiva. Hoje, vemos, com alegria, que o bom-senso predominou, mas, vamos reconhecer a mobilização dos trabalhadores no Estado, a liderança do Senador Paulo Paim nesta Casa e o encontro de sexta-feira, que culminou, finalmente, com uma vitória para todos nós gaúchos, mas principalmente para o Brasil. Parabéns Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, V. Ex^a alerta sobre o encaminhamento. Por uma questão de justiça, a partir daquela audiência, encaminhamos um documento assinado pelo três Senadores à Ministra Dilma Rousseff, com essa posição que V. Ex^a resgata. Esse documento foi assinado por V. Ex^a – e quem me entregou foi o Presidente do Sindicato – por mim e pelo Senador Pedro Simon, juntamente com mais, se não me engano, 28 Deputados Estaduais e a maioria dos Deputados Federais, demonstrando que não era uma visão deste ou daquele parlamentar, mas da ampla maioria da Bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, a maioria da Assembléia e dos três Senadores do Rio Grande.

Sr. Presidente, dentro do tempo que ainda me é permitido, trago outro tema com que estou muito pre-

ocupado: o PLP nº 123, em debate na Câmara dos Deputados, o chamado Super-Simples.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado, para que V. Ex^a publique na forma possível – no **Jornal do Senado**, e divulgue na Rádio Senado ou na TV Senado documento que recebi da Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco relativo ao Super-Simples. As entidades elaboraram nota pública tirada do Fórum Fisco Nacional, relatando suas preocupações em relação a esse assunto.

O que diz o documento?

As entidades integrantes do Fórum Fisco Nacional, abaixo signatárias, manifestam sua preocupação e alertam a sociedade para os prejuízos que traz o substitutivo do PLP nº 123/2004, conhecido como Super-Simples, apresentado a pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo para micro e pequenas empresas.

O substitutivo extrapola em muito a abrangência dessa matéria e avança sobre a legislação trabalhista, previdenciária e até em normas de fiscalização sanitária, ambiental, metrológica e segurança do trabalho. Essas matérias estranhas ao texto original devem ser retiradas do substitutivo.

Os principais prejuízos e problemas do substitutivo do PLP nº 123/2004 são:

Facilita a sonegação de tributos e a “lavagem de dinheiro”.

O projeto fragiliza e reduz a atuação do Estado em nome da “simplificação”, enfraquecendo o combate à sonegação de tributos e contribuições. O PLP nº 123 fere a Constituição Federal ao deixar de observar o disposto nos artigos 37, inciso XXII, e 146, inciso IV, parágrafo único, que estabelecem que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão atuar de forma integrada e compartilhada. Assim, as três esferas de governo devem ter competência plena e atuar de forma compartilhada e integrada como determina a CF. [O substituto fere esses princípios].

Ao deixar o fisco federal apenas com a competência “supletiva” e não compartilhada, como diz a CF, fica prejudicado o efetivo combate à sonegação e à “lavagem de dinheiro”, especialmente para desbaratar grandes esquemas montados com base em empresas aparentemente pequenas, localizadas em diferentes estados da federação.

Diz ainda o documento que facilita a criação de empresas “fantasmas” ou “laranja”, explicando detalhadamente. Não vou ler em função do tempo, mas o documento fala em empresas “fantasmas” ou “laranjas”.

O texto fala, ainda, que precariza direitos trabalhistas e previdenciários.

O substitutivo fragiliza a fiscalização trabalhista que examina as condições de segurança e saúde no trabalho e o cumprimento do pagamento do salário, das férias e 13º salário, por exemplo. É um estímulo ao descumprimento da lei.

O cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho também é prejudicado.

Facilita a sonegação das informações quanto ao acidente de trabalho, prejudicando, assim, no conjunto, Sr. Presidente, todos os trabalhadores.

O documento, cuja leitura estou simplificando, diz mais: reduz direitos do trabalhador. O FGTS, que poderá ser reduzido dos atuais 8% para 4%, é depositado na chamada conta vinculada para que, no caso de demissão, o trabalhador tenha como se socorrer.

Sr. Presidente, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado com dois objetivos: criar uma poupança, cujo objetivo principal é garantir um financiamento a preços módicos para o trabalhador de baixa renda; e, no caso de demissão, ele pode então retirar seu fundo de garantia.

Vai mais além o documento, que ressalta, neste ponto, a perda de metade desse direito; coloca em risco a vida e a saúde da população quando fragiliza todas as normas de fiscalização trabalhista e também ambiental.

Sr. Presidente, o documento é longo e ressalta o risco à Previdência Social Pública, tão defendida por todos nós.

Vou ficar agora só nos títulos, Sr. Presidente, para concluir.

“Quebra do Pacto Federativo”, ferindo também o art. 60, § 4º, inciso I, da Constituição Federal;

“Perda de Arrecadação para os Estados mais Pobres e os Municípios mais Pobres”;

“Caos Urbano”;

“Novo Refis – Desrespeito ao Bom Contribuinte”.

Sr. Presidente, o bom contribuinte é o que vai ser desrespeitado, será ele o prejudicado. Vai ser um incentivo à não-contribuição.

Por isso tudo, Sr. Presidente, termino com a última frase das entidades:

Assim, as entidades reconhecem a necessidade de regulamentar o art. 146 da Constituição Federal, mas consideram essencial a retirada e a modificação de todos os dispositivos que causam prejuízos à população brasileira.

Assinam o documento Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco. O documento ainda dá o endereço do Sinait e de outras entidades, para quem tiver qualquer dúvida quanto a esse tema. Quem

quiser mais informação é só telefonar. Estão aqui os endereços que não preciso repetir, mas o e-mail é .

Era o que tinha dizer. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma importante decisão para o Rio Grande do Sul e para o País foi tomada na última sexta-feira pela Petrobras.

Trata-se da decisão de não aumentar sua participação acionária na Braskem, cuja consequência seria a diminuição da força econômica, social e política do Pólo Petroquímico gaúcho que hoje é uma referência nacional.

Fico feliz, pois o bom senso prevaleceu. Quero, neste momento, parabenizar a todos os que participaram desse processo pela sábia decisão que preserva o interesse e o patrimônio público.

Em especial parabeno a Petrobras, na pessoa da Ministra Dilma Rousseff, Presidente do Conselho de Administração e do Ministro Miguel Rosseto, que desde o primeiro minuto nos alertou sobre os prejuízos que teria o Rio Grande e a Petrobras nesta negociação.

Lembro também do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo – SINDIPOLO – RS na pessoa do seu presidente, Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues, que teve uma atuação incansável na luta em defesa do Pólo Petroquímico Gaúcho.

Os prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul seriam incalculáveis, caso a Petrobras tivesse feito a opção de troca de ativos: desemprego, prejuízos na arrecadação de impostos, não haveria a garantia de investimentos para a duplicação do pólo, além da criação de um monopólio no setor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez foi fundamental a participação do Senado Federal para que a Petrobras tomasse a sua decisão, através da realização de uma audiência pública, requerida por este Senador, que se realizou no dia 24 de março de 2006, com a participação de todas as partes interessadas na negociação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado documento que recebi da Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco relativamente ao Super-Simples – PLP nº 123/04.

As entidades elaboraram Nota Pública do Fórum Fisco Nacional relatando suas preocupações em relação ao assunto.

SUPER-SIMPLES – PLP 123/2004: PREJUÍZOS PARA A SOCIEDADE

NOTA PÚBLICA DO FÓRUM FISCO NACIONAL

As entidades integrantes do Fórum Fisco Nacional, abaixo signatárias, manifestam sua preocupação e alertam a sociedade para os prejuízos que traz o substitutivo do PLP 123/2004, conhecido como Super-Simples, apresentado a pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo para micro e pequenas empresas.

O substitutivo extrapola em muito a abrangência dessa matéria e avança sobre legislação trabalhista, previdenciária e até em normas de fiscalização sanitária, ambiental, metrológica e segurança do trabalho. Essas matérias estranhas devem ser retiradas do substitutivo

Os principais prejuízos e problemas do substitutivo do PLP nº 123/2004 são:

FACILITA A SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS E A “LAVAGEM DE DINHEIRO”

O projeto fragiliza e reduz a atuação do Estado em nome da “simplificação”, enfraquecendo o combate à sonegação de tributos e contribuições. O PLP-123 fere a Constituição Federal, ao deixar de observar o disposto nos artigos 37, inciso XXII, e 146, inciso IV, parágrafo único, que estabelecem que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão atuar de forma integrada e compartilhada. Assim, as três esferas de governo devem ter competência plena e atuar de forma compartilhada e integrada como determina a CF.

Ao deixar o fisco federal apenas com a competência “supletiva” e não compartilhada, como diz a CF, fica prejudicado o efetivo combate à sonegação e à “lavagem de dinheiro”, especialmente para desbaratar grandes esquemas montados com base em empresas aparentemente pequenas, localizadas em diferentes Estados da federação.

FACILITA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS “FANTASMAS”

O projeto facilita a criação de empresas “fantasma” ou “laranja”, amplamente conhecidas por sua utilização em atividades ilícitas que envolvem altas somas de recursos, ao proibir

a exigência de comprovação de propriedade ou contrato de locação do imóvel de localização da sede do estabelecimento, por ocasião da sua abertura. Isso dificulta enormemente a ação fiscalizadora do Estado, como recentemente comprovado pelas CPIs em andamento no Congresso Nacional.

É preciso criar mecanismos para evitar e impedir a proliferação desse tipo de empresa, e não para facilitar essa prática.

PRECARIZA DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

O substitutivo fragiliza a fiscalização trabalhista que examina as condições de segurança e saúde no trabalho e o cumprimento do pagamento do salário, férias e 13º salário, por exemplo. É um estímulo ao descumprimento da lei.

O cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho também é prejudicado. Os acidentes de trabalho poderão aumentar ainda mais, elevando despesas da Previdência Social com pagamento de benefícios a trabalhadores e a pensionistas.

Há ainda outras mudanças que dificultam a fiscalização do trabalho, cuja função é proteger o trabalhador: as empresas optantes do Simples são dispensadas de anotar as férias dos empregados nos livros ou fichas de registro e de afixar em suas dependências o “Quadro de Trabalho”, prejudicando os trabalhadores.

REDUZ DIREITOS DO TRABALHADOR – FGTS PASSA DE 8% PARA 4%

O recolhimento do FGTS poderá ser reduzido dos atuais 8% para até irrisórios 4% para empregados de empresas com receita bruta anual de até R\$36 mil, com a simples concordância do empregado (art. 48, II).

Qualquer que seja a redução do percentual do FGTS estará ferindo o princípio constitucional da isonomia, consagrado nos artigos 5º, 6º e 7º. Dessa forma, criando duas classes de trabalhadores. A primeira, dos que têm direito aos 8%, e a segunda classe, justamente os mais pobres, dos que terão o seu direito reduzido.

A Constituição prevê a proteção contra a demissão sem justa causa. Com a redução do FGTS para até 4%, estaria invalidada a proteção diante do valor irrisório da multa rescisória.

O dispositivo nada mais é que a concretização da “flexibilização” das leis trabalhistas, uma redução dos direitos dos trabalhadores.

Implica, também, queda na arrecadação do FGTS, restringindo a capacidade de investimento do Estado em infra-estrutura urbana, saneamento básico e habitação para população de baixa renda.

COLOCA EM RISCO A VIDA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO E FRAGILIZA O CONSUMIDOR

O substitutivo do PLP afrouxa as fiscalizações trabalhista, metrológica, sanitária, ambiental e de segurança, trazendo prejuízos para toda a população. O substitutivo estabelece que a fiscalização trabalhista deverá ter “natureza prioritariamente orientadora” e que, em caso de constatação de irregularidade, apenas na segunda visita poderá ser lavrado “Termo de Ajustamento de Conduta” contendo orientação e prazo de cumprimento. O auto de infração somente poderá ser lavrado se a mesma irregularidade for cometida pela terceira vez. É uma franca obstrução ao trabalho da fiscalização.

O procedimento fragiliza a fiscalização fitossanitária que examina a qualidade e a validade de alimentos, colocando em risco a saúde e a vida da população.

Enfraquece também a fiscalização metrológica, que garante que o consumidor não seja enganado em relação a pesos e medidas de alimentos, por exemplo.

RISCOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

A ampliação das atividades econômicas cobertas pelo Simples Nacional não pode ser promovida sem um profundo estudo técnico prévio sobre os impactos da renúncia de contribuições previdenciárias no financiamento da Previdência Social Pública.

Ao substituir a contribuição previdenciária patronal por alíquota única substituta de vários tributos, o projeto pode comprometer a vinculação constitucional dos pagamentos de benefícios previdenciários e provocar o desequilíbrio atuarial do sistema previdenciário brasileiro, além de ameaçar o financiamento da Previdência Social Pública.

A União, por meio da SRP, deve continuar com a competência para fiscalizar as contribuições dos trabalhadores das empresas do Super-Simples.

A pergunta que fica: se os estados e municípios não têm competência para fiscalizar as empresas do Simples, quem irá fiscalizar as contribuições previdenciárias dos milhões de trabalhadores das empresas do novo sistema?

QUEBRA DO PACTO FEDERATIVO

O projeto fere de morte o pacto federativo. De acordo com o artigo 60, §4º, inciso I, da Constituição Federal, tal projeto não deveria, sequer, ser apreciado por ser flagrantemente inconstitucional quando tenta tirar dos Estados e Municípios a autonomia, prevista na Carta Magna, para instituir e legislar sobre o ICMS e o ISS. Sem dúvida nenhuma, é um retrocesso que relega esses entes federados à qualidade de dependentes com a perda de sua autonomia financeira.

PERDA DE ARRECADAÇÃO PARA ESTADOS MAIS POBRES E MUNICÍPIOS

O projeto aumenta a carga tributária para alguns setores da economia e a reduz para outros. Isso significa perdas consideráveis de arrecadação para alguns estados, sobretudo os mais pobres. Os municípios chegam a perder arrecadação na ordem de 6% a 10% no imposto sobre serviços.

Os entes federados terão dificuldade de planejar seu desenvolvimento e seu orçamento anual, uma vez que as informações prestadas pelos contribuintes passarão de um período mensal para anual, dificultando qualquer informação estatística.

CAOS URBANO

O projeto dispensa o cumprimento das normas que disciplinam a instalação de empresas no município, permitindo o estabelecimento em locais inadequados e promovendo, conseqüentemente, o caos urbano.

NOVO "REFIS" – DESRESPEITO AO BOM CONTRIBUINTE

O substitutivo do projeto prevê novo parcelamento de dívidas com o fisco, em até 120 meses, para as empresas do Simples Nacional, inclusive a seus titulares e sócios. Isso desrespeita o bom contribuinte que pagou seus tributos no prazo legal e favorece a concorrência desleal na economia, ferindo o princípio

constitucional da isonomia. Além disso, favorece duplamente o contribuinte inadimplente e sonegador: ao não cumprir com sua obrigação tributária, ele leva vantagem em relação ao bom pagador de tributos; e ainda é privilegiado com parcelamento a longo prazo.

O resultado do Refis anterior é um fracasso: 80% das empresas foram excluídas do programa por falta de pagamento; de 129.166 empresas que aderiram, em 2000, permaneciam apenas 25.622, até novembro de 2005. Com um passivo inicial de R\$150 bilhões, em 2000, arrecada-se apenas cerca de R\$1 bilhão por ano.

Assim, as entidades reconhecem a necessidade de regulamentar o artigo nº 146 da Constituição Federal, mas consideram essencial a retirada e a modificação de todos os dispositivos que causam prejuízo à população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida à palavra da Senadora Heloísa Helena, que falará como Líder do P-SOL, falará, como orador inscrito, para uma comunicação inadiável o Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato, é importante, Senador Papaléo, que V. Exª esteja presidindo os trabalhos, que o Senador Mão Santa esteja aqui porque somos da área de saúde, embora eu saiba que, pela vivência que têm o Senador Zambiasi e o Senador Paim, com certeza, S. Exªs são capazes das mais importantes conclusões e opiniões sobre esse setor.

A saúde não é uma caixinha a ser pensada e com ações propostas simplesmente por quem militou na área. Às vezes, o cidadão mais simples que tem sensibilidade para ver a vida da cidade e do Estado é capaz de tirar conclusões e apresentar proposições até mais importantes do que aqueles que, de forma compartimentada, ficam vivenciando o setor.

Meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sobre algumas notícias que tenho visto nos meios de comunicação em relação ao Ministério da Saúde. Tenho feito várias críticas ao atual Governo sobre o parasitismo da máquina pública do mesmo jeito, com a mesma força que fazia quando era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Então sinto-me com autoridade moral para fazer críticas sobre

o parasitismo da máquina pública atual, a delinquência de luxo, porque fiz isso quando era Líder da Oposição e faço isso para ter a consciência tranqüila.

Hoje tomam posse os Secretários que passam a assumir os Ministérios até a conclusão das negociações – espero que não sejam negociatas – em relação às indicações desses Ministérios.

Desde ontem circula pelos meios de comunicação – não foi desmentido, mas espero que seja; e o apelo que faço é esse – e tenho tomado conhecimento de que o Presidente Lula entregará o Ministério da Saúde àquela liderança apresentada por quem ganhar a indicação do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Isso é algo muito grave! Sei que talvez seja até uma cantilena da minha parte exigir determinadas posições pautadas na ética, na competência, no respeito ao espaço público; mas mesmo assim faço este apelo. Não é possível, não é possível que o Ministro da Saúde seja indicado dessa forma. O que está na imprensa é isto: qualquer um dos grupos do PMDB que conseguir eleger o próximo Líder na Câmara dos Deputados terá o direito de indicar o Ministro da Saúde. Se fosse algo simplesmente irracional, eu até perdoaria, porque a irracionalidade, a inocência, a ignorância merecem perdão, mas o parasitismo, a delinquência, a convivência com essa metodologia maldita de ocupação dos cargos públicos essas, realmente, não merecem perdão.

O quadro de saúde do povo brasileiro é dramático. Sabemos todos nós que analisamos o perfil epidemiológico do povo brasileiro que o quadro de doenças que assolam o País e as mortes é gravíssimo. O quadro de morbi-mortalidade do País é gravíssimo. Sabe V. Ex^a que o Brasil, ao contrário de outras Nações, não conseguiu fazer a transição do perfil epidemiológico da sua população; não conseguiu. Em várias Nações, antes que a população passe a ser acometida pelas chamadas doenças da modernidade, ocorre uma transição: superam-se as chamadas doenças do subdesenvolvimento – diarreia, hanseníase, tuberculose, dengue, malária – e, aos poucos, passa-se a ser acometido pelas chamadas doenças do desenvolvimento, da modernidade – as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, as doenças relacionadas aos acidentes de trânsito, à violência. O Brasil tem um quadro dramático, tem um perfil epidemiológico muito grave, completamente diferenciado de outras Nações, de forma que não superou as doenças vinculadas à pobreza e ao subdesenvolvimento. E sua população pobre, por não ter acesso aos serviços de saúde ainda no início dessas doenças, passou a ser acometida também pelas doenças chamadas da modernidade.

Diante do perfil epidemiológico extremamente grave em que se encontra o Brasil, da desestrutura-

ção do setor público, da ausência de investimentos na área do setor público – quem analisou o Orçamento viu que menos de 5% dos investimentos previstos para o setor público na área de saúde foram de fato executados –, faço um apelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sei que talvez seja até ridículo de minha parte cobrar de um Governo que dá provas da sua imoralidade, incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade que não leiloe o Ministério da Saúde, conforme as conveniências estabelecidas pelo PMDB na Câmara dos Deputados. Faço este apelo porque é muito dramático o perfil epidemiológico do povo brasileiro; é dramática a ausência de estrutura – sabe V. Ex^a – do pequeno postinho de saúde no menor Município de Alagoas ou de qualquer outro Estado, a situação dos centros de saúde, das unidades intermediárias, das unidades de referência e de alta complexidade; é dramática a situação de saúde do nosso povo! É tanta irresponsabilidade na estruturação do serviço público ou da rede conveniada, que deveria ter o caráter de complementaridade e não de unidade única e exclusiva como referência. Por essa situação tão dramática, espero que o Ministério da Saúde não seja parte do balcão de negócios sujos montado pelo Governo Lula aqui no Congresso Nacional.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, vou dar uma notícia que interessa a todos nós. V. Ex^a também ficará contente.

Senadora Heloísa Helena, vai assumir mandato na Câmara Federal Francisco Escórcio, maranhense de São Luís, empresário vitorioso que chegou aqui em 1963. É o nosso Chiquinho Escórcio, que se diplomará pela licença do nosso Deputado extraordinário Cláudio Fecuri, filho do Senador Mauro Fecuri, um ícone da educação do Nordeste, ele tem a “Harvard” do Nordeste.

Francisco Escórcio é uma figura muito querida aqui, pois foi suplente do Senador Alexandre Costa e assumiu; não passou aqui simplesmente pisando os tapetes azuis e tomando cafezinho ou comendo sanduíche ali do lado. Ele foi um dos mais inspirados Parlamentares, tendo apresentado um projeto que é a salvação da República, da capital federal: o Estado do Planalto Central, cujo Relator é o Senador Jefferson Péres.

Brasília foi planejada para 600 mil pessoas; não existiriam as cidades satélites. S. Ex^a, então, com in-

teligência privilegiada, se debruçou sobre o assunto, e sua matéria já foi aprovada. É uma tese em que se somariam as cidades vizinhas dos Estados de Minas, que tem cidades de mais, e de Goiás, formando um Estado independente, suas cidades com corpo político formado: prefeito, vice-prefeito e vereadores. Isso deve ser a solução para a independência e para diminuir o sacrifício que hoje as outras cidades brasileiras têm para manter o Distrito Federal.

A estudantada deve a prorrogação do Fundef, que proporciona a melhoria da educação, à obstinação do Senador Francisco Escórcio. O projeto do corredor do centro-norte de desenvolvimento, de autoria de S. Ex^a, sem dúvida nenhuma, vai desenvolver a Região Norte e a Nordeste.

Sr. Presidente Papaléo, Francisco Escórcio foi assessor especial da Presidência da República, o que ocorreu no começo de nosso mandato. Aquele foi o melhor tempo que vivemos aqui porque ele é querido por todos e, com pureza, com decência, com dignidade, com honestidade, soube fazer a ligação do Senado com o Planalto, antes desse mar de corrupção. Quero dizer que isso é uma benção para o Presidente José Sarney. Ele tem muitos filhos, genéticos e adotivos, e está entre os melhores que conheço. Falo emocionado porque o Piauí ganhou um Deputado Federal. Ele é uma figura tão querida em nossa região que, recentemente, a Rádio Igarçu, de Parnaíba do Piauí, outorgou a ele o troféu Ação Igarçu.

Igarçu quer dizer uma canoa para rio pequeno. E, como dizia o poeta: “Navegar é preciso, viver não é preciso”.

Valeu a pena a luta de Francisco Escórcio e do povo que o elegeu Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa referenda as suas palavras. Pessoalmente, em nome da Mesa, quero cumprimentar o Senador Francisco Escórcio, que serviu a esta Casa e agora vai passar a servir à Câmara Federal.

Reconheço em S. Ex^a um homem digno, um empreendedor da construção civil, que prestou muitos serviços nessa área e muito mais ainda na área legislativa, no Senado Federal, onde deixou nesta Casa projetos importantíssimos como o da prorrogação do Fundef e a normatização de área do Distrito Federal, que é muito importante. Concorro com S. Ex^a e apóio seu projeto.

Quero reconhecer isso e dizer ao amigo Chiquinho Escórcio, que aqui ficamos muito satisfeitos com a sua presença como Deputado Federal, representando o Maranhão e também, por afinidade, o Piauí, como disse o Senador Mão Santa.

Logicamente, é muito bom o relacionamento que S. Ex^a tem com todos os Senadores. Demonstrou isso durante uma fase em que o Governo precisou de bom relacionamento com esta Casa e V. Ex^a foi quem conseguiu fazer essa ponte.

Cumprimento V. Ex^a e o PMDB.

A Casa está satisfeita em ver Francisco Escórcio integrando o quadro de Deputados Federais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, como orador inscrito para uma comunicação de caráter inadiável.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos entrando no período da Páscoa. Essa é uma época de reflexão, de renovação de crenças e de valores e, principalmente, de doação. Foi com esse espírito que um grupo de jovens adventistas do Rio Grande do Sul decidiu iniciar uma campanha evocando a solidariedade que toma conta de nós nessa época. A idéia é a de que todos, além da troca de doces, de bombons, chocolates, doem também um pouco do combustível da vida, que é o precioso sangue que corre em nossas veias.

O Projeto Mais Vida, idealizado pela juventude adventista e com apoio dos hemocentros, iniciou tímido. Em 2005, um grupo de jovens gaúchos decidiu realizar um ato solidário no período que antecede a Páscoa, mobilizando amigos para doarem sangue, refletindo, assim, o real significado da Páscoa. Com a resposta positiva da sociedade e a divulgação nos meios de comunicação do País, outros Estados realizaram eventos promovendo também a campanha. Neste ano, o projeto foi ampliado e deverá alcançar toda a América do Sul. O objetivo é atingir a meta de 100 mil doadores de sangue e no Brasil, mais de 50 mil.

Com o *slogan* “Ele deu tudo para você doar um pouco”, os promotores da campanha lembram o sacrifício de Cristo pela humanidade. A idéia do grupo é prática: com exposições e distribuição de material explicativo, eles buscam mobilizar os jovens para fazer parte de uma corrente de solidariedade. A campanha iniciou no dia primeiro deste mês e vai até o próximo dia 16 de abril.

Quem se interessar em ajudar pode acessar o *site* do projeto, que é . Lá, o futuro doador vai preencher um pequeno cadastro com nome, endereço e tipo sanguíneo e passará a fazer parte do banco de dados da campanha. Automaticamente, será indicado o local mais próximo para realizar a doação e os contatos do coordenador do projeto na sua região. Quem participa da campanha ainda ganha esta carteirinha (mostra uma carteira), que irá também indicar as datas das próxi-

mas doações. Até agora – vejam bem, faz apenas três dias que a mobilização iniciou – já foram cadastrados mais 18 mil doadores.

É assim, com um objetivo concreto e atitudes direcionadas, que os jovens adventistas estão conquistando o Brasil. Na última semana, eles estiveram aqui, em Brasília e tiveram a oportunidade de conversar com diversos Parlamentares, inclusive com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, a quem dirijo meus sinceros agradecimentos pelo apoio imediato dispensado à idéia. Além de acolher prontamente a comitiva que divulgava o projeto, liderada pelo Pastor Odailson Fonseca, coordenador nacional da campanha, o nosso Presidente, Renan Calheiros, disponibilizou um espaço no Salão Branco do Senado para que o grupo divulgue suas idéias nesse local, que é tão plural e tão democrático.

Agradeço também, de coração, a toda equipe do Senado Federal, especialmente aos servidores do setor de cerimonial e da Comunicação Social – Agência Senado, Rádio Senado e TV Senado –, que imediatamente acolheram a nossa proposta. Isso nos estimula ainda mais porque sabemos que, quando a idéia empolga tanta gente, é sinal de que estamos indo no caminho certo.

Quero registrar também o imediato apoio e o voto de aplauso da Senadora Heloísa Helena à iniciativa tão logo os jovens tiveram acesso a esta Casa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a que preside neste momento a sessão e que é médico, Senador Papaléo Paes, que há pouco presidia a sessão e que também é médico, Senador Tião Viana, que também é médico, e Senadora Heloísa Helena, que é oriunda do setor de saúde, infelizmente, ainda há muito preconceito sobre a doação de sangue. De acordo com a pesquisa “Perfil do Doador de Sangue Brasileiro”, coordenada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 36,15% dos brasileiros que não doam sangue não o fazem porque têm medo de doar.

Mas a realidade é que, ao contrário do que muitos pensam, a doação não afina nem engrossa o sangue, não engorda nem emagrece, não vicia. Poderia viciar – não haveria nenhum problema. Assim, talvez, os hemocentros tivessem problemas. Poderia ser um vício do bem, Senador Papaléo Paes e Senador Mão Santa. Não há risco de contrair doenças. O corpo humano está constantemente produzindo sangue e, se a pessoa estiver com saúde, doar uma unidade é seguro e não apresenta efeitos colaterais. Além disso, o nosso organismo repõe o plasma em cerca de um dia após a doação e os demais componentes em algumas semanas.

Para os homens, as doações podem ser feitas a cada 60 dias. As mulheres podem doar sangue a cada 90 dias.

Outros cuidados também devem ser levados em conta. Só pode doar quem tiver entre 18 e 65 anos; pesar, no mínimo, 50 quilos; e estiver em boas condições de saúde, ou seja, não estar resfriado, com febre nem com anemia. Quem for fazer a doação deve estar descansado e bem alimentado, evitando comidas gordurosas nas quatro horas que antecedem a doação e só precisa apresentar um documento original com foto. Qualquer funcionário, da área pública ou privada, terá sua falta abonada, sem prejuízo de salário, quando for doar sangue, de acordo com a Lei nº 1.075, de 1950.

E se o argumento da solidariedade não for suficiente, lembramos ainda que, doando sangue, o doador pode estar ajudando a si mesmo. Isso porque, infelizmente, existe uma possibilidade em cinco de que, pelo menos uma vez em sua vida, venha a necessitar de sangue doado. Então, por que não colaborar com os bancos de sangue de nosso País?

Dados da Organização Mundial da Saúde demonstram que apenas 1,8% dos brasileiros são doadores voluntários. O mínimo para garantir um estoque suficiente para as nossas necessidades seria de 3% a 5%. Se cada um de nós adquirisse esse maravilhoso hábito de doação, os índices poderiam ser bem diferentes. Além disso, por mais que a ciência tenha avançado, ainda não há um substituto para o sangue humano. Por isso, toda vez que alguém precisa de uma transfusão de sangue para sobreviver, ela só poderá contar com a solidariedade das outras pessoas.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, em épocas como o carnaval e feriados prolongados, percebemos o aumento pró-doença de sangue em função do maior número de acidente que acontecem nessas ocasiões. Isso também ocorre, desde 1964, durante as comemorações do Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue, celebrado no dia 25 de novembro. A conscientização e o incremento das doações em períodos específicos já é uma grande vitória, mas temos que estender esse espírito solidário aos 365 dias do ano. Todos os dias há pessoas precisando de sangue, mesmo que não saibamos seus nomes, suas histórias, mesmo que não conheçamos seus rostos. E, amanhã, quem garante que não seremos nós ou algum de nossos familiares os pacientes necessitados desse líquido vital para todos nós?

Pela nobreza do tema e pela eficácia da campanha, parabéns mais uma vez a iniciativa da Juventude Adventista. E deixo novamente a dica: . Cadastre-se. Doe sangue. Doar faz bem aos outros e a nós também, pois a satisfação de salvar vidas, seguramente, é a maior das recompensas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, pela generosa oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá – para minha tristeza, ele saiu do PMDB. Regimentalmente, S. Ex^a tem direito a dez minutos e mais cinco de prorrogação, mas jamais ousarei calar essa voz do povo do Brasil.

Em seguida, para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V. Ex^a pela lembrança de que eu era um parlamentar do PMDB. Tenho certeza absoluta de que continuo amigo de todos os companheiros do PMDB, dada a nossa boa convivência, e que ao PSDB só fiz retornar. Com muita honra, hoje sou peessedebista, sem esquecer que o PSDB nasceu do PMDB e, por isso, hoje é também um grande partido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado do Amapá, tão distante das metrópoles brasileiras e tão ansioso por mais oportunidades de crescimento econômico, ainda não foi contemplado com o progresso nos níveis almejados por seus homens públicos, por seus representantes políticos e por toda a sua população. Entretanto, assusta-se com a chegada de alguns dos males típicos dos grandes centros, que se propagam com a sofisticação tecnológica, em contraposição ao bucolismo de sua paisagem e à singularidade de seu povo.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos crimes de pedofilia pela Internet, já rotineiros em muitos Estados brasileiros, mas até recentemente sem qualquer registro em Municípios amapaenses. Não obstante, um caso acabava de ser descoberto, com a agravante de ter ocorrido em uma escola pública.

Em sua edição do dia 20 de março, o jornal **A Gazeta** notificou o fato com os seguintes dizeres:

Amapá entra na rota da pedofilia pela Internet. O crime de pedofilia pela Internet já se tornou rotineiro em vários Estados brasileiros e o Amapá, até então, ficava de fora. No entanto, após a descoberta, em uma escola pública de Amapá, de fotos de crianças e adolescentes, a maioria despida, e de bate-papo entre alunos e pessoas até então desconhecidas sobre assuntos pornográficos, o Estado definitivamente entrou nesta rota, o que preocupa as autoridades ligadas à segurança pública.

O jornal **A Gazeta** informa ainda que os promotores Eder Abreu e Flávio Cavalcante já estão se reunindo com representantes de várias instituições para montar um esquema de combate à pedofilia. Para isso, pretendem desenvolver trabalhos preventivos em escolas, nas chamadas **lan houses** e junto às famílias das crianças e dos adolescentes. De acordo com o Promotor Eder Abreu, há indícios de que esse tipo de crime estaria proliferando no Amapá.

Embora muitas famílias tenham computadores em casa, a maior preocupação das autoridades é com as escolas, que não possuem mecanismos para fiscalizar o uso da internet. No caso ocorrido em Macapá, o principal suspeito já está sendo investigado. Alertando que as ações repressivas vão continuar, as autoridades lembram que uma lei nos moldes da que existe em São Paulo pode ajudar no combate à pedofilia pela Internet. A referida legislação obriga as **lan houses** a manter um tipo de filtro que impossibilita o acesso a **sites** proibidos, como os pornográficos, além de obrigá-las a identificar os usuários.

Enquanto não dispõem de uma legislação mais adequada, as autoridades procuram outros meios de combater a pedofilia na rede. Entre outras medidas, uma portaria da Vara da Infância e da Juventude proibiu a entrada de menores de idade nas **lan houses**, em horário de aula. As casas que desobedecem à portaria sujeitam-se a multas que podem chegar a R\$20 mil e até ao fechamento por 15 dias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a pedofilia na Internet são crimes que vêm preocupando autoridades brasileiras e de todo o mundo. Em trabalho intitulado “Pedofilia e tráfico de menores pela Internet: o lado negro da **web**”, o Bacharel Sandro d’Amato Nogueira, há alguns anos, já alertava:

A internet está sendo utilizada pelos pedófilos para realizarem suas fantasias sexuais, trocarem e comercializarem fotos, filmes, CD-Rom entre outros. Se não bastasse isso, crianças e adolescentes são raptados para serem explorados sexualmente e envolvidos em uma rede de tráficos e prostituição, na qual pode-se comprar pela **net** “pacotes turísticos” cuja principal atração é a criança.

Como a ação dos pedófilos e das quadrilhas que atuam com prostituição infantil vem disseminando-se com muita rapidez, a própria sociedade tem-se mobilizado para atuar em conjunto com o poder público.

A **Istoé Online** divulgou, há algum tempo, uma iniciativa merecedora dos maiores elogios. Trata-se do **site** www.censura.com.br, que se dedica a receber denúncias contra a ação de pedófilos, encaminhando-as às autoridades competentes, como o Ministério Público

Federal, a Polícia Federal e a Interpol, entre outras. O combate a esse tipo de crime é muito difícil.

Como a pedofilia virtual transcende fronteiras e as leis variam muito de país para país – destaca a **Is-toé Online** – enfrentar o problema requer, no lugar de armamento sofisticado, conhecimento técnico, contribuição por parte dos provedores para bloquear *sites* criminosos e, acima de tudo, a colaboração de todos. No Brasil, felizmente, é grande o número de anônimos empenhados nessa briga.

A proteção à criança e ao adolescente, Sr. Presidente, não custa lembrar, é dispositivo constitucional. Em seu art. 227, a Constituição Federal determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, especifica em seu art. 241: “Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa”.

Portanto, Sr. Presidente, em que pese não dispormos de uma legislação mais específica e adequada à pedofilia virtual, não podemos dizer que a lei é omissa. A pedofilia, na rede ou não, é um crime que merece o nosso absoluto repúdio, razão por que faço desta Tribuna um apelo às autoridades amapaenses e, de resto, a todas as autoridades do nosso País, para que reprimam energicamente essa atividade, envolvendo nessa luta os responsáveis pelos provedores, as escolas, as famílias de crianças e adolescentes, e todos os segmentos da nossa sociedade. Somente com a punição rigorosa e exemplar dos pedófilos e das quadrilhas envolvidas com a prostituição infantil poderemos formar as novas gerações num ambiente sadio, de civismo e de solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrademos. V. Ex^a não quis utilizar o tempo todo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar em nome do PDT, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito. Logo após o Tião Viana, a quem

eu tinha anunciado, V. Ex^a usará da palavra, pelo que ansiosamente o Paraná e a Pátria aguardam.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre, e uma das melhores figuras da política do Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Mão Santa, sempre generoso com seus colegas médicos e de Parlamento.

Quero externar neste momento um sentimento que julgo ser de toda a Academia, da Universidade de Brasília e do grupo científico que compõe o Distrito Federal. Temos aí desde Juscelino Kubitschek uma decisão de tornar o Centro-Oeste do Brasil uma instância de conhecimento vinculada a todas as áreas, e de modo muito distinto às doenças tropicais.

Isso veio sendo construído a muitas mãos. Marcadamente, Dr. Aluizio Rosa Prata foi condutor dessa semente que fez brotar dezenas, para não dizer centenas, de cientistas neste País para ocupar, por concurso público e a partir de seu conhecimento, a história da medicina tropical ligada ao Centro-Oeste e ao Nordeste do Brasil, tendo como grande vetor a Universidade de Brasília.

E, no último final de semana, no sábado propriamente, nós sofremos a perda da Professora Dr^a Vanize Macêdo – um nome que marcadamente faz parte de muitas décadas da história da medicina tropical no Brasil – que abalou toda a comunidade científica brasileira ligada à área de saúde, por ser uma pessoa que contribuiu de maneira decisiva para escrever uma das fronteiras mais importantes da medicina no Brasil, que foi a fronteira do Centro-Oeste, do Nordeste, do Norte brasileiro no que diz respeito às doenças tropicais.

Então, eu, por ter sido em três pós-graduações aluno da Professora Vanize Macêdo – inclusive na última, fui aluno de doutorado dela numa das suas linhas de pesquisa – faço este registro com a mais elevada consideração, que sei que é de todos os Senadores, com a sua biografia, com a sua vida junto à Universidade de Brasília e a seus familiares.

Gostaria apenas de modo sucinto de demonstrar a grandeza científica da Professora Vanize Macêdo, sua autoridade científica e sua dignidade como ser humano que dedicou sua vida à causa da ciência médica brasileira.

Veja V. Ex^a que em 1961 ela já cumpria o Curso de Atualização Terapêutica, na Escola Bahiana de Medicina, recebendo títulos, o qual foi seguido de: Curso Intensivo sobre Doença de Chagas, na Clínica das Do-

enças Tropicais e Infecciosas, da Universidade Federal da Bahia; Curso de Gastroenterologia, no Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo; Curso de Eletrocardiografia e Vectocardiografia, no Instituto de Cardiologia de São Paulo; Curso de Medicina Tropical, na Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia; Curso de Cardiologia Clínica, no Instituto de Cardiologia de São Paulo; Curso de Hepatologia, no Instituto de Gastroenterologia de São Paulo; Curso de Fonomecanografia Professor Fschleder, do Instituto de Cardiologia do México, São Paulo; Curso de Radiologia Cardiovascular, do Departamento de Radiologia e 2ª Clínica Médica do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo; curso de Cardiologia, da Faculdade de Medicina, na Universidade de São Paulo; Curso de Genética Médica, da Universidade Federal da Bahia.

Era Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de doenças infecciosas e parasitárias e tinha o título de livre-docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O título da livre-docência foi “Influência da exposição à reinfecção na evolução da Doença de Chagas.

Exerceu um trabalho com mais de 12 linhas de pesquisa na área científica, dos quais eu apontaria: Estudo Longitudinal da Doença de Chagas em São Felipe, na Bahia; Estudo Evolutivo Longitudinal da Doença de Chagas em Mambai, Goiás; Construção de Casas de Baixo Custo no Controle da Doença de Chagas, mal que já chegou a afetar mais de 7 milhões de brasileiros; Estudo Evolutivo da Forma Indeterminada da Doença de Chagas; Terapêutica da Doença de Chagas; Epidemiologia e Controle da Doença de Chagas; Estudo Clínico Epidemiológico da Leishmaniose Tegumentar em Corte de Pedra, na Bahia; Estudo Epidemiológico da Hepatite Delta no Estado do Acre – essa foi a minha tese de doutorado, que se constituiu no maior estudo epidemiológico sobre a Hepatite Delta em uma região da Amazônia; Estudo Epidemiológico e Controle da Malária; Terapêutica da Leishmaniose, Inquérito Eletrocardiográfico Nacional para Doença de Chagas; Inquérito Nacional de Soroprevalência da Infecção Chagásica em Crianças de 0 a 5 anos.

Ela foi aposentada como professora titular da Faculdade de Medicina da Faculdade da Bahia, em 2004, e recebeu o título de Professora Emérita da UnB em 2006.

É reconhecida em todos os lugares da medicina tropical no mundo, sendo autora de capítulos de livros como **Cecil – Tratado de Medicina Interna**, que V. Ex^a conhece tão bem, o capítulo Doença de Chagas, escrito por ela, por muitos anos. Então, é um nome que

fez a travessia das fronteiras do conhecimento médico-brasileiro, porque sua vida foi dedicada à ciência e ao conhecimento médico.

Foi membro do *American Society of Tropical Medicine* e do *The New York Academy Sciences*, e por aí vai.

A Professora Vanize é um nome que orgulha a toda a sociedade médica brasileira. E agora, quando dizíamos que a última fronteira das doenças tropicais no Brasil estavam sendo desvendadas na Amazônia Ocidental – e participei desse debate, desse entendimento de pesquisa na região amazônica – estava lá a Professora Vanize, com seu livro de coleta de dados, acompanhando as teses de pós-graduação e orientando cada item, cada momento do registro de casos, para que não se perdessem, no caminho, o reconhecimento, a análise, a meta-análise, todos os instrumentos científicos para entender os fenômenos das doenças que ocorriam na Amazônia.

Então, é um nome que orgulha a todos: a CAPES, CNPq, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, onde ela dedicou muito da sua vida e de seu sacrifício para honrar a atividade do médico, a condição de acadêmica e a condição de cientista no Brasil.

Para mim foi uma enorme honra tê-la conhecido, ter aprendido, ter sido um aluno e ter dividido isso com dezenas de médicos e cientistas que hoje povoam as mais distintas regiões do Brasil.

Então, a mão do conhecimento médico da Dr^a Vanize Macedo afetou sobremaneira a condição de pensadores das doenças tropicais e da epidemiologia no Brasil.

Por isso, faço esse reconhecimento, entendendo que é um sentimento do Senado. E peço que a manifestação de pesar chegue aos familiares, à Universidade de Brasília, por intermédio de seu reitor, Dr. Timothy, e ao Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.

É um nome que deixa saudades sobretudo lições do valor, do rigor científico, da honestidade cultural e do conhecimento como instrumento efetivamente comprometido com as causas sociais do Brasil.

Apenas acrescento, como solicitação, que a biografia da Dr^a Vanize Macêdo faça parte dos **Anais do Senado Federal** e seja publicada, em anexo, a minha manifestação de solidariedade e sentimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

MEMORIAL**DADOS PESSOAIS:**

Nome: **Vanize de Oliveira Macêdo**

Filiação: João J Macêdo e Julinda de Oliveira Macêdo

Nascimento: 24/11/1934, Palmeira/BA - Brasil

Carteira de identidade: 1883 / CRM / DF /Expedida em: 23/08/1974

CPF: 00223174572

Endereço profissional: Universidade de Brasília, Núcleo de Medicina Tropical.
NMT - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
ASA NORTE
70919970 BRASILIA, DF - Brasil - Caixa Postal: 4517
Telefone: (61) 2735008 Fax: 2732811
E-mail: tropical@unb.br

Endereço residencial: COLINA/UNB - BLOCO D AP. 13
ASA NORTE
70919970 BRASILIA, DF - Brasil - Caixa Postal: 4517
Telefone: (61) 2722824 Fax: 2732811
E-mail: vomacedo@uol.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

- 1974 **Livre-docência.**
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
Título: Influência da exposição à reinfeção na evolução da doença de Chagas.
- 1974 **Doutor**
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Doenças Infecciosas e Parasitárias
- 1970 Curso de Genética Médica. UFBA. Salvador, Bahia.
- 1969 Curso de Cardiopatia Adquirida. Universidade de São Paulo – USP.
- 1968 **Especialização em Cardiologia. Faculdade de Medicina – Universidade de São Paulo USP.**
- 1968 Curso de Radiologia Cardiovascular. Departamento de Radiologia e 2ª Clínica Médica do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo. USP.
- 1968 Curso de Fonomecanografia Professor Fschieder do Instituto de Cardiologia do México. São Paulo.
- 1965 Curso de Hepatologia. Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo.
- 1965 Curso de Cardiologia Clínica. Instituto de Cardiologia de São Paulo
- 1964 **Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Tropical. Faculdade de Medicina. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Bahia.**
- 1964 Curso de Eletrocardiografia e Vectocardiografia. Instituto de Cardiologia de São Paulo.
- 1964 Curso de Atualização de Gastroenterologia. Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo.
- 1963 Curso Intensivo Sobre Doença de Chagas. Clínica das Doenças Tropicais e Infecciosas, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.
- 1961 Curso de Atualização Terapêutica. Escola Bahiana de Medicina. Salvador, Bahia.

1953 - 1958 **Graduação em Medicina.**
Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, EBMSP, Bahia, Brasil.

LINHAS DE PESQUISA

- ESTUDO LONGITUDINAL DA DOENÇA DE CHAGAS EM SÃO FELIPE (BA).
- ESTUDO EVOLUTIVO LONGITUDINAL DA DOENÇA DE CHAGAS EM MAMBAÍ (GO).
- CONSTRUÇÃO DE CASAS DE BAIXO CUSTO NO CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS.
- ESTUDO EVOLUTIVO DA FORMA INDETERMINADA DA DOENÇA DE CHAGAS.
- TERAPÊUTICA DA DOENÇA DE CHAGAS.
- EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS.
- ESTUDO CLÍNICO EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR EM CORTE DE PEDRA (BAHIA).
- ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA HEPATITE DELTA NO ESTADO DO ACRE.
- ESTUDO EPIDEMIOLOGICO E CONTROLE DA MALÁRIA.
- TERAPÊUTICA DA LEISHMANIOSE.
- INQUÉRITO ELETROCARDIOGRÁFICO NACIONAL PARA DOENÇA DE CHAGAS.
- INQUÉRITO NACIONAL DE SOROPREVALÊNCIA DA INFECÇÃO CHAGÁSICA EM CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A Profa. Vanize aposentou-se como Professora Titular – DE, da Faculdade de Medicina, da Universidade de Brasília – UNB em 2004. Recebeu o Título de PROFESSOR EMÉRITO DA UNB em 2006.

1. Coordenadora do Núcleo de Medicina Tropical – UnB – 1984 a 2004
2. Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical, da UnB, 1986. – 2004.
3. Coordenadora do Curso de Especialização em Medicina Tropical, da Universidade de Brasília Desde 1976 a 2004.
4. Membro do CEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. UnB.
- 5.
6. Bolsista “Projeto Integrado de Pesquisa”. CNPq. Desde 1992 - 2006
7. Consultora AD HOC CNPq. Desde 1984.
8. Consultora da OPAS – Malária e Doença de Chagas.
9. Consultora do Ministério da Saúde. Malária e Doença de Chagas.
10. Consultora da CAPES. Desde 1985.
11. Consultoria - Cadernos de Saúde Pública.

12. Coordenadora da Rede Nacional de Pesquisa em Dengue. CNPq.
13. Coordenadora da Comissão de Avaliação dos Projetos de Dengue. CNPq. 2003
14. Vice-Coordenadora do INSIC - Inquérito Nacional de Soroprevalência da Infecção Chagásica. Ministério da Saúde.
15. Membro da American Society of Tropical Medicine and Hygiene.
16. Membro - The New York Academy Sciences.
17. Membro da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina/UnB. Desde 2000.
18. Membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia.
19. Membro da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.
20. Sociedade Latino Americana de Medicina Tropical.
21. Membro da Associação Médica Brasileira.
22. Membro da Associação Médica de Brasília.
23. Membro da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Desde 1968.
24. Membro do Conselho Editorial da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.
25. Membro da Sociedade Brasileira de Parasitologia. Desde 1974.
26. Membro do Comitê Assessor de Pesquisa e Vacinas. DST/AIDS. Ministério da Saúde.
27. Membro do Comitê Assessor do Programa de Leishmanioses da Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde.
28. Membro do Conselho Científico da Fundação Bahiana de Infectologia.
- 29. Membro do Conselho Editorial da Editora FIOCRUZ. Desde 1998.**
30. Membro do Conselho Editorial da Revista de Patologia Tropical e Saúde Pública. Desde 1998.
- 31. Membro Fundador da Academia de Medicina de Brasília.**
- 32. Membro do Emérito da Academia de Medicina de Brasília.**
33. Representante da CAPES na Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CIT-CNS). 2003.
34. Consultora AD HOC Projeto VIGISUS. Ministério da Saúde. 2001.
35. Membro da Comissão Nacional Consultiva Para Meningites. CENEPI/Ministério da Saúde. 2001.
36. Membro do Comitê Diretivo de Pesquisa do Programa Nacional de DST e AIDS. 2001.

37. Presidente da Comissão Para Avaliar a Escola de Medicina do Estado do Acre, da UFAC. 2001.
- 38. Coordenadora da Área de Medicina II - CAPES. De 1999 a 2001.**
- 39. Assessora da Organização Mundial de Saúde nos Projetos de Padronização em Estudos Longitudinais, Clínico-Epidemiológicos e na Padronização de Eletrocardiograma na Doença de Chagas. 1998.**
40. Representante da Universidade de Brasília na Comissão de Assessoria de Coordenação de DST/AIDS no Distrito Federal. De 1998 a 1990.
41. Membro da Comissão de Avaliação das Bolsas Para França (DST/AIDS). 1997.
42. Coordenadora da Área de Medicina da FAP-DF. De 1996 a 1998.
- 43. Coordenadora da Câmara de Assessoramento Técnico-Científica da Área de Saúde e Saneamento. FAP-DF. De 1995 a 1998.**
44. Coordenadora da Comissão Avaliadora do Programa de Erradicação do Aedes aegypti (PROEAa). De 1995 a 1997.
45. Bolsista do Programa Suplementar de Apoio a Qualificação Docente. CAPES. De 1995 a 2000.
46. Membro da Comissão Avaliadora da Área de Medicina - PROIN-CAPES. 1995.
47. Membro da Comissão de Assessoria do Programa de Controle de Teníase Cisticercose do Ministério da Saúde. De 1995 a 1996.
48. Membro do Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde. 1995.
49. Representante do Departamento no Conselho da Faculdade de Ciências da Saúde. De 1995 a 1997.
50. Membro da Comissão de Avaliação da Certificação da Erradicação do Polivírus Selvagem no Brasil. 1994.
51. Membro da Comissão de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação na Área Médica. CAPES/MEC. De 1994 a 1996.
52. Membro da Comissão Independente de Avaliação de Epidemia de Cólera. Ceará. 1994.
53. Membro da Comissão Para Discutir O GUIA PRÁTICO DE MALÁRIA. 1994.
54. Membro do CEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. UnB. De 1994 a 1996.
55. Membro do Comitê de Imunização da Secretaria de Saúde do DF. De 1994 a 1996.
56. Membro do CONSUNI - Conselho Universitário. Representante do CEPE. Universidade de Brasília. De 1994 a 1996.
- 57. Membro do Comitê Assessor de Pesquisa Operacional do Programa de Controle das**

Doenças Endêmicas - PCDEN. De 1993 a 1996.

- 58. Membro do Comitê Assessor do Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI. De 1993 a 1996.**
- 59. Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Brasília. De 1990 a 1993.**
- 60. Membro do Programa Especial de Pesquisa em Doença Endêmica do Nordeste- PCDEN. De 1993 a 1996.**
61. Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1993 a 1995.
62. Membro da Comissão de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação da Área Médica -Medicina II. De 1992 a 1997.
63. Membro do Comitê Assessor do Diretório de Pesquisa em AIDS. De 1992 a 1999.
64. Bolsista da CAPES " Bolsa de Dedicação Acadêmica". De 1991 a 1996.
65. Assessor Terapêutico da Comissão Nacional de Prevenção da Cólera. De 1991 a 1993.
66. Decana de Pesquisa e Pós-Graduação - em exercício no período de 27/12/1991 a 25/01/1992.
67. Membro da Comissão Para Prevenção de Cólera no DF. De 1991 a 1993.
68. Membro do Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da FS. UnB. De 1991 a 1997.
- 69. Tutora do Programa Especial de Treinamento - PET/Medicina. De 1991 a 1999.**
- 70. World Health Organization - WHO Temporary Adviser Steering Committing on Integrated Chemotherapy for African Trypanosomiasis, Chagas Disease and Leishmaniasis. De 1991 a 1993.**
71. Chefe do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do HUB/UnB. 1990.
72. Membro da Congregação de Carreira de Pós-Graduação da FS. UnB. De 1990 a 1994.
73. Membro do Corpo Editorial da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1990 a 1997.
- 74. Assessor Temporário OMS. Padronização de Eletrocardiograma nos Estudos Longitudinais de Doença de Chagas. 1988.**
- 75. Membro do Comitê Para Avaliação do Código Eletrocardiográfico Para Doença de Chagas. Buenos Aires. Argentina. 1989.**
76. Membro da Comissão Técnico-Científica da Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais. De 1988 a 1991.
77. Diretora do Hospital Docente Assistencial – HDA. De 1988 a 1989.
78. Presidente da Comissão de Terapêutica e Farmácia do Hospital Docente Assistencial HDA. De

1988 a 1989.

79. Presidente da Comissão Permanente de Orientação Ético-Científica da FS/UnB. De 1988 a 1991.
80. Chefe da Divisão Médica do Hospital Docente Assistencial - HDA. De 1987 a 1988.
81. Chefe do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Docente Assistencial - HDA. De 1987 a 1991.
82. Presidente da Regional de Brasília, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1987 a 2002.
83. Representante Docente no Conselho Departamental da Faculdade de Ciências da Saúde. UnB.
84. Presidente da Comissão de Ética e Orientação Científica da Faculdade de Ciências da Saúde. De 1986 a 1994.
85. Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação - CPP. UnB. De 1985 a 1993.
86. Membro da Comissão de Avaliação Para Credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias da Escola Paulista de Medicina. 1985.
87. Membro da Comissão de Avaliação Para o Credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais. 1985.
88. Membro da Comissão de Residência Médica do HUB/UnB. De 1985 a 1987.
89. Consultora da CAPES nos Cursos de Pós-Graduação da Área Médica. 1984.
90. Sub-Chefia de Serviço de Clínica Médica do Hospital de Sobradinho. DF. De 1975 a 1979.
91. **Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Brasília. De 1975 a 1978.**
92. Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital Santa Izabel. Santa Casa de Misericórdia da Bahia. De 1960 a 1973
93. Profa. Assistente da Escola Bahiana de Medicina. Salvador, Bahia. De 1960 a 1968.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- **Artigos completos publicados em periódicos nacionais e internacionais com índice de impacto.....**
- **Trabalhos publicados em Anais de Eventos.....**
- **Capítulos de livros publicados.....**
- **Livros publicados.....**
- **Organização de obras publicadas... ..**
- **Orientações Concluídas.. ..**
 - o Doutorado... ..
 - o Mestrado.. ..
 - o Iniciação Científica... ..
 - o PET – Programa Especial de Treinamento.....
- **Participações em bancas examinadoras.....**
 - o Teses de Doutorado... ..
 - o Dissertações de Mestrado
 - o Monografias de Curso de Especialização... ..
- **Participações em bancas de concursos públicos.....**
- **Orientações em andamento.**
 - o Alunos de Doutorado... ..
 - o Aluno de Curso de Especialização... ..

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Tião Viana, o Brasil tem uma tradição muito forte, e respeita a ciência médica entre as quais as doenças infecto-contagiosas. Não bastasse Veronese, Samuel Pessoa, Alencar, Aragão, o próprio Tião Viana, que é hoje uma sumidade nessa especialidade. Lamentamos e chegamos a esse patamar de respeitabilidade graças a pessoas como a Dr^a Vanize de Oliveira Macêdo.

Então, chega às nossas mãos o voto de pesar que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 363, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições desta Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular – DE da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília – UnB, Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical – Mestrado e Doutorado e Coordenadora do Núcleo de Medicina Tropical:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família, na pessoa de seu irmão Dr. Walter Macedo; ao Presidente da Sociedade de Medicina Tropical, Dr. Marcelo Simão Ferreira; e a sua Magnificência o Senhor Timothy Martin Mulholland, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília – UnB.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006 – Senador **Tião Viana** PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A

Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

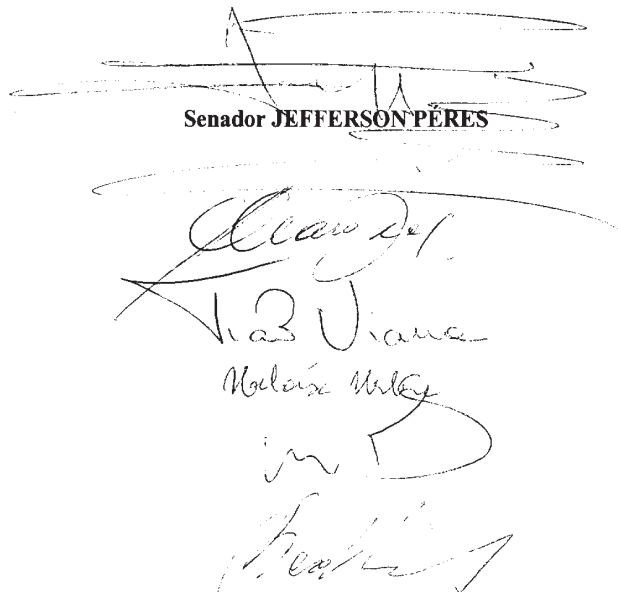
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, seja marcada sessão especial em homenagem à Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet, a primeira mulher eleita para Presidente da República do Chile, na sua histó-

ria, por ocasião de sua visita a esta Casa no próximo dia 11 de abril.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006.



Senador **JEFFERSON PERES**

Tião Viana

Marcelo Simão Ferreira

Timothy Martin Mulholland

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216, combinado com o art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista:

- o Decreto s/nº, de 10 de outubro de 2003, que institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por barragens, e encaminhar propostas para o equacionamento dos pleitos apresentados, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República;
- as denúncias recorrentes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA), que acusa a empresa Tractebel/Suez de não indenizar, pelos prejuízos financeiros e sociais sofridos, a maioria das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (GO), em funcionamento há mais de três anos;
- a divulgação, pelo jornal eletrônico Eco-Finanças, em 7 de fevereiro de 2006, e pelo MAB, de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal financiador

do empreendimento, “admite que falhou no projeto da hidrelétrica de Cana Brava (...) na implementação de suas políticas socio-ambientais”;

requeiro à Exm^a Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as seguintes informações:

1) número de famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava e local para onde as famílias foram transferidas;

2) condições atuais de sobrevivência das famílias reassentadas;

3) número de famílias efetivamente ressarcidas, valores mínimo e máximo de indenização praticados e distribuição percentual das famílias segundo as importâncias pagas;

4) existência de ações judiciais impetradas pelas famílias atingidas e estágio atual da tramitação dos processos;

5) recomendações propostas, pelo Grupo de Trabalho Interministerial, para o caso específico das famílias afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava;

6) cópia do relatório do Grupo de Trabalho Interministerial encaminhado à apreciação da Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo, conforme previsto no art. 4º do Decreto s/nº, de 10 de outubro de 2003.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006 – Senador **Álvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornalista, e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento do livro A Mulher é Amar.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista, escritor e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento de seu novo livro **A Mulher é Amar**.

Requeiro, ademais, que deste Voto seja cientificado o homenageado.

Justificação

Intellectual brilhante, o ex-Senador Arthur da Távola, jornalista e escritor, está lançando novo livro, **A Mulher é Amar**. Dono de prosa agradável e sempre um reflexo dos acontecimentos brasileiros, Arthur da Távola é também profundo conhecedor da música clássica, produzindo programas para a TV – Senado, com o que contribui, ademais, para a difusão entre o público brasileiro da obra dos mais renomados compositores.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, especialmente aos seus cientistas que desenvolveram modificações genéticas no mosquito da malária, eliminando a capacidade de transmitir a moléstia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, pelo desenvolvimento de mosquito transgênico, com modificações genéticas que eliminam a capacidade de transmitir a malária. O Voto é dirigido especialmente à equipe de pesquisadores da Fiocruz, que, conduzida pelo Engenheiro Agrônomo Luciano Andrade Moreira, foi responsável por esse avanço da ciência brasileira.

Requeiro, ademais, que deste Voto sejam cientificados o Instituto Oswaldo Cruz e, por seu intermédio, todos os pesquisadores que participaram do experimento.

Justificação

É de grande relevância o desfecho da pesquisa conduzida pela Fundação Fiocruz, de Manguinhos, com modificações genéticas no mosquito transmissor da malária. A moléstia é comum sobretudo na Amazônia, mas é igualmente uma preocupação para 40% da população mundial, em 90 países que convivem com a Malária. O chamado mosquito transgênico, criado por cientistas brasileiros torna impossível a transmissão da moléstia. O significado é, pois, relevante, uma vez que anualmente entre 300 milhões e 500 milhões de pessoas são infectadas pela doença. Dessas, 1 milhão morre, notadamente na África. No Brasil, 99% dos casos ocorrem na Amazônia, o que, desde logo, para mim, é auspicioso propor este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão pela criação do Prêmio José Aprício Vilela, destinado a selecionar, anualmente, os cinco municípios brasileiros com destaques positivos nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, saúde e educação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão, pela criação do Prêmio José Aprício Vilela, a ser outorgado, anualmente, a cinco municípios brasileiros com destaque nas áreas de Educação, Saúde, geração de empregos, desenvolvimento social, participação comunitária e que detenham programas de apoio ao menor e ao adolescente.

Requeiro, ademais, que deste Voto seja cientificado o Presidente do Instituto Cidadão, Pedro Duarte de Oliveira.

Justificação

Na atual fase vivida pelo Brasil, de praticamente nenhum programa ou obra do Governo Federal, é louvável a criação do Prêmio José Aprício Vilela, oportuna iniciativa do Instituto Cidadão, que vai selecionar anualmente cinco municípios com efetiva realização de projetos, obras e programas nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, educação, saúde, participação comunitária e projetos de apoio ao menor e ao adolescente.

O Instituto Cidadão é presidido pelo jornalista Pedro Duarte de Oliveira e o Prêmio que acaba de ser instituído leva o nome de José Aprício Vilela, filho do saudoso Senador Teotônio Vilela, o notável defensor da democracia brasileira numa fase mais crítica do País. José Aprício é irmão do Senador Teotônio Vilela Filho, que honra a bancada do PSDB no Senado da República. Aprício é, assim, homenageado pela sua trajetória de vida, como empresário vitorioso e que sempre esteve presente nos momentos em que foi chamado a colaborar na solução de questões relevantes em favor da cidadania.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 369,
DE 2006 SENHOR PRESIDENTE,**

Requeiro, nos termos do inciso I do Artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado o senhor Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para, em Audiência Pública no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País dão conta de que dois assessores do Ministro de Estado da Justiça foram procurados pelo Ministro Palocci para que a Polícia Federal investigasse o caseiro. Tal fato pode estar relacionado com a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo, o que revela, no mínimo, a omissão do Ministro naquele episódio.

Assim, o presente requerimento pretende oferecer ao Ministro de Estado da Justiça a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre o episódio aos parlamentares desta Casa e, assim, explicar se houve envolvimento do governo na quebra ilegal do sigilo do caseiro.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Por fidalguia do Senador Osmar Dias, S. Ex^a cede o uso da palavra, neste instante, à Senadora Ideli Salvatti.

Convido à tribuna a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a é do Estado de Santa Catarina e representa, com muito brilho, o Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Senador Mão Santa e, de forma especial, ao Senador Osmar Dias. Quase saiu uma rima aqui: Senador Osmar Dias com a fidalguia. Mas S. Ex^a foi realmente muito gentil em nos ceder o horário, tendo em vista que temos outros compromissos.

Eu não poderia deixar de fazer um registro nesta segunda-feira. Eu tive a oportunidade de passar muito pouco tempo no meu Estado, neste final de semana. Saí de Brasília no final da manhã. Cheguei na minha querida Florianópolis às duas horas da tarde e, no domingo, às oito horas da manhã, já estava retornando a Brasília, tendo em vista que estamos em plantão, buscando apresentar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, as nossas sugestões de aperfeiçoamento ao relatório da CPMI dos Correios.

Estamos nos dedicando a esse trabalho, porque entendemos que é de fundamental importância, em primeiro lugar, que esta CPMI tenha relatório votado. Não é possível uma CPMI, que, ao longo de dez meses, desenvolveu um trabalho incessante de investigação, apesar de todos os embates, combates, debates, muitas vezes, com o clima bastante acirrado e já, diria, até contaminado pelo processo eleitoral, que cada vez mais se avizinha, de que não tivéssemos, ao final do trabalho da CPI, um relatório votado.

Portanto, estamos profundamente compenetrados e empenhados em contribuir para que essa CPI chegue a bom termo. Quando dizemos bom termo é que ela tenha um relatório votado e que esse relatório seja o mais fidedigno possível às investigações realizadas pela CPI; que no relatório só conste aquilo que efetivamente pôde ser apurado e comprovado; que no relatório não tenhamos ilações, suposições, ou especulações; que efetivamente tenhamos, em tudo aquilo que constar do relatório, provas, elementos fundamentados em depoimento, ou em documentos, ou em provas materiais.

Se não tivermos um relatório final, com certeza, estaremos contribuindo com a impunidade. Já tivemos episódios lamentáveis no Congresso Nacional de CPIs que não chegaram a bom termo e não tiveram relatório votado ao final. Não havendo relatório, não se encaminha oficialmente a documentação para que o Ministério Público possa concluir, aprofundar as investigações e abrir os processos judiciais cabíveis. Portanto, a possibilidade de punição dos responsáveis pelos atos investigados por qualquer CPMI ou CPI, se não for encaminhado ao Ministério Público, isso se aborta, se inviabiliza. Por isso que os que apostam na impunidade poderão estar interessados em que a CPMI dos Correios não tenha relatório.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos empenhados, porque já pagamos, já reconhecemos nossos erros e pedimos desculpas e perdão à Nação pelos atos cometidos por petistas e, portanto, não vamos contribuir com a impunidade nem deixando de ter relatório votado e muito menos tendo relatório que não condiga com a realidade dos fatos investigados porque, se o relatório que não contiver as provas, o embasamento, a consistência e a solidez, ele também contribuirá com a impunidade, possibilitando que qualquer advogado livre qualquer pessoa do processo, caso a substância não estiver devidamente consolidada dentro do relatório.

Nesse final de semana, não fiquei, como ocorreu em todos os finais de semana, dedicando-me às tarefas políticas do meu Estado. Fiquei menos de 20 horas em Santa Catarina, Senador Tião Viana, mas

não perdi o que talvez seja uma das solenidades mais emocionantes dos últimos períodos da minha vida política, que foi a oportunidade de participar, na última sexta-feira à noite, no Centro de Eventos, um centro relativamente pomposo – normalmente os centros de eventos de capitais são locais para solenidades de um certo *glamour*, de um certo charme, para onde as pessoas vão muito bem engravatadas, muito bem vestidas, muitas vezes com roupas chiques – onde ocorreu um episódio emblemático, que foi a formatura de 1.200 jovens de áreas de risco da grande Florianópolis que compõem aproximadamente 10% da população jovem em situação de risco, ou seja, que está sendo disputada pelo crime organizado e pelo narcotráfico na grande Florianópolis.

Depois de 6 meses de capacitação, formação, trabalho monitorado por uma série de organizações não-governamentais, com parcerias montadas por intermédio do Ministério do Trabalho, com empresários da Grande Florianópolis, esses 1,2 mil jovens tiveram a oportunidade de se formar no Centro de Eventos.

Foi uma solenidade emocionante porque esses jovens, na sua grande maioria, são afrodescendentes, indígenas – por incrível que possa parecer, há aldeia indígena na Grande Florianópolis –, portadores de deficiência. Ao longo do último semestre, eles tiveram a oportunidade de ter acesso à inclusão digital, a cursos de profissionalização, a aulas de cidadania, de conhecimentos gerais, conhecimentos fundamentais de Matemática e Português, exatamente para estarem mais bem preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

O Consórcio da Juventude, adotado pelo Governo Lula e em conjunto com uma série de outras iniciativas, é um dos programas de maior sucesso e que está voltado especificamente para a juventude que se encontra em situação de alto risco.

Quando relatamos que, nos Municípios que compõem a Grande Florianópolis, nos últimos 4 anos, mais de 800 jovens foram vítimas de violência e que sua grande maioria morreu por armas de fogo, brigas, lutas entre quadrilhas que controlavam os pontos de tráfico, as pessoas se surpreenderam, pois não imaginavam isso. Por essa razão, houve muita surpresa quando, no documentário de MV Bill e de Athayde, “Os Falcões”, sobre os meninos envolvidos com o narcotráfico, se viu que um dos entrevistados era de Florianópolis. Essa é a realidade que temos na Grande Florianópolis.

O Consórcio da Juventude veio exatamente para criar uma alternativa. Então, esse levantamento já foi feito, já foi consolidado. Há aproximadamente 14 mil jovens na Grande Florianópolis que vivem nessa si-

tuação limite ente a civilidade e a barbárie do crime organizado e do narcotráfico.

Temos como resultado do Consórcio da Juventude, Senador Tião Viana, 1,2 mil jovens se formando. Dentre esses, mais de 300, no ato da formatura, já apresentavam sua carteira assinada, já tinham conseguido uma colocação no mercado de trabalho. Além desses com carteira assinada, com emprego, mais ou menos 500 já estão com a renda encaminhada. Por exemplo, durante o Consórcio da Juventude, foram organizadas oficinas para conserto e confecção de pranchas de surfe, que vão continuar funcionando em forma de cooperativa. Há ainda a produção de hortifrutigranjeiros – hoje a cidade importa produtos hortifrutigranjeiros de São Paulo; não temos, no cinturão da Grande Florianópolis, uma produção suficiente para o abastecimento. Então, também há a cooperativa da rapaziada que se dedicou a isso. Há também a confecção e conserto de instrumentos musicais, assim como a serigrafia. Ou seja, uma série de oficinas de capacitação que foi dada a esses jovens e que permitirá que, mesmo não tendo a carteira assinada, eles possam desenvolver alguma atividade de renda.

Por isso, não poderíamos deixar de parabenizar todas as entidades que estiveram envolvidas, principalmente a ONG que é a comunidade lá do Morro da Caixa, comandada pelo Padre Wilson Groh, que é histórico. Há 25 anos, ele se dedica às comunidades de periferia, e foi exatamente a entidade Escrava Anastácia, comandada pelo Padre Wilson, que coordenou todas essas parcerias com os empresários e com o Ministério do Trabalho, o que permitiu que esses 1,2 mil jovens fossem capacitados, formados, conseguindo emprego e possibilidade de renda.

Portanto, eu não poderia deixar de repassar minha emoção. Como eu disse, foram poucas horas que estive em Florianópolis, mas foi em um evento que tem tudo a ver com o povo pobre, marginal, que precisa de política pública para poder superar as condições que ainda, infelizmente, estão colocadas para boa parte do povo brasileiro, que depende dessas iniciativas, como a do Consórcio da Juventude, adotado pelo Ministério do Trabalho do Governo do Presidente Lula.

Saúdo e parabenizo todos os que tiveram participação nisso. E digo agora o que disse àqueles jovens quando os saudei: que eles aproveitem com garra e com fibra essa oportunidade que lhes foi dada; que eles sirvam de exemplo. E esse Consórcio da Juventude em Florianópolis será renovado, só estamos esperando a aprovação do Orçamento. Na próxima leva, serão 1,5 mil jovens integrados no programa. Que esses jovens aproveitem porque o exemplo deles é exatamente a luz de que nós precisamos. Quando há empenho go-

vernamental, quando há aporte de recursos – no caso, foram R\$ 2,6 milhões que o Governo Lula aplicou no Consórcio da Juventude de Florianópolis, é possível dar alternativas. Então, apesar do que todos nós assistimos no documentário chocante e lamentável “Falcão – Meninos do tráfico”, do MV Bill e do Athayde, é possível ter alternativas, sim.

É claro que é preciso o empenho de todos, do Governo, da sociedade civil organizada, do empresariado e da nossa juventude, que deve se agarrar à oportunidade quando ela aparecer, porque essa será a saída de situações muito tristes. E nós já tivemos oportunidade de assistir a uma dessas situações: a mãe buscar o corpo do filho assassinado pelo crime organizado no Instituto Médico Legal – IML, na Grande Florianópolis. Queremos reduzir essa situação cada vez mais, mas essa redução só é possível com o empenho de todos.

Senador Mão Santa, agradeço-lhe pela gentileza de ter me permitido passar alguns minutos do prazo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sou eu que agradeço. V. Ex^a foi muito sintética. Não usou o tempo todo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a devida sensibilidade e generosidade do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas ler uma nota que solicitei ao Ministério da Justiça sobre supostas dúvidas quanto ao envolvimento ou não de autoridades de Governo no episódio de quebra de sigilo do Sr. Francenildo. Eis o teor da nota que lerei em menos de um minuto:

O secretário de Direito Econômico Daniel Krepel Goldberg e o Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça Cláudio Demczuk de Alencar, informam por meio da Assessoria de Comunicação Social que haviam enviado ofício ao diretor da Polícia Federal na semana passada informando o interesse em comparecer VOLUNTARIAMENTE à Polícia Federal para prestar informações que poderiam estar relacionadas ao inquérito policial número 120/2006-DCOR.

O Ministério da Justiça reitera que, no primeiro dia útil após as divulgações das informações sigilosas do senhor Francenildo Costa, foi aberto inquérito policial, conforme determinação do ministro Márcio Thomaz Bastos, feita já no dia anterior.

As investigações da PF esclareceram a participação de funcionário da Caixa no episódio, o que já resultou no indiciamento de um dos envolvidos. A

apuração prossegue sob fiscalização do Ministério Público Federal, também por solicitação do Ministério da Justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, representante do grandioso Estado do Paraná, como Líder do PDT, por cinco minutos, pelo espírito da lei. Contudo, pela palavra de S. Ex^a sempre em defesa do povo e da Pátria, seu tempo não tem limite.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço as palavras sempre generosas do Presidente Mão Santa, que defende, como ninguém, seu Estado e o País. Hoje pretendo fazer uma defesa do País.

Tenho feito – e o Senador Mão Santa, que preside a sessão, é testemunha disso – centenas de vezes alerta ao Governo sobre o problema que teríamos neste ano de 2006, que seria agravado em consequência da crise que se abate sobre o campo neste País.

Às vezes, sou surpreendido por algumas pessoas que considero bem informadas, pessoas ligadas ao grande empresariado brasileiro que dizem que não me têm visto defender a agricultura. Essas pessoas precisam começar a ler os jornais, a assistir à TV Senado e interessarem-se um pouco pelo que acontece no País, porque tenho feito isso pelo menos duas vezes por semana desta tribuna.

Nos alertas que faço aqui, o Senador Tião Viana sabe, não faço crítica ao Governo Lula apenas para desgastar ou empobrecer sua imagem. Faço-o por que o Governo Lula está construindo um verdadeiro desastre para a agricultura brasileira, para os homens que plantam neste País, e não apenas para esse setor, mas para a economia, área em que os reflexos já são sentidos de forma espantosa, Sr. Presidente.

Então, há aqueles que apenas procuram informar-se de notícias que lhes interessam. Mas deveria interessar a todos os brasileiros essa situação, porque as manchetes dos jornais, hoje, são contundentes. Diz a **Gazeta Mercantil**: “Área plantada de grãos pode retroceder sete anos”.

Senador César Borges, a área destinada à agricultura pode cair, deste ano para o próximo, 21%. Senador Mão Santa, isso significa que um quinto da área deixará de ser plantada e que essas pessoas que não plantarem essas áreas sofrerão várias consequências. Primeiro: não terão renda. Segundo: trabalhadores que vivem do plantio dessas áreas serão demitidos e engrossarão a fila do desemprego, que já é longa.

Terceiro: quem não planta não colhe; se não colhe, fica submetido ao cálculo do Incra, dentre os que não conseguiram atingir os índices de produtividade que a lei determina; e, se não conseguirem atingir os índices de produtividade, o grau de utilização da terra, estarão sujeitos à desapropriação. É isso mesmo. Vejam as consequências drásticas para esses produtores e para os trabalhadores que naquelas propriedades estão empregados: trabalhadores desempregados e produtores perdendo as suas propriedades.

Outra manchete, que é drástica, está aqui: “No Paraná 42 mil agricultores podem perder suas terras”.

Sabe por que, Senador César Borges – já vou conceder-lhe o aparte, só quero avançar mais para podermos conversar sobre esse tema, que é de desespero hoje em meu Estado e praticamente em todo o País –, 42 mil agricultores do Paraná podem perder as terras? Porque o Banco do Brasil transferiu para a Receita Federal os débitos dos agricultores, e os agricultores estão sendo tratados como se fossem inadimplentes da Receita Federal; estão sendo tratados como se fossem caloteiros. São agricultores familiares, que têm 30 hectares, 40 hectares, que plantam praticamente para sustentar suas famílias e que estão sendo hoje punidos pelo Governo. Acredito que disso o Presidente Lula não deve saber, porque duvido que, se soubesse, permitiria que 42 mil agricultores do Paraná perdessem suas propriedades por estarem suas dívidas sendo protestadas exatamente porque foram transferidas para a Receita Federal.

Ao lado dessas manchetes que acabei de ler, está aqui: “Preço do arroz cai 30% em 12 meses no Rio Grande do Sul. E isso também ocorre no Centro-Oeste”.

Outra manchete: “Crise do agronegócio já afeta redes varejistas regionais”. A crise do agronegócio faz com que as lojas varejistas vendam 20% a menos do que estavam vendendo há três meses. Aqueles que fabricam tratores viram suas vendas despencarem em 50%; aqueles que vendem colheitadeiras viram suas vendas despencarem em 70%.

E o Governo coloca uma propaganda no ar dizendo que conseguiu baixar o preço do arroz para 50% do preço desde que assumiu. Mas então o arroz nasce dentro do supermercado! Para este Governo, nasce! Porque não haverá mais produtor de arroz neste País se os produtores continuarem sendo obrigados a vender o arroz a R\$17,00 a saca, com um custo de produção em torno de R\$28,00 a saca.

Converso com gente que produz, com gente que consome. Converso com o administrador da minha fazenda lá de Goioerê, no Paraná, por exemplo: o Américo. Um cidadão igual a tantos outros deste

País afora, ele me contou ontem, ao telefone, que, na região noroeste do Paraná, a agricultura vai quebrar, porque não há como os produtores pagarem suas contas. Eles estão devolvendo trator, devolvendo equipamento, estão vendendo a terra pela metade do preço que vale, porque estão desesperados e não vêem do Governo sinal algum.

Agora, falam da medida provisória do bem. Até o nome é sugestivo: se essa é a medida provisória do bem, como todas as outras deveriam ser chamadas, então?

Concedo um aparte, com satisfação, ao Senador César Borges, para depois prosseguir nessa análise e nesse alerta, porque agora chegou ao fundo do poço, Sr. Presidente Tião Viana, a situação dos agricultores.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, quero fazer justiça a V. Ex^a, que disse que muitas vezes é cobrado por alguns agricultores de que deveria fazer a defesa da agricultura. Eu, aqui nesta Casa, nesses últimos anos – estamos aqui desde 2003 –, tenho visto V. Ex^a o tempo todo defendendo a agricultura com muita competência, com muito conhecimento de causa. Juntamente com outros Senadores – todos nós temos raízes no campo –, V. Ex^a tem feito a defesa da agricultura. Cito também o Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor do assunto. Portanto, V. Ex^a tem de ser elogiado por essa postura, sempre dedicado à agricultura. No mais, quero ressaltar a precisão do quadro que V. Ex^a está agora descrevendo para todos nós, delineando desta tribuna. Pode parecer até para alguns um discurso de oposição, algo exagerado, mas absolutamente não o é. V. Ex^a descreve, com cores realistas, o que está acontecendo no campo brasileiro. O que acontece em seu Estado, o Paraná – que V. Ex^a conhece profundamente, pois já foi Secretário de Agricultura e tem uma grande dedicação a essa área –, é idêntico ao que acontece no Estado da Bahia, muda apenas a situação geográfica. Temos lá uma região nova, desbravada por irmãos brasileiros – que, por sinal, vieram do Paraná e do Rio Grande do Sul –, a região do oeste, do Além São Francisco, a região de Barreiras, da cidade Luís Eduardo Magalhães, que passou a ser um novo Eldorado da agricultura, mas que vive essa crise que V. Ex^a descreve. As pessoas estão desestimuladas, sem saberem como pagar as dívidas. Aquela é uma região nova, com imensa potencialidade, com índices de produtividade os melhores do mundo. Mas, lamentavelmente, não há apoio governamental à sua atividade. Outra cultura tradicional da Bahia – e sou dessa região –, a lavoura cacaueteira, está vivendo os piores momentos da sua história. Não há como sobreviver! Os custos sempre crescentes, os insumos sendo elevados

em seus preços, enquanto a receita está diminuindo, inclusive com a atual cotação do dólar, privilegiando o especulador financeiro, diminuindo os impostos para cotar artificialmente o dólar a R\$2,10 ou R\$2,20. Como sobreviver assim? V. Ex^a está coberto de razão. E quando há produção, Senador Osmar Dias, não há infra-estrutura para escoamento da safra. Ou seja, os preços pagos ao agricultor são bem menores, porque terão que pagar os intermediários e os custos para o escoamento da produção. V. Ex^a disse que aprovamos aqui o PLC nº 142, que trata da renegociação da dívida do Nordeste, e o Governo vetou na íntegra. V. Ex^a citou o Pesa e a Securitização. O que era uma dívida bancária passou a ser uma dívida fiscal. E o que o Governo faz? Faz a execução sumária. Por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda, executa os produtores, que ficam sem saber qual é o seu futuro, qual é o seu destino. V. Ex^a está cheio de razão, indignado, e devemos estar. Não há sensibilidade nem compromisso do Presidente Lula para com a agricultura brasileira. Ele apenas se apoiou na agricultura para dizer que há um superávit primário, há um saldo comercial. V. Ex^a sabe que a agricultura é altamente superavitária na balança comercial, porque não importa nada, e representa *commodities*, mas, com os juros baixos, não tem valor a nossa produção. E essa é uma atividade de maior importância, substantiva, não apenas para gerar dólares, mas para gerar empregos, pois a agricultura sustenta mais de 38% dos empregos do País. V. Ex^a está de parabéns, e confesso a minha admiração pessoal por sua dedicação à agricultura brasileira.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador César Borges. V. Ex^a foi Governador da Bahia e sabe da importância da agricultura para quem governa e para todos os cidadãos. Também para quem governa a agricultura é importante. É ela que gera, na balança comercial, todo o superávit. Se tirarmos a agricultura, não sobra superávit; sobra déficit na balança comercial. É ela que gera a possibilidade econômica de pequenos e médios Municípios, de que Municípios do interior se desenvolvam, é dela que se tira o imposto para que os Municípios realizem suas obras e seus programas. V. Ex^a foi Governador, e um bom Governador. Lembro-me que eu, já Senador, via o Governo de V. Ex^a se desenvolvendo. Eu conversava sempre com o seu sucessor, o hoje Governador Paulo Souto, que me convidava para conhecer o pólo de produção da Bahia, em Luís Eduardo Magalhães e em Barreiras, e me falava do grande potencial de crescimento da região.

Pois bem, agora leio que vamos plantar o que plantávamos em 1998; ou seja, 21% a menos. Todas as fronteiras abertas serão praticamente eliminadas, perdidas. O Governo Lula não entrará para a História

somente com a história negra de “mensalão” e de CP-MIs. Se ele não tomar, na medida provisória que editará amanhã, providências que visem a sanear o setor da agricultura, o setor primário, poderá entrar para a História como o Presidente que quebrou o agronegócio brasileiro, que recebeu funcionando e promovendo o desenvolvimento do País, e vai deixá-lo quebrado, no final deste ano, com muitos agricultores perdendo suas propriedades. Segundo este jornal de hoje, 42 mil produtores rurais estão sendo chamados a pagar as dívidas ou a entregar a propriedade.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, eu gostaria de dar o meu testemunho de que não há assunto da agricultura ou da pecuária em que V. Ex^a não intervenha. Nestes anos todos – e estou aqui há dois mandatos –, tenho visto o empenho com que V. Ex^a defende a área. E nós cruzamos a fronteira da defesa muitas vezes, seja com relação à biodiversidade seja com relação aos transgênicos, V. Ex^a está sempre empenhado em defender o setor. Quanto ao endividamento, estamos muito preocupados. Não se trata apenas do Estado de V. Ex^a, não se trata apenas da área melhor agricultável do País. Há um clamor no Nordeste. Nós mal podemos andar. O Presidente do Banco do Nordeste do Brasil estará aqui esta semana. Ficamos pasmos quando foi publicada uma diretiva do Ministério da Fazenda dizendo que o que o Banco não cobrar, ele paga 3% de multa sobre a dívida plena. E nos mostrava um endividamento de R\$14 mil que gerou quase R\$12 milhões, após treze anos. Nunca imaginei que R\$14 mil pudessem gerar mais de R\$12 milhões. Se o Banco não cobra, é obrigado a recolher 3% sobre esse valor cheio. Isso é difícil. Realmente, teremos de nos empenhar a fim de resolver a situação. Tenho certeza de que V. Ex^a será valoroso, e juntos vamos lutar para encontrar uma saída para esse assunto, que é grave.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, ou o Presidente da República está muito desinformado ou está mais preocupado com os problemas da crise política, e não se preocupa com a agricultura. O Senador César Borges é autor de um projeto que prorroga as dívidas de agricultores. Se aquele projeto merecia alguma correção, poderia ser corrigido. Quando o Senador Jonas Pinheiro se afastou, por motivo de saúde, passei a ser o Relator do projeto do Senador César Borges, que dava a oportunidade ao Governo de fazer o escalonamento das dívidas dos agricultores do Nordeste. Tentei acrescentar uma emenda que incluísse os agricultores do Sul também, e não consegui. A situação, agora, é generalizada.

A economia brasileira vai pagar um preço alto. O pequeno comércio das cidades do interior não está vendendo porque não tem para quem vender. Quem fabrica equipamento não está mais vendendo, porque não tem para quem vender. Daqui a pouco, Senador Ney Suassuna, o comércio começará a desempregar, e a expectativa de 10 milhões de empregos estará às avessas...

(Interrupção no som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para encerrar, Sr. Presidente.

O Presidente criará 10 milhões de desempregados a mais, se continuar virando as costas para o campo, como está fazendo.

Não podemos perder a oportunidade de produzir uma grande safra. Este ano, estamos produzindo uma safra um pouco maior do que a do ano passado. Poderíamos produzir bem mais, se o Presidente Lula se virasse de frente e conversasse com as lideranças do campo.

Escute o que vou dizer: o Brasil reduzirá sua área em 20% se a situação continuar como está. Isso significa menos um quinto da produção. É muita gente desempregada, muita gente sendo descapitalizada, o País empobrecendo e as consequências disso se alastrando por todos os setores da economia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, é muito simples – está aqui o Líder do PMDB: é ter coragem. Vamos levar o PMDB, que aqui tem 22 membros, a escrever uma página diante da vergonha destes anos. Vamos derrubar o veto do Presidente da República. Isso é constitucional, é legítimo, é democrático e é justiça para o povo que trabalha. É só o que o Líder tem que fazer: conclamar os 22 do PMDB para termos a coragem que Ulysses teve de enfrentar os canhões e ser candidato, e derrubar o veto. Isso é constitucional, não é pecado não.

O SR. OSMAR DIAS (PMDB – PR) – Passo a resposta para o Senador Ney Suassuna, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Solicito a conclusão dos apartes, em respeito ao orador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Sr. Presidente. Apenas para concluir. Já votamos aqui – o PMDB votou em peso –, e aprovamos. O que está acontecendo? Chegou uma medida provisória nova. Havia quinhentos e poucos que representavam 6 bilhões, o que criava dificuldades. Agora, tomamos uma decisão e falamos com os Líderes do PFL e do PSDB. Vamos votar a nova medida provisória, que tem ter uma carência de 2 anos, prazo acima de 20 anos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – ...e rebote de pelo menos 2%. Isso nós já decidimos e vamos fazer. Essa posição o PMDB já tomou, porque precisamos resolver o problema dos agricultores.

O SR. OSMAR DIAS (PMDB – PR) – O Governo prometeu um pacote de medidas por meio de uma medida provisória que deverá ser editada amanhã. Pelo menos, é o que está publicado na imprensa. Espero que não venha com uma medida provisória como aquela destinada a atender ao “Tratoração”, porque não resolverá o problema da crise, que é muito mais profunda do que o Governo avalia.

O Ministro da Fazenda que assumiu disse que não entende nada de agricultura. E não precisa entender, porque existem pessoas que não entendem, mas têm sensibilidade para saber o quanto é importante a agricultura. S. Ex^a precisa ouvir o Ministro da Agricultura, que entende muito de agricultura e que tem sido muito pouco ouvido neste Governo. Creio até que S. Ex^a está se enchendo. Daqui a pouco, S. Ex^a sairá do Governo e ficará somente quem não entende de agricultura.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Senador Mão Santa, V. Ex^a está inscrito. O próximo orador falará para breve comunicação. Logo a seguir, será V. Ex^a. S. Ex^a tinha solicitado antes e, inclusive, estava acertado com a lista de oradores.

Peço licença ao Senador César Borges para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia onze do corrente, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a recepcionar a Presidente da República do Chile, Senhora Michelle Bachelet, que estará em Brasília, em Visita de Estado, a convite do Senhor Presidente da República.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, eu disse que o Presidente Lula começa a praticar o que podemos chamar de cleptomania administrativa.

O Presidente está perdendo as estribeiras, está começando a fazer propaganda do que não fez.

Se não vejamos: ele tem feito veicular uma propaganda em que coloca o aeroporto de Salvador como uma das realizações do seu Governo. Aeroporto esse que foi inaugurado em 2002 e que exigiu aportes de recursos pesados por parte do Governo do Estado. Absolutamente nada fez o Presidente Lula com relação ao aeroporto de Salvador.

Em segundo lugar, começa a fazer publicidade do Fundeb – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica –, que sequer foi aprovado pelo Congresso Nacional. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em apreciação aqui no Senado Federal. Estamos vendo este fundo com muita preocupação porque tem que ser analisado com muito cuidado. É claro que é necessário e que nós desejamos um financiamento para o ensino básico, para o ensino infantil, para o pré-escolar, mas não podemos descobrir um santo para cobrir o outro. Não podemos deixar de financiar, também, o ensino fundamental. O Fundef é um programa de sucesso e não pode, agora, ser modificado e ficar sem recursos adicionais, que suprirão esses outros setores da educação. O Governo Lula já disse, na televisão, que criou o Fundeb e que vai disponibilizar R\$4,5 bilhões. E o Fundeb não foi nem aprovado pelo Senado. É uma mera intenção ainda, porque está em apreciação.

Vejamos outro exemplo. O Presidente Lula, Senador Antonio Carlos Magalhães, anunciou que quarta-feira irá à Bahia, com pompa e circunstância, para lá, entre outras coisas, participar da inauguração da empresa Continental, de pneus, que conseguiu recursos do Estado do Governador Paulo Souto, aportes, parceiros, procurando gerar emprego e renda, com incentivos fiscais do Governo do Estado da Bahia.

O Presidente Lula vai até lá. Acompanhado de quem? Hoje todos os jornais do Estado da Bahia noticiam: do seu candidato ao Governo do Estado da Bahia. Quer dizer, ele não está se contentando em fazer sua pré-campanha eleitoral, porque está em campanha permanentemente, utilizando-se da máquina do Governo. Mas vai levar também a tiracolo o Sr. Jaques Wagner, aquele mesmo das ligações com a GDK, que todos conhecemos. Aliás, ele não nega. Diz que recebeu contribuição de campanha, que a sua filha trabalha na GDK. Quer dizer, ele reconheceu as ligações e diz que são normalíssimas.

Então, o Presidente Lula não se contenta em fazer sua campanha eleitoral e vai para lá com o Jaques Wagner participar de inauguração onde não há nenhuma participação do Governo Federal. Todo o esforço é resultado de uma política estadual de atração

de novos investimentos, da qual, lamentavelmente, o Governo Federal não participa.

Pois bem, e depois, sabe para aonde ele vai? Para a Ford, vai visitar o complexo automotivo da Ford, para o qual ele também não contribuiu com absolutamente nada. Muito pelo contrário. A indústria automobilística brasileira, por um esforço de gestão, tem conseguido um bom desempenho, mas enfrenta imensas dificuldades por conta da atual cotação do dólar. E ela tem se voltado para a exportação, porque, se não fosse a exportação para países da América Latina, como o México, Venezuela, Colômbia, Argentina, estaria em crise. Mas o Presidente vai lá fazer **forfait**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
— Permite V. Ex^a?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– São dois casos de cinismo total: o Presidente Lula ir às fábricas de pneus Continental e da Ford. O PT foi contra a Ford – há vários pronunciamentos a respeito na Câmara dos Deputados. Até mesmo o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou na dúvida. V. Ex^a e eu tivemos de lutar muito para que a Ford fosse para a Bahia – e ela foi e tem sido um êxito total para a Ford e para a Bahia. Agora, o Presidente ir lá é muita cara-de-pau! Entretanto, tudo que ele tem feito ultimamente tem sido nessa linha que V. Ex^a está dizendo: ele não faz coisa alguma e ainda vai para lá. Eu não sei por que ele não vai levar o Presidente da Petrobras, que é quem sustenta a GDK, que sustenta o Jaques Wagner e assim por diante, sustentando o PT. É preciso que o convidado de honra seja o Sr. César Oliveira, que é da GDK, amigo de Jaques Wagner – amigo de Jaques Wagner é amigo de Lula, amigo de Lula é amigo de Okamoto, amigo de Okamoto é amigo... Isso não pode. Dentro em pouco, vou à tribuna para contribuir um pouco com as excelentes palavras de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a lembrou com muita propriedade a posição do PT com relação ao projeto da Ford. Os petistas baianos se posicionaram contra a ida da Ford para a Bahia. V. Ex^a, como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, foi um baluarte para que conseguíssemos, por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, o apoio necessário aos incentivos que eram importantes para a ida da Ford. Como disse V. Ex^a, o PT no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – cito o exemplo do Deputado Nelson Pellegrino –, votou contra os in-

centivos fiscais para a Ford e lá faz discursos, dizendo que nós ajudamos uma multinacional.

Sr. Presidente, veja bem: a Ford produz atualmente 250 mil veículos/ano em três turnos de trabalho. Representa 10% da produção nacional de veículos automotores! É a única indústria automobilística em todo o Norte e Nordeste. Acima do Rio de Janeiro, de Resende, só temos essa indústria. Quebramos um paradigma de que o Nordeste não poderia ter uma indústria desenvolvida como essa. E a Bahia tem crescido seu Produto Interno Bruto duas vezes mais do que o País. Com todas as dificuldades, em 2005, crescemos 4,8%, ao passo que o Brasil, 2,3%. Em recente discurso, o Governador Paulo Souto, ex-Senador da República, na posse do Presidente da Federação das Indústrias, Dr. Jorge Lins Freire, disse com muita propriedade: “Se há algo que preocupa a Bahia quanto a seu desenvolvimento e à arrancada de crescimento econômico, é a falta de infra-estrutura. O gargalo está na infra-estrutura, cuja responsabilidade é do Governo Federal”. E, se Governos anteriores não atuaram como deveriam na infra-estrutura, este tem sido muito pior, porque nossas estradas federais estão em estado lastimável.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente deveria ir à Bahia para falar de um projeto que queremos: a duplicação da BR-116, a Rio-Bahia, pelo menos no trecho de Feira de Santana ao rio Paraguaçu. A recuperação da BR-242 e da BR-324, que é a mais importante rodovia do Estado, a ampliação dos portos e das ferrovias. Mas Sua Excelência não faz nada disso.

Sobre o Gasene nós temos hoje um déficit de 30% de gás para a Bahia. Como é que vamos crescer com esse déficit? É preciso o Gasene para ligar Vitória, Espírito Santo, a Camaçari. Mas esse projeto está paralisado na Petrobras.

O Presidente vai à Bahia fazer o quê? É engenheiro de obras prontas. Senador Tião, V. Ex^a conhece essa expressão? Deve conhecer. Sou engenheiro civil; engenheiro de obras prontas é aquele que não participou da obra; mas aparece quando a obra está pronta, concluída. Sua Excelência não participou. A isso chamei de cleptomania administrativa; rouba administrativamente o que os outros fizeram.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Todos lembramos do maior discurso do mundo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Lula pode parodiar e dizer: eu sou o abismo, a mentira e a morte. Atentai bem, Senador

César Borges, quanto a esse aeroporto a que V. Ex^a está se referindo. Ó Tião, atentai bem, tem gente boa e V. Ex^a é uma pessoa de verdade. Uma série de aeroportos foram construídos durante a revolução. No Piauí, João Paulo dos Reis Veloso; Teresina e Parnaíba são idênticos, com a mesma planta, a mesma pista. São aqueles aeroportos padronizados do Governo Médici. Ó Tião Viana, estudei no Rio, tomei muito avião, era gostoso, era a Cruzeiro, aqueles DC-3; a Panair, tinha até a Paraense Transporte Aéreo – PTA – a turma dizia: Prepara tua alma porque caia um bocado. Mas nós tomávamos: saía de Parnaíba, Fortaleza, ia até as capitais. A última era Salvador; Aracajú-Salvador meio dia; dali ia para o Rio de Janeiro, eram quatro horas. Fiz, como estudante, dezenas de vezes essa viagem. Atentai bem, ele foi inaugurar o aeroporto... A bem da verdade está aqui Heráclito Fortes, que entende mais de Piauí do que eu e de aviação. Ele foi inaugurar um aeroporto internacional. Nunca Parnaíba deixou de ter uma linha civil; não tem nenhum vôo, nenhum. Esse é o desastre, a morte de todos nós! Não tem, pela primeira vez na vida, a minha cidade não tem nenhuma linha, nem nacional. E ele, para o mundo, diz que inaugurou um aeroporto internacional. É muita mentira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É isso a que, lamentavelmente, estamos assistindo, Senador Mão Santa.

Veja mais uma ação do Presidente que reforça que ele nada mais é do que um grande marqueteiro que tenta iludir a população brasileira com suas metáforas de hora, com seus discursos contraditórios. Ele não contradiz um discurso com o outro, não; ele se contradiz dentro do mesmo discurso, começa de um jeito e termina de outro, totalmente inverso em relação aos seus primeiros raciocínios.

Sr. Presidente, nosso pronunciamento, na verdade, era para fazer esta denúncia. Uma notícia que é divulgada na Radiobrás, Brasil Agora:

Lula anuncia envio ao Congresso de projeto que mantém aposentadoria para trabalhador rural.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei mantendo direitos previdenciários para os trabalhadores rurais. Eles podem se aposentar ao atingir o tempo de serviço previsto na legislação em vigor, sem exigência de tempo de contribuição previdenciária.

A previdência rural foi instituída em 1991 para vigorar até julho deste ano. A proposta enviada ao Congresso prevê que a aposentadoria rural, a partir de agora, de acordo com o projeto de lei, será concedida depois que o contribuinte cumprir os prazos mínimos

de contribuição, a exemplo do que acontece no Regime Geral da Previdência Social.

São segurados hoje da Previdência Social, no campo, 7,36 milhões de pessoas, com uma soma de benefícios de R\$ 2,22 bilhões mensais.

Pois bem, primeiro, o Presidente não enviou nada ao Congresso Nacional. Procuramos, fizemos uma pesquisa, não há projeto de lei, há uma notícia vazia; assim como há a denúncia vazia, há uma notícia vazia porque o Presidente não encaminhou nada a esta Casa.

Srs. Senadores, Senador Mão Santa, vejam bem, aprovamos aqui matéria de minha autoria pedindo a prorrogação exatamente da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, até o ano de 2009. Essa lei foi reformada em 1994 e prevê mais quinze anos de validade. Por meio dela o trabalhador rural pode solicitar sua aposentadoria sem precisar comprovar recolhimento, apenas pela idade. Sabe o Presidente Senador Tião Viana como isso foi importante para o trabalhador rural, para nossos trabalhadores no campo a partir dos 60 e 65 anos e como é importante também até para a economia das nossas cidades. Ainda temos desorganização no campo; as pessoas não podem contribuir. Para isso seria preciso até de uma mudança cultural. Essa lei vai vencer agora em junho deste ano! Em dezembro do ano passado, fiz aprovar um projeto que está hoje na Câmara e que, lamentavelmente, está tramitando de forma extremamente lenta, vai passar em três comissões, e não foi colocado na pauta da convocação extraordinária. Então a partir de junho os trabalhadores rurais não poderão mais se aposentar por idade; só por contribuição.

Eu gostaria que os Deputados e a Câmara dos Deputados, presidida pelo camarada Aldo Rebelo, do PC do B – mas já vai longe a alma comunista do Deputado Aldo Rebelo –, pudessem acelerar esse projeto que é da maior importância. Hoje é o Governo que está anunciando que vai encaminhar um projeto de lei, mas, lamentavelmente, nem isso ele fez. Ele está dizendo o que não fez, que vai enviar. Se isso se der, eu prefiro, pois talvez aí se mobilize a base do Governo, que seja incorporado o meu projeto. Eu não tenho qualquer vaidade quanto à aprovação do meu projeto. O que eu quero é que o trabalhador brasileiro, o trabalhador rural, desassistido, possa receber esses benefícios que são fundamentais para a sua subsistência e também para a economia de tantas cidades no interior do País.

Sr. Presidente, peço para que seja publicado na íntegra o pronunciamento que eu trouxe sobre o problema da aposentadoria rural.

SEGUE, NA INTEGRA, PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR CÉSAR BORGES

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Em 24 de julho de 1991, o Presidente da República sancionou a Lei nº 8.213, após ela ter sido aprovada por este Congresso Nacional.

Por meio desta peça legislativa, o trabalhador rural passou a ser enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, podendo requerer sua aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir daquela data, desde que consiga comprovar sua atividade rural em número de meses idêntico à carência do benefício, que é de 180 meses, ou seja, exatos 15 anos.

Posteriormente, a fim de regulamentar esse dispositivo legal, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) dispôs, por meio de uma instrução normativa, que o trabalhador rural poderá requerer sua aposentadoria até 25 de julho de 2006. Esse prazo, como é evidente, expirará dentro de pouquíssimo tempo. E é especificamente sobre ele que discorrerei neste meu pronunciamento.

Antevendo a necessidade de dilatação dessa data, no ano passado, dei entrada, nesta Casa Legislativa, em um Projeto de Lei, o

PLS nº 173/2005, que pretende alterar o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, estendendo o prazo para que o trabalhador rural possa requerer sua aposentadoria até 30 de junho de 2009, o que significa uma prorrogação de cerca de três anos.

Senhor Presidente, existem diversas razões para que este Congresso se posicione favoravelmente a essa dilatação de prazo. Passarei a discorrer sobre algumas delas.

Em primeiro lugar, a Previdência Social precisa gastar tempo e um considerável empenho operacional para informar adequadamente os empregadores e trabalhadores rurais sobre como serão processados os benefícios previdenciários após findo aquele prazo.

Como sabemos, o homem do campo encontra-se privado de diversas conveniências e facilidades que o cidadão urbano tem a seu dispor, em especial, o franco acesso à informação abundante e aos meios de comunicação.

Quando se trata de levar informação ao rurícola, portanto, não se pode trabalhar com prazos apertados ou meramente com os meios de comunicação de massa. São necessários, como já disse, tempo e considerável empenho para fazê-lo, ainda mais quando se tem em mente a usual defasagem de escolaridade que, infelizmente, ainda se verifica nas regiões campestres. Eis porque a prorrogação daquele prazo viria ao feliz encontro de uma necessidade importante que a Previdência Social tem de atender.

Em segundo lugar, uma lei posterior, a de número 9.876, que foi sancionada em 26 de novembro de 1999, previu a concessão do benefício previdenciário computando-se somente as contribuições sociais feitas a partir da competência de julho de 1994.

Ora, se somarmos os 15 anos exigidos pela Lei nº 8.213/91 a essa data, veremos que não haverá a menor possibilidade real de o trabalhador rural conseguir sua aposentadoria por idade. Esta é uma razão que, sozinha, já justificaria a prorrogação do prazo. É exatamente por isso que nosso Projeto de Lei alonga o prazo até julho de 2009. São os 15 anos necessários, a serem contados a partir de julho de 1994. Utilizamos nada mais do que a mais trivial matemática para chegar a essa data.

Os números que retratariam o dano causado pela não aprovação dessa proposta, contudo, não seriam tão fáceis de serem computados. São milhares e milhares de trabalhadores que estarão desamparados e impossibilitados de requerer sua aposentadoria por idade, caso permaneça em vigência a legislação atual. E notem os Senhores e as Senhoras que, para reparar isso, necessitamos tão somente alterar um único artigo da Lei 8.213/91.

Além de tudo isso, Senhor Presidente, creio que ninguém teria dificuldade de reconhecer que a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social seja um processo de difícil equacionamento. Em verdade, a própria Lei 8.213/91 fez esse reconhecimento ao estipular os 15 anos de prazo para a concessão do benefício. Contudo, às vésperas do

final do transcurso desse período, vemos que a prevenção do legislador não se mostrou suficiente, em especial pelo surgimento de peça legislativa posterior, a Lei nº 9.876/99.

Temos de reconhecer, também, que os esforços despendidos para estender a cobertura previdenciária ao meio rural, com contribuições compatíveis, ainda não tiveram o sucesso desejado ou esperado. A baixa renda desses trabalhadores – faz-se necessário destacar – e a sua pequena capacidade contributiva ainda representam um considerável entrave à eficácia social da legislação previdenciária no campo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A concessão da aposentadoria, por critérios etários, ao trabalhador rural, por meio da Lei 8.213/91, constituiu inovação exemplar, que promoveu uma distribuição de renda e sua interiorização, tendo, ao mesmo tempo, características de assistência social.

Trata-se de uma situação especial, benéfica ao trabalhador, ao campo, à produção rural e, em última análise, à Nação de uma maneira geral. O assunto, portanto, não deve ser considerado da mesma classe de outros com que o Instituto Nacional de Seguridade Social costuma lidar em sua rotina.

Nosso Projeto de Lei visa, assim, a reparar uma grave ameaça de dano a uma fatia importante e bastante desamparada da

população. Quando o debatemos na Comissão de Assuntos Sociais, o PLS recebeu emenda e parecer favorável do ilustre Senador Valdir Raupp, tendo sido, em seguida, aprovado, em caráter terminativo, pelo plenário da CAS e remetido, em 14 de dezembro do ano passado, à Câmara dos Deputados.

O que mais está me preocupando, atualmente, Senhor Presidente, é o risco que o trabalhador rural está correndo de a Câmara demorar demais para apreciar a matéria e aprová-la.

De fato, apesar de estar tramitando, naquela Casa, em regime de prioridade, em 24 de janeiro deste ano o Projeto de Lei foi distribuído a três comissões diferentes, que estão demorando a iniciar a apreciação efetiva da matéria.

Conforme já está claro, Senhor Presidente, se não houver uma rápida aprovação desse Projeto de Lei e a subsequente sanção do Presidente da República, ocorrerá um grave dano ao trabalhador rural e à interiorização e melhoria da distribuição de renda que sua aposentadoria traz à Nação.

Por tudo isso, rogo aos Nobres Deputados que sejam céleres em aprovar esse Projeto de Lei, sob pena de vermos os direitos do trabalhador rural sofrerem um grave retrocesso.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR
CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do
Regimento Interno.)*

**Lula anuncia envio ao Congresso de projeto que mantém aposentadoria para
trabalhador rural**

17:53

Lourenço Melo

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Em cerimônia no Palácio do Planalto, presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei mantendo direitos previdenciários para os trabalhadores rurais. Eles podem se aposentar ao atingir o tempo de serviço previsto na legislação em vigor, sem exigência de tempo de contribuição previdenciária.

A previdência rural foi instituída em 1991 para vigorar até julho deste ano. A proposta enviada ao Congresso prevê que a aposentadoria rural, a partir de agora, de acordo com o projeto de lei, será concedida depois que o contribuinte cumprir os prazos mínimos de contribuição, a exemplo do que acontece no Regime Geral da Previdência Social.

São segurados hoje da Previdência social, no campo, 7,36 milhões de pessoas, com uma soma de benefícios de R\$ 2,22 bilhões mensais.

31/03/2006

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma breve comunicação inadiável por até sete minutos.

A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as segundas e sextas-feiras aqui são sempre boas para se falar, mas com pouca audiência, e a culpa não lhe cabe, porque V. Ex^a sempre está aqui.

Sr. Presidente, quero dizer da minha preocupação com o relatório da CPMI dos Correios. O Governo, realmente preocupado, como é indispensável que esteja, não quer aprovar o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Digo a V. Ex^a, sem críticas aos meus companheiros de Partido dessa Comissão, que acho o relatório, de certo modo, até omissos. Ele deveria conter coisas indispensáveis que não contém, inclusive a responsabilidade do Senhor Presidente da República.

O Deputado Luís Eduardo dizia, com sua inteligência aguda, que toda vez que Governo e Oposição se conciliam quem perde é a Nação. Acho que é verdade, fica cedendo aqui um trecho, cedendo lá outro trecho, e, na realidade, não se tem o relatório verdadeiro dessa situação de descabro que a CPMI dos Correios apurou. A própria CPI dos Bingos, de que V. Ex^a participa e diverge, às vezes até com propriedade, outras não, tem prestado relevantes serviços à Nação.

Os mais recentes fatos – que não gosto de abordar – demonstram claramente que as CPIs são indispensáveis ao Congresso e ao País.

Não posso dar conselhos à CPMI, até porque posso ser repellido por seus membros, até os do meu Partido. Se pudesse dizer alguma coisa ao Deputado ACM Neto e ao Senador César Borges, que dela participam, eu lhes diria para não transigir em coisa alguma. Se não deixarem votar, não deixem votar; façamos nós, os partidos e os membros da CPMI, uma representação ao Ministério Público com aqueles fatos que estão lá e os que não foram apurados porque o Governo não deixou. Ainda hoje, aqui está: “Governo censura movimentação bancária de Okamoto”.

Quem censura? Foi ato do Tribunal? Não, da Coafi. Pergunto aos constitucionalistas da Casa se a Coafi tem o poder de fazer essa censura. O **Jornal do Brasil** coloca muito claramente os pontos censurados. Para confirmar tudo o que digo – vejam – estão com as mãozinhas dadas o pagador e o beneficiário: Okamoto e o Presidente Lula. Mãozinhas dadas! É inacreditável a coragem, pois, depois de tudo o que está acontecendo, ele se apresenta em público dessa forma.

Sr. Presidente, temos que lutar pela sobrevivência democrática. A democracia não vai sobreviver, tenha V. Ex^a certeza – e V. Ex^a é bem mais moço do que eu, já

vivi bem mais do que V. Ex^a –, se essas coisas continuarem a acontecer. Um dia chegará alguém – pode ser civil, pode ser militar – que não vai aceitar nem mesmo o funcionamento do Congresso como ele está fazendo. Tem de ser mais ativo. Não vai aceitar que as medidas provisórias interrompam o trabalho da Câmara e do Senado, como estão interrompendo. Ainda hoje nada se faz de sério. Promete-se fazer o Orçamento impositivo para evitar a corrupção e nada disso acontece. O Orçamento virá, e eu vou pedir verificação no Congresso Nacional todos os dias, todas as vezes que eu puder. É preciso trabalhar; é preciso dar à Nação exemplos da eficiência do Congresso Nacional. Não há somente um culpado; são todos culpados, sobretudo os omissos diante da triste realidade em que vivemos.

Quero dizer a V. Ex^a que fiz questão de vir a esta tribuna hoje para convocar o PT a largar o passado, a esquecer todo o seu passado, e construir um presente e um futuro diferentes, para que nós possamos ter paz e eleições corretas em 1º de outubro.

Já temos candidato? Temos. O nosso candidato é o Sr. Geraldo Alckmin, que fez um grande governo em São Paulo, mas que vai ser maculado, miserável e injustamente, pelo Partido dos Trabalhadores.

Já vi isso no passado, e, infelizmente, as técnicas não mudaram. Enquanto isso, a GDK continua, as outras empresas continuam. A Petrobras tem que ser investigada, mas não o é porque não deixam.

É quase indispensável, Sr. Presidente, que posamos, dentro em pouco, ter outro aspecto da vida nacional. Não podemos aceitar o Brasil viver o que está vivendo. A agricultura está falida. E tem um grande Ministro: o Dr. Roberto Rodrigues é capaz, mas não lhe dão o direito de acabar com a fome dos brasileiros, porque eles querem matar todos de inanição!

Os outros setores da administração são todos desmoralizados inteiramente pelas atuações dos seus ministros. Agora, se os ministros derrotados saírem agora, o reserva do ministro é que ocupa o lugar. Estamos a conviver agora com um ministério que o Parlamento não conhece e muito menos a Nação brasileira.

Uma coisa eu tenho de dizer: esse Lula é corajoso, porque só um homem com muita coragem colocaria tantos analfabetos e desonestos no governo.

O Brasil não pode continuar assim, Sr. Presidente. Se eu perguntar a V. Ex^a – não vou fazê-lo – o nome de alguns ministros, V. Ex^a não saberá dizer e, se algum Senador souber, eu mudo o meu nome. E o que dirá esse grande público que vive e que vota no Brasil e que aqui está neste instante? Ninguém conhece os ministros. Vai conhecer, dentro em pouco, os malfeitos do ministro. Isso é grave, porque o Presidente devia colocar pessoas idôneas, capazes, que pudessem melhorar a situação do Brasil.

Não há hoje nenhum jornal que não fale sobre o assunto. Ainda ontem o editorial de **O Globo** chamava a atenção do Governo, como o fez a **Folha de S. Paulo** – ainda há tempo –, e os resultados, infelizmente, foram muito ruins para o Governo, que até hoje amarga os problemas recentemente ocorridos.

Eu quero pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, não como membro do PT nem mesmo como Vice-Presidente da Mesa, para fazermos um trabalho neste País para saneá-lo moralmente e para dar ao País um Presidente à altura da época em que vivemos. É preciso um choque de gestão. Ainda há pouco, o Senador César Borges falava, com tanta propriedade, sobre a falta de caráter do Presidente em ir à minha terra, outra vez, para não inaugurar coisa alguma, e, sim, obras do Estado, das quais eles sequer permitem que o Governador participe porque fazem uma onda em torno do Presidente para evitar que o povo lhe faça justiça com as vaias.

Por tudo isso, estou aqui hoje, mais uma vez, chamando a atenção do povo brasileiro. O dia 1º de outubro chegará. Não desejamos o *impeachment* do Presidente da República fora da época. Queremos o *impeachment* nas urnas. E as urnas vão dizer: chega de imoralidade!

O Brasil terá um grande Presidente, e este Presidente será Geraldo Alckmin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A seguir, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio, como orador regularmente inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão e Vice-Presidente da Mesa Diretora, Senador Tião Viana; Sr^s e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Heráclito Fortes, estivemos no nosso Piauí. Vou dar uma notícia boa; outra ruim. A boa, Senador Efraim Morais, não tem nada a ver com o Governo.

Temos aqui um Senador maçom, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Na minha cidade de Parnaíba, festejaram os 100 anos da primeira loja maçônica lá instalada, a Fraternidade Parnaibana. Realmente, Senador Tião Viana, como estudiosos da evolução do mundo, temos que meditar que uma instituição que persiste tem muito valor. Se lá em minha cidade a instituição tem 100 anos, no mundo tem muitos 100 anos.

A Revolução Francesa tinha por trás os líderes maçônicos. Aqui, nos grandes movimentos da Pátria, foi Gonçalves Ledo, um líder maçônico, que infundiu no Brasil a inspiração da independência. Quero aplaudir essa instituição que, em minha cidade, possui quatro lojas. Falo com muita emoção porque o nome de uma

delas é Francisco Correia, que foi meu tio, irmão de meu avô. Ele foi jurista, político e líder maçônico. E o líder dessa festividade também tem laços de família comigo, o Professor Israel Correia.

Então, quero cumprimentar a beleza de festa. Lá, outorgaram comendas, e eu fui agraciado por uma comenda da loja maçônica. Ao longo dos anos, tenho visto aquela instituição que acho que devia proliferar, porque vejo que eles sempre falam lá aquilo que é mais sagrado. Senador Efraim, eles cultivam o amor à família, à pátria e à humanidade. São os valores fundamentais.

Nossos aplausos para aqueles que há 100 anos fizeram nascer, na minha cidade Parnaíba, no Piauí, essa instituição. Quero, então, nomear os que lá lideram: a loja centenária tem hoje como dirigente Israel Correia, Venerável Mestre; Ribamar Prado, 1º Vigilante; Cláudio Ciarlini, 2º Vigilante; Aurélio Freitas, Orador; José Medeiros, Secretário; Roger Jacob, Tesoureiro; Clodoaldo Medeiros, Chanceler; Carlos da Silva, Mestre-de-Cerimônias; João Batista Tomaz, Hospitaleiro; Airton Loiola, 1º Diácono; Higino Aguiar, 2º Diácono; Espedito Cândido, Porta-Bandeira; Bosco da Silva, Porta-Estandarte; Sebastião Fortunato, Mestre da Harmonia.

Mas, agora, com tristeza, Senador Tião Viana, lamento dizer que o Brasil vai muito mal – V. Ex^a está bem nesta Presidência.

Talvez, se houvesse uma oxigenação no cérebro de Lula – o que é raro... Não se ilustrando nos estudos, porque ele diz e repete que negócio de ler não dá futuro, não. Ele diz que ler uma página de livro, Arthur Virgílio – atentai bem! – é pior do que fazer uma hora de esteira. Aí ele sai da esteira, Antonio Carlos Magalhães, a dizer besteira Brasil a fora.

Lá na minha Parnaíba, chegou a essa festa maçônica, um Coronel reformado, o Coronel Campelo, da gloriosa Polícia Militar, no Atalaia Hotel. E digo, Heráclito, que, graças a Deus, esse Arthur Virgílio, esse louro, é lá do Amazonas, porque, se ele fosse do Piauí, nós já éramos!

Mas o Coronel Campelo me disse: “Senador Mão Santa, eu não quero...”. Eu disse: “Eu sei que você não quer. Eu não quero é que você me prenda, pois você é Coronel. Eu conheço”. Ele disse: “É, mas estou aposentado”. Ele está na praia, Heráclito Fortes, o Campelo. Ele disse: “Olha, eu assisto à TV Senado, você e o Heráclito defendendo o Piauí, mas bom mesmo é aquele do Amazonas. Eu queria votar nele para Presidente da República”.

Meu amigo, bote-me ao menos de vice nessa chapa. Eu sei que você tem um fã-clubes feminino enorme, mas agora, Arthur, tem este aqui: um coronel reformado, o Campelo. E anotei o telefone dele. Ele disse: “Eu queria dizer isso para ele, para lhe dar coragem”. Eu disse: “Coragem você não vai dar, não. Quem deu foi o pai dele”.

Isso é só para mostrar a independência do povo do Piauí.

Então, está aí. É Campelo! Ô Senador Arthur Virgílio, é 8633231529. Então, V. Ex^a está maior do que o Amazonas; está do tamanho do Brasil.

Está vendo, Heráclito Fortes? Vamos prender o título dele lá, porque, se ele for para o Piauí, perdemos nossos eleitores. Aliás, nós o apoiamos.

Olha, Heráclito, verdade não se tira. Padre Antonio Vieira disse que todo bem nunca vem só, é acompanhado de outro bem. Mas, por analogia, toda desgraça é acompanhada de outra desgraça: Presidente do PT e Governador do PT! Esse é o caso do nosso Piauí

Heráclito Fortes, V. Ex^a tem ciência de que a carnicultura do Piauí caiu de US\$ 20 milhões de exportação para US\$3 milhões. Quer dizer, é um Governo... Se tivesse caído para US\$ 18 milhões ou para US\$17 milhões, seria compreensível, mas para US\$ 3 milhões? São uns descerebrados!

Carcinicultura é o cultivo do camarão. O Piauí exportava... De toda exportação, do cultivo de camarão, nós éramos 19,6%. Baixou para 2,6%.

É. A ignorância e a incompetência do PT. Não sei qual é a maior se a corrupção ou a incompetência. Aí, é páreo duro.

Fábrica de Castanha. Senador Heráclito Fortes, Deus me permitiu governar o Piauí, onde instalei 27 fábricas de castanha. A maior, uma multinacional: Europa. Senador Heráclito, foram demitidos 300 funcionários. Esse é o Governo do PT. Quem trabalha está perseguido. Agora a mentira...Não é? O Duda Mendonça "Goebbels" – É do Hitler.

Fechada a Europa. Heráclito, que orgulho nós tínhamos na Europa, nos Estados Unidos, uma fábrica de castanha do Piauí. O nosso companheiro Gil Borges... A fábrica está se... Essa é a realidade.

O mel está embargado. A apicultura. O mel. O doce mel – e esse Governo é de fel. Embarga aí. Eles não sabem nada. É uma ignorância! Embarga, embarga. Em vez de colocar os técnicos para tirar o problema, não tem mais o nosso doce mel na Europa.

Heráclito, seu sogro, que está lá perto de Londres, não vai mais comprar o mel do Piauí que está embargado.

A soja! A soja. Estão aqui os depoimentos. A soja. Eu vou dar só um aqui. Está aqui o jornal: "Dólar fraco reduz a expansão de soja no Piauí e no Maranhão". Uma reportagem diz que reduziu... a soja.

O Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado. É a última fronteira agrícola. Três milhões banhados pelo Rio Parnaíba, com água muita.

Senador Heráclito, V. Ex^a sabe que nós trouxemos muitos gaúchos. Santa Catarina, povo de cultura, de agricultura; europeus, cujos netos não tinham mais

terra e foram para o Piauí; só num dia entraram 300 famílias para plantar soja. Só num dia. E diminuiu.

Senador Tião Viana, lamento dizer o seguinte. Pela estimativa de Valério – é um criador – o rendimento deve cair para 40 a 45 sacas de soja, contra 65. Quer dizer, no ano anterior quatro hectares era 65 sacas, agora só dá 40.

Outro gaúcho, de Cruz Alta, já reduziu sua área de soja em 400 hectares, para 1.100 hectares.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Me permite um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quer dizer, outro gaúcho que foi lá... Só a conta de Rosa que entrou no meu Governo eram 300 famílias. Ele diminuiu – está aqui o gaúcho dizendo. Mas vai já.

Ele podia... Bortolozzo, amigo do Heráclito – o Bortolozzo, eu o apelidava de ministro da soja, pioneiro da soja, é lá, paulista, Uruçuí, plantou 2.500 hectares. Bortolozzo diz que a sua intenção é crescer 500 hectares por ano, mas reconhece que o ritmo do avanço na região deve sofrer uma "brecada".

Quer dizer, todos produtores. É tudo mentira o que estão dizendo. Agora, atentai bem, Arthur Virgílio, essa aqui é boa. É um depoimento do PT, um depoimento do PT: "O descontentamento com o Governo Lula está estampado nos pára-brisas dos carros nas regiões de produção do Piauí e do Maranhão, onde se pode ver adesivos com inscrições como "Lula, a pior praga da agricultura" ou "Lula, a nova praga da agricultura".

Um desses adesivos, Senador Heráclito Fortes, está na caminhonete do produtor de Nova Santa Rosa, na região de Uruçuí, o gaúcho José Elói Schaefer. Trata-se de um caso emblemático, já que Schaefer foi secretário de agricultura de uma gestão petista na cidade de Santo Cristo, Rio Grande do Sul, entre 1993 e 1999, ano em que o produtor migrou para o Piauí.

É o seguinte: Enquanto dirige por uma estrada de terra no meio do cerrado piauiense, que leva de Nova Santa Rosa a Uruçuí, o pedetista – brizolista – acusa o Governo da "falta de capacidade administrativa" e não poupa nada do Governo. Diz: "Não está fazendo nada".

E mais, não é só a soja... A Ipecea... Chegou o Senador Alberto Silva.... A Ipecea, no Governo de V. Ex^a se sucedeu. Problema sempre houve. Eu governei. Muitos governaram. Nunca fechou. Fechou em Luiz Correia, lá onde o Lula sujou a praia.

Fechou. Aquilo é uma ignomínia. O maior empregador era a Prefeitura, o segundo era essa. Passou por... e preso. Problema da energia... Sem sensibilidade e incapaz de negociar. Bastava diminuir uns mensalões que tem por aí e negociar. Paul Matei, um francês, a instalou.

Então, esse é o retrato.

Com o aparte o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Para agradecer a V. Ex^a e pedir-lhe que transmita a esse ilustre coronel da Polícia Militar meus agradecimentos sinceros pela opinião positiva que faz a respeito da minha vida pública. E agradecer a lealdade, a generosidade que V. Ex^a sempre dirige a este seu companheiro de Oposição e a este seu admirador aqui do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não... eu transmiti e vou lhe entregar o cartão do Coronel Campelo, aposentado... Disse que o maior prazer era votar em Arthur Virgílio para Presidente

Essa é a realidade. No mais, tudo é mentira. O aeroporto é a maior – que registrem as taquígrafas – mentira e canalhice da história do Brasil. As taquígrafas, botem o nome: CA-NA-LHI-CE. Olha, eu era menino: é preciso entender a história! Lá na minha cidade, Senador Efraim Moraes, atentai bem – e olhe ali tudo aplaudindo, são piauienses –, Efraim Moraes, nos anos da década de 40 houve a seca no Ceará – e a nossa região tem muitos rios. O rio Parnaíba, antes de se lançar no mar, não é como o seu Amazonas, Senador Arthur Virgílio, uno e único. Ele se abre, lembrando a letra grega “delta”. Ele é mais ou menos, ô Senador Efraim Moraes... Ele se abre em cinco rios, lembrando uma mão – nós não sabemos grego, delta, letra. É uma “mão”, e com certeza santa porque forma 78 ilhas.

Então, em 1940, com a seca, alguns cearenses foram para Parnaíba. Atentai bem para este fato histórico. Aí, dois jovens estavam acompanhando a estrada de ferro para ver o mar – nunca tinham visto – passaram pelo aeroporto. Naquele instante, pousava, em 1940, um avião – e o Lula disse que foi inaugurar. Aqueles jovens ficaram extasiados, ô Senador Efraim Moraes, pois nunca tinham visto um pássaro de ferro pousando. E vinha um trem que seguia para a cidade praiana de Parnaíba. O maquinista diminuiu a velocidade para 20 quilômetros, dez quilômetros, apitando. Ele diminuiu até cinco quilômetros, entendendo que aqueles pedestres jovens iriam sair. Não! Foram esmagados. Hoje, há um mito de que eles fazem milagre. É o Cemitério de Dois Irmãos. Então, os túmulos têm essas prendas religiosas. Isso foi em 1940.

No ano de 1974, o Ministro João Paulo Reis Velloso levou aquele aeroporto, como dezenas há, é igual ao de Teresina, igual a dezenas que a revolução fez. Eu, estudando no Rio – não sei se o Senador Heráclito Fortes pegou-o – mas peguei muito avião para o Rio de Janeiro. Aí conheci as capitais. Em Fortaleza, a gente saltava, tomava um cafezinho e dizia que conhecia a cidade. Havia Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju e Salvador, que era a última. E chegávamos no Rio de Janeiro. De Salvador eram quatro horas no Avião Douglas. Havia a Cruzeiro, a Pan Air, ouvia-se até uma Paraense Trans-

porte Aéreo – PTA, que diziam ser a sigla de “Prepara Tua Alma”, porque, de vez em quando, caía.

Mas existia avião. Agora, é a mentira, o descaramento. A única vez na vida em que não há um vôo, uma linha nacional, é neste governo parado, mentiroso e desgraçado do PT!

Aprendi com o maior líder do meu Piauí, de Petrópolis Portella, Senador Heráclito Fortes, e passo a V. Ex^a, que merece, ele sempre trazia muitos ensinamentos. A frase que Petrópolis Portella mais dizia, Senador Arthur Virgílio, era: “Não agrida os fatos”. O fato, atentai bem, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que ele chegou, havia canhões, a ditadura, e ele, então, repetia sua frase. Hoje, o fato é que o Brasil está dividido: de um lado, o que quer o PT, o que quer o Lula, e, do outro lado, nós, que não queremos.

Eu me orgulho de ser o piauiense que aqui disse: há três coisas que a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Salve a democracia, que é do povo e que oferece a alternância do poder pelo Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por 10 minutos, com a tolerância costumeira deste Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, comunico que o horário da liderança do PSDB será ocupado nesta tarde pelo Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, vejo algumas manifestações extremamente preocupantes. O Ministro Ciro Gomes, da Integração Regional, fez afirmações que considero da maior gravidade. Tirando essas coisas todas, como chamar a OAB de grupo de burguesóides, ele fala como se ele tivesse sido uma figura de esquerda, coisa que nunca foi. Sempre foi da Arena, do PDS, sempre foi um homem da direita. Essa é que é a verdade. Olhem o que disse Ciro Gomes: “Se o Presidente Lula tivesse usado o poder moral e político de pedir apoio à população para garantir o respeito à sua figura, ele acha que teria havido uma coisa muito grave no País. Ele não fez isso. A nossa sorte é que ele é sereno e contido.” Ou seja, Senador Heráclito Fortes, a democracia brasileira não é nada para o Sr. Ciro Gomes. A sorte, segundo ele, é que o Presidente Lula é contido, é sereno. Se não fosse, o Congresso Nacional, o Tribunal Federal, nada disso teria importância.

O General Albuquerque, que já cometeu aquele deslize grave da carteirada do avião, a meu ver, exage-

rou na dose das comemorações. Eu não vejo por que essa data do 31 de março devesse ser comemorada. Eu considero justo um comunicado breve, algo parecido com o que, nos últimos anos, se vinha fazendo. Mas, estranhamente, o General Albuquerque repete o equívoco daquela vez que redundou na demissão do Ministro Viegas. Não aceito que se tente transformar o 31 de março em 7 de setembro. Não aceito! É algo que eu repudio como brasileiro, como democrata e como Parlamentar. Eu não aceito!

Aí, temos esse episódio, que é o pano de fundo de tudo que acontece de grave no País hoje, da quebra do sigilo do caseiro Francenildo e da quebra do sigilo do seu suposto pai, o empresário piauiense. Os culpados, todos, de “A” a “Z”, terão de aparecer. Está começando a ficar mal o Presidente da República dizer que não sabe de nada, nunca. Palocci teria dado a ordem para a quebra de sigilo de um gabinete ao lado daquele do Presidente da República. O Presidente alega sempre que de nada sabe.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos já tem, a essa altura, explicações a prestar. Eu não faço aqui nenhuma acusação a S. Ex^a. Mas S. Ex^a já tem explicações a prestar. Assessores próximos de S. Ex^a, o Sr. Ministro da Justiça, estão dando depoimentos que se contradizem entre si, se contradizem com o que tem sido publicado na imprensa com os fatos que vão chegando ao nosso conhecimento.

O fato é que não se trata, como pensa certo segmento da imprensa, de dizer que a Oposição vai, agora, mirar no Ministro. Não, vai mirar em quem quer que esteja trabalhando em dissonância com a democracia brasileira. Não pode é ficar impune um fato grave como o da quebra de sigilo, como o da violação do sigilo. A quebra do direito civil à privacidade é algo imperdoável que a Oposição não pode deixar barato.

Sr. Presidente, vejo ainda outro fato extremamente grave. A falência moral do Governo Lula está demonstrada em todos os seus gestos. Abro um parêntese para advertir que tenho informações de que a Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho*, que tomou posse às escondidas, em uma sessão fechada na Caixa Econômica Federal, não passaria mesmo de um pau mandado do Sr. Mattoso, ou seja, nem o chefe de gabinete mudaria, e que ela, militante do PT, é mais aparelhismo; militante do PT, estaria lá para não deixar as coisas avançarem do ponto de vista das mudanças que se têm que implementar na Caixa Econômica agora. Estou de olho na gestão da Sr^a Maria Fernanda. Eu fecho o parêntese.

Estou propondo a convocação do Sr. Márcio Thomaz Bastos ao plenário do Senado Federal. Proponho que S. Ex^a venha ao plenário do Senado Federal. Pela regra regimental, o meu requerimento será votado pelos meus Pares. Por que não fiz a proposta para que ele vá para a CPI dos Bingos, Presidente Efraim Mo-

rais, que preside esta sessão para muita honra minha e preside a CPI dos Bingos? Porque não estou sentindo que deva tratar o Ministro como réu. Não acho que esse seja o nível, não acho que seja esse o seu *status*. Estou propondo a vinda do Ministro ao Plenário, por entender que aqui ele já tem o que dizer, sim. Aqui ele já tem de que prestar contas porque quero saber se houve omissão dele, se houve omissão do Presidente Lula, se houve omissão dos dois ou se não houve omissão de nenhum dos dois. Quero saber, sim, do Sr. Ministro, tintim por tintim, tudo aquilo que ele sabe, olhando nos olhos da Nação, através dos olhos do Senado Federal, sobre este caso.

O meu requerimento chega às mãos de V. Ex^a dentro de poucos minutos, Sr. Presidente.

Hoje vi uma peça extremamente bonita, do filósofo Denis Lerrer Rosenfield*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele se refere a Kalashnikov* e ao Presidente Lula. É muito interessante porque Kalashnikov é o famoso inventor do fuzil AK-47. Ele era filho de pequenos agricultores que foram deportados para a Sibéria, naquele movimento de suposta reforma agrária, que, na verdade, era a negação do direito à propriedade privada sobre o campo, no período de Stalin, durante as trevas do stalinismo. Então, diz Rosenfield que Kalashnikov – fazendo algo que, enfim, eu não faria – driblou a sua vida passada, renegou seus pais com muita habilidade, não deixando nunca que o poder soviético tomasse conhecimento de que ele era filho de quem era, e cresceu tanto dentro da ditadura soviética que, enquanto seus pais foram vistos como inimigos do povo, Kalashnikov chegou a receber um prêmio. A ditadura adora dar prêmios para os outros, no fundo, para se manter. Ele ganhou o Prêmio Stalin e o Prêmio de Herói Socialista. Diz Rosenfield que, ao renegar seus pais, esse cidadão optou por uma servidão voluntária diante do poder.

Rosenfield compara isso com todo esse imbróglio em torno da Caixa Econômica e da quebra do sigilo do caseiro. Todos procuram encobrir a possível participação do Presidente da República exatamente como se Stalin ele fosse. Diz Rosenfield:

Essa sucessão de mentiras, própria de um governo que revela seu DNA autoritário, voltado para a perseguição de um trabalhador que ousou dizer a verdade, tinha um propósito específico: encontrar um bode expiatório, de preferência um funcionário menor desse banco estatal.

A revista **Veja** fala que chegaram a oferecer R\$1 milhão para alguém assumir a culpa. Imaginaram que, com R\$1 milhão, iam comprar a vida, a felicidade, a dignidade de um cidadão, de um ser humano. A que ponto chegou este Governo lulista!

Da mesma forma que Kalashnikov resolveu, por comodidade, não culpar Stalin, mas culpar os funcionários locais do stalinismo, também aqui o Governo Lula

queria encontrar bodes expiatórios locais, os funcionários locais, para pouparem o chefe, para pouparem aquele que não é um ditador porque temos uma democracia, mas que revela a propensão para o autoritarismo e o desejo de governar por *diktates*, como se a nossa sociedade não fosse capaz de se autodeterminar e de encontrar seus próprios meios de explicitar suas contradições e avançar na direção do melhor destino, do melhor compromisso com o seu futuro.

Diz, também, Rosenfield:

Quando ficou claro que Nildo, o caseiro da mansão também denominada República de Ribeirão Preto, tinha tido o seu sigilo violado, a sua vida privada invadida e estava sendo investigado pela Polícia Federal, o Governo, achando que poderia ainda escapar do autoritarismo que escancarava, “decidiu” investigar. Essa “decisão”, assaz estranha, só foi manifesta pelo presidente Lula na quarta-feira, quando na quinta anterior o então ministro Palocci já tinha recebido em sua casa o extrato bancário do caseiro, entregue em serviço expresso e personalizado pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

Adiante, ainda Rosenfield:

O Presidente, mais uma vez, finge nada saber, encobrendo a sua responsabilidade e fazendo como se nada lhe dissesse respeito.

Sr. Presidente, vamos até o fim nisso. Volto a anunciar a V. Ex^a que em minutos estará chegando a suas mãos o requerimento que faço de convocação ao plenário do Senado do Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Nada de mais grave aconteceu. Levando-se em conta que, no caso da violação do sigilo, há também corrupção – porque na verdade o sigilo foi quebrado para encobrir a corrupção – e levando-se em conta que há uma violação constitucional, chego a crer que a quebra do sigilo do caseiro é talvez um fato mais grave do que essa coisa abjeta e torpe que é o mensalão. É certamente mais grave.

Há algo que me chama a atenção: um debate inteligente, mas que mostra, por outro lado, o caráter do Governo.

O jornalista Merval Pereira, do jornal **O Globo**, vem debatendo de maneira muito lúcida com o Sr. Tarso Genro, que agora substituiu Jaques Wagner na articulação política do Governo. E tem sido muito clara a posição de Tarso Genro, que é um homem de nível, de gabarito, com quem dá gosto conversar, mas que demonstra que o Governo gostaria de tutelar a imprensa brasileira por meio dos seus conselhos – uma forma soviética de encarar a liberdade de imprensa.

Está sendo muito interessante tudo isso. A pergunta que faço é: como seria o tratamento da imprensa a todos esses escândalos do Governo Lula se houvesse um conselho em cima da consciência e da pena dos jornalistas e das editorias deste País? Estou muito preocupado. Assus-

tado não estou, já passei da idade de me assustar. Mas estou muito preocupado com o caráter autoritário de um Governo que não se revela cultor da democracia.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a mande inserir nos Anais o artigo de Denis Lerrer Rosenfield e também a declaração do Ministro Ciro Gomes dizendo tolices, referindo-se a “burguesóides” da OAB, enfim, como se tivesse sido uma figura de esquerda, e não foi, pertenceu à Arena, pertenceu ao PDS. É bom o Ciro amadurecer de uma vez e acabar com essas histórias, não tentar viver uma vida que não foi a dele.

Na matéria “Golpe alicerçou democracia, diz Exército”, há uma nota que deplorei. É de autoria do General Albuquerque, exaltando o 31 de março. Essa é uma data da qual eles podem, inclusive, a meu ver, com discrição, fazer lá a comemoração deles, mas não tentar impingir ao Brasil como se fosse um 7 de setembro, porque isso não aceito. Não aceito! Isso é algo que agita todos aqueles que fizeram muito pela anistia. Anistia é esquecimento, portanto, é bom esquecermos de uma vez essa data. Essa data não é 13 de maio; essa data não é 7 de setembro; essa data não é 15 de novembro. Essa data não é algo nem para ser cultuado, nem para servir de exemplo para o povo brasileiro, porque ela representou um período de treva ditatorial que temos obrigação de repudiar.

Portanto, Sr. Presidente, esperamos que, brevemente, tão logo a pauta esteja destravada, momentaneamente livre das medidas provisórias vorazes do Presidente Lula, possamos votar aqui a convocação do Ministro Márcio Thomaz Bastos para que preste contas à Nação, por meio do Senado Federal, desse episódio sobre o qual S. Ex^a tem de ter muita ciência. Espero que S. Ex^a não tenha culpa não o estou acusando, espero sinceramente que S. Ex^a venha para cá de peito aberto e diga tudo que sabe sobre esse episódio torpe, cínico e absolutamente incompatível, Senador Cristovam Buarque, com a democracia que queremos construir. Há uma agravante: essa violação constitucional foi feita para proteger corrupção.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, como conhecemos o passado do Ministro, fico esperando que S. Ex^a, tomando conhecimento do seu discurso, seja capaz de ligar agora para cá, oferecendo-se para atender a esse seu convite. Penso que, se fizesse esse gesto, S. Ex^a daria prova de respeito ao Congresso Nacional e de consciência da gravidade dessas últimas notícias e tomaria uma decisão sintonizada com a sua biografia. Se S. Ex^a não o fizer, vamos ficar preocupados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O normal seria que ele o fizesse. V. Ex^a tem toda a razão. Se não o fizer, estará se portando de maneira anômala.

Se não o fizer, é porque talvez esteja com medo de alguma coisa. Se estiver com medo de alguma coisa, é porque não deve ser Ministro da Justiça. E se porventura sua consciência estiver absolutamente tranqüila, o Ministro Márcio Thomaz Bastos deve fazer aquilo que Paulo Brossard faria. Paulo Brossard viria aqui agora e diria: "Há quantos Senadores? Dez, doze? Vamos conversar agora". Paulo Brossard o faria.

Tenho dito ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que S. Ex^a deve olhar sempre dois parâmetros e procurar ficar com o do gaúcho Paulo Brossard. Não deve ser Armando Falcão, mas Paulo Brossard. Paulo Brossard viria aqui e não ficaria dando desculpas eternas e permitindo que se tirassem ilações de que sua pasta estaria prestando desserviço à democracia brasileira. Mas S. Ex^a virá aqui por bem ou pela convocação do Senado Federal, o que também seria por bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do Poder! Que vergonha, Lula!

Foi isso o que senti, com estupefação, ao ler em **O Estado de S.Paulo** de hoje a notícia reveladora de *como o SNI seguia os passos de Lula*, quando ele ainda era militante sindical e dirigente do PT.

Se não é surpreendente – pois o Brasil vivia em Estado de Exceção – a notícia provoca repulsa. É a história da ação subterrânea do Serviço Nacional de Informações, por seus agentes no Rio Grande, no encalço do então líder sindicalista.

O Estadão publica pormenores de documento secreto do SNI, intitulado *Atividades de Luiz Inácio da Silva, Lula, no interior do Rio Grande do Sul*. A notícia está incluída neste pronunciamento.

Seria de dar pena se Lula tivesse rasgado esse episódio de triste memória. E o tivesse como exemplo do que não se deve fazer.

Não. Não foi o que houve.

Ele, o perseguido de então, virou, agora que é Presidente, o perseguidor nesse episódio igualmente triste da arapongagem patrocinada pelo Governo petista contra o caseiro da *República de Ribeirão Preto*.

De nada valeu, Lula.

Quem não aprende é porque não quer aprender.

Encerro, repetindo o que disse ao iniciar este pronunciamento:

Que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do Poder! Que vergonha, Lula!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, odeio Lula porque faz uma glamourização da ignorância (...). Num país carente de conhecimento, ele não pode ter esse procedimento. É um imbecil, um idiota, um ignorante. Quando ia ao cinema, ia com o cachorrinho no colo. Para quê?" Lima Duarte, ator, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**.

Eis o dilema: ser inteligente, honesto e do PT

"(...) Será possível (no PT) ser os três ao mesmo tempo?

O PT é inapelavelmente burro (incompetente, incapaz de ação eficiente no governo...), além de desonesto" (Fábio Wanderley Reis, cientista político, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

As frases que acabo de ler não são minhas. Saíram na imprensa, ontem. A primeira, de Lima Duarte, está na **Veja**. As outras são do Caderno *Aliás*, de **O Estado de S.Paulo**.

Lima Duarte é ator, de notória percepção dos fatos da vida brasileira. É o depoimento de quem vive e sente como o povo.

Fábio Wanderley Reis é cientista político e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Suas frases são científicas e técnicas. Correspondem a uma visão decorrente de análises e estudos acadêmicos.

Da arte e da ciência político, passo para o noticiário policial, com mais frases que, como as primeiras, dão o que pensar. Leio, também na imprensa, de hoje:

Ex-ministro da Fazenda ordenou à CEF violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa

Avisado sobre Palocci, Lula só o demitiu após uma semana

KENNEDY ALENCAR, DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam na casa de Palocci quando extrato de caseiro foi entregue pelo ex-presidente da CEF

Oposição mira agora o ministro da Justiça (**Folha de S.Paulo**, 3/março/06)

PF vai indiciar Palocci por abuso de poder e quebra de sigilo funcional

Ex-ministro é esperado na quarta-feira para prestar depoimento ao delegado Rodrigo Carneiro Gomes – (**O Estado de S.Paulo**, João Domingos, Brasília)

Fazenda é alvo do MST pela 5.^a vez em dois meses (**O Estado de S.Paulo**, Elder Ogliari PORTO ALEGRE)

PF deve indiciar Palocci em pelo menos três crimes
Fernanda Odilla do **Correio Braziliense** (3-4-06)**Bra-**
sil)

(Veja, 3-4-06)

Feita a leitura, cabe uma pergunta. Minha. Mas, sem dúvida, refletindo também o que o povo pensa:

– *Lula merece mais um mandato?*

São tantas as trapalhadas. Tantas são as provas da mais lavada corrupção no Governo petista, que a resposta já está pronta: *Não! Não, mesmo!*

Volto às frases do professor da UFMG, que li no começo deste pronunciamento:

– Os requisitos para governar o País são três: inteligência, honestidade e competência.

Os dois primeiros inexistem no meio petista. E o terceiro, este, então, passou longe do Governo petista do Presidente Lula. Que já acabou. Uma administração falha e que vai encerrar o quadriênio perdido sem uma obra importante para o País. Só deu propaganda e nisso o Governo Lula se esmerou!

Deixo no ar a pergunta, que, encerrando, repito:

– *Lula merece um segundo mandato?*

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Eis o dilema: ser inteligente, honesto e do PT

Será possível ser os três ao mesmo tempo? Para os inimigos dos petistas, o partido é burro e desonesto

Fábio Wanderley Reis, cientista político, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

Dez anos atrás, evoquei em artigo de jornal conhecida piada italiana dos tempos do fascismo. Diz ela que qualquer cidadão pode ser inteligente, honesto e fascista. Só que as três coisas não vão juntas: se ele é inteligente e honesto, não é fascista; se é fascista e inteligente, não é honesto; se é honesto e fascista, não é inteligente.

A piada era lembrada a propósito de opções "realistas" do presidente Fernando Henrique, que, criticado, dissera havia pouco que "não é preciso ser burro para ser de esquerda". Como ele com certeza admitiria que tampouco é preciso ser burro para ser honesto, o artigo explorava certas dificuldades, para um líder peessedebista com a sua trajetória, de juntar a um tempo a honestidade, a inteligência requerida pela acuidade realista e as convicções socialdemocráticas que cabia atribuir-lhe. O que se propunha como idéia central era que o equilíbrio no uso do realismo é o que permitiria distinguir o socialdemocrata honesto do político desonesto ou do que busque, mesmo honestamente, valores ou fins que pareçam inaceitáveis ao primeiro ou a seus adeptos: em algum ponto haverá o "soco na mesa", cessarão as espertezas e se optará singelamente pela reafirmação das convicções e pela ação exemplar - até pela necessidade de reconhecer o papel que esta tem a cumprir, mesmo de um ponto de vista instrumental ou na busca "realista" de eficiência, para a obtenção dos fins maiores.

Temos agora o PT, de maneira bem mais dramática, posto diante dos mesmos dilemas: será realmente impossível, como sugere reiteradamente o noticiário, ser, a um tempo, *inteligente, honesto e petista*? No entendimento dos inimigos do PT, não há dúvida de que o partido seria inapelavelmente burro (incompetente, incapaz de ação eficiente no governo...), além de desonesto: não só os fins maiores (socialistas) e supostamente generosos e nobres do partido seriam inaceitáveis, mas, mais que isso, a retórica referida a tais fins apenas ocultaria a vileza dos fins verdadeiros. Naturalmente, isso está longe de ser consistente com o temor da eficiência na promoção dos "verdadeiros" fins petistas, de onde brotam as denúncias da "ameaça totalitária" e quejandos.

Já no entendimento de setores importantes do próprio PT, como ficou claro em 2005, a arrogância ideológica levava à idéia de que o partido podia ser "inteligente" ("realista", buscando eficácia por meios pouco virtuosos) justamente porque seria honesto, ou pela singular nobreza

de seus objetivos. Se é impossível aderir à visão dos antagonistas do partido, estendendo sem mais a todos os que de alguma forma se ligaram a ele o carimbo de desonestos e ineptos ou otários, é também impossível deixar de ver os efeitos burrificadores daquela arrogância.

Mas o episódio Palocci versus caseiro mostra uma face nova da burrice, de nível talvez ainda mais reles. Após 2005, já não cabe, naturalmente, o soco na mesa, nem se trata mais da tensão entre objetivos ambiciosos ("revolucionários") e meios realistas. E o ministro Palocci, o principal personagem governamental do episódio, na verdade aparece aos olhos de muitos como a encarnação da capitulação do partido e do governo quanto aos fins ambiciosos. De todo modo, num quadro em que o que se acha em jogo são antes de mais nada as chances de saltar de alguma forma sobre os escombros da crise, talvez alcançando a reeleição, e em que o que resta como capital político é pouco mais que o apelo popular de Lula, o que vemos é o governo, na pessoa de sua segunda autoridade mais importante, confrontado miudamente com a figura modesta de um caseiro. E como se dá o confronto? Em nome da aposta numa incerta história de compra pela oposição das denúncias do caseiro, recorre-se a um ato patentemente criminoso, que não poderia senão surgir de imediato como tal diante do público - e de maneira a tornar em parte irrelevantes, ou a colocar em segundo plano, os próprios fatos cuja ocorrência o caseiro corrobora.

De acordo com informações ainda imprecisas que circulam na imprensa, haveria pesquisas recentes segundo as quais as intenções de voto em Lula não teriam sido afetadas pelo episódio, o que se deveria, na interpretação do instituto responsável por elas, à dissociação que o eleitorado faria entre a figura de Lula, de um lado, e o governo e o partido, de outro. Corretas ou não tais informações, é certo que, não obstante o escândalo e a reiteração da inépcia e da disposição pouco ética que representa, é preciso cautela, a esta altura, com respeito ao seu possível impacto eleitoral. É importante reconhecer, porém, contra certas idealizações encontradas sobretudo em meios de esquerda, que a razão principal a recomendar cautela tem a ver com as deficiências do eleitorado popular brasileiro quanto à "consciência" política e ao envolvimento nas questões políticas. O grande desafio é como fazer do realismo relativamente a este aspecto particular dos muitos traços negativos de nossa realidade algo que lideranças de grandeza moral e estatura política autêntica possam processar num esforço de construção institucional na faixa político-partidária, tal como o que se viu abortado, ao que tudo indica, na experiência petista. Infelizmente, à parte os inimigos do PT, muitos de nós temos ido de frustração em frustração, numa caminhada melancólica em que os candidatos a herói ou estadista se apequenam.

Mas cabe um alerta mais urgente. As circunstâncias do afastamento de Palocci têm ensejado um endurecimento suspeito do tom de vários comentaristas, que assumiu forma mais atrevida na indagação de um deles sobre quem, na ausência de Palocci, poderá negociar o "acordo com os mercados" que "mantém o PT no poder" - como se a ligação entre o PT no poder e o resultado de eleições democráticas, sejam quais forem as qualificações do eleitorado, fosse irrelevante. Opus-me claramente a interpretações que apontaram "golpe" no eventual encaminhamento de um processo de impeachment de Lula conduzido pelos meios legais. Mas falar de acordo de poder e sua eventual ruptura à margem do processo institucional e eleitoral é brincar com o golpismo. Oxalá não seja mais que brincadeira inconsequente.

* Fábio Wanderley Reis é cientista político, professor emérito da Universidade Federal

de Minas Gerais e autor do livro Mercado e Utopia (Edusp), entre outros

São Paulo, segunda-feira, 03 de abril de 2006

brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Ex-ministro da Fazenda ordenou à CEF violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa

Avisado sobre Palocci, Lula só o demitiu após uma semana

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma semana antes de demitir Antonio Palocci Filho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu diretamente do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que ele considerava o então colega da Fazenda o principal suspeito de ter quebrado o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Segundo auxiliares de Lula, ele cobrou diretamente explicações de Palocci depois de ter sido alertado por Thomaz Bastos na mesma segunda-feira, 20 de março, mas ele negou envolvimento. Na semana que antecedeu

sua queda (dia 27 de março), Palocci dizia em reuniões do governo estar tranqüilo e não ter nenhuma ligação com a violação do sigilo.

O ministro da Justiça não tinha prova da culpa de Palocci, mas a convicção de sua responsabilidade porque conversara com seus dois assessores que estiveram em contato com o então ministro da Fazenda em 16 de março, a quinta-feira em que houve a quebra do sigilo, e no dia 17, a sexta na qual o segredo foi divulgado pelo blog da revista "Época".

Mais: os auxiliares lhe disseram que o então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, estivera na casa de Palocci na noite de 16 de março. Em depoimento à PF em 27 de março, Mattoso selou o destino de Palocci ao dizer que lhe entregara em mãos no dia 16 o extrato bancário de Francenildo.

Os auxiliares de Thomaz Bastos que se reuniram com Palocci foram o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg, e o chefe de gabinete da pasta da Justiça, Cláudio Alencar. Ambos depuseram ontem à PF (Polícia Federal).

Goldberg e Alencar relataram que Palocci pedira que a PF investigasse Francenildo, dizendo ter informação de que o caseiro recebera soma de dinheiro incompatível com a

renda mensal de R\$ 700 e que suspeitava que ele estava a soldo da oposição. Goldberg estava na casa de Palocci quando Mattoso chegou e se reuniu com Palocci. Na sua versão, ele diz que não viu o extrato bancário de Francenildo nem foi informado por Palocci ou Mattoso da violação do sigilo. Os relatos dos auxiliares levaram Thomaz Bastos a considerar o então ministro da Fazenda o principal suspeito. A partir dessas informações, o ministro da Justiça determinou ao diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, no domingo, dia 19, que abrisse um inquérito para apurar o crime de violação do sigilo do caseiro. E no dia seguinte, deu ciência ao presidente da sua suspeição sobre Palocci. Lula, porém, teria preferido que a PF obtivesse uma prova concreta antes de julgar Palocci. Isso aconteceu no dia 27, quando o então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, disse que entregara o extrato a Palocci. De acordo com um auxiliar direto do presidente, ele deu crédito à negativa de Palocci, então o principal ministro de seu governo e responsável por uma gestão que ele considerava vitoriosa na área econômica. Por essa versão, Lula demorou uma semana a demitir Palocci para evitar cometer uma eventual injustiça e para seguir o ritual legal - as provas.

Enquanto isso, o presidente passou a trabalhar com a hipótese de demitir Palocci e avaliou quais seriam suas opções. No meio da semana, por exemplo, sondou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, para a Fazenda.

Procurando um culpado

Além de ter tentado convencer Mattoso a levar a culpa sozinho pela violação do sigilo de Francenildo, como fez até a última hora do dia em que caiu, a Folha apurou que Palocci propôs a seu assessor de imprensa, Marcelo Netto, que assumisse responsabilidade no caso. Netto recusou-se.

Palocci ordenou diretamente a Mattoso a violação do sigilo em reunião no Palácio do Planalto na tarde de 16 de março. Está previsto para depois de amanhã o depoimento do ex-ministro da Fazenda à PF.

São Paulo, segunda-feira, 03 de abril de
2006

brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam na casa de Palocci quando extrato de caseiro foi entregue pelo ex-presidente da CEF

Oposição mira agora o ministro da Justiça

ADRIANO CEOLIN

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com as novas revelações sobre o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro que fazia acusações ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho, a oposição mudou o tom e já fala abertamente que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) é a bola da vez do escândalo.

PFL, PSDB e PPS ontem bateram na tecla de que a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa foi uma decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva como um todo e teve, no mínimo, a omissão de Bastos.

"As informações de envolvimento de assessores do ministro da Justiça na quebra do sigilo mostram que há corrupção sistêmica no governo. Todos os que estão ao redor de Lula estão contaminados", disse o líder da oposição na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA). Dois assessores de Bastos foram procurados por Palocci para que a Polícia Federal investigasse o caseiro, embora eles neguem ter tido conhecimento da quebra ilegal do sigilo de Francenildo.

Bastos, ao longo de mais de três anos de governo Lula, sempre foi poupado em razão de sua trajetória de criminalista, que já serviu inclusive a pefelistas no pas-

sado.

Agora, não mais. "Eu mesmo defendi o ministro no passado quando foi acusado pelo doleiro Toninho da Barcelona. Mas nesse caso não pode ter trégua. Ele tomou conhecimento da quebra do sigilo e só se opôs quando viu o resultado", afirmou Aleluia.

O PPS apresentou na quarta-feira um requerimento para que a Câmara convoque Bastos a dar explicações ao plenário. O depoimento precisa ser colocado em pauta pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), e aprovado por maioria simples.

Segundo o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), está claro que a violação do sigilo do caseiro foi uma decisão política do governo. "Até agora, está implícito que o presidente Lula tinha conhecimento."

Para Dias, o maior indício é o fato de Palocci ter dado expediente numa sala a poucos metros do presidente na semana em que a crise foi deflagrada-entre os dias 17 e 27 de março. "Isso nos dá o direito de fazer a ilação de que Lula pelo menos ficou sabendo do que havia acontecido", disse.

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes (PFL-PB), afirmou que a comissão vai avançar nas investigações sobre o caso. Mas, por ora, só há planos para convocar o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso para depor. Amanhã, deverá ser colocado em votação requerimento para que Mattoso fale à CPI.

"Ele [Mattoso] é uma fonte importante para contar toda essa história. Ainda não concordo com a convocação

do Palocci. Só vou pensar nisso depois que ele falar na Polícia Federal", afirmou Efraim, referindo-se ao depoimento do ex-ministro marcado para quarta-feira. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), espera que Mattoso fale à CPI ainda nesta semana. "É ideal que ele [o ex-presidente da Caixa] preste depoimento o mais rápido possível para a gente conseguir avançar sobre os fatos novos."

Os governistas antecipam uma ofensiva em cima do ministro. "Perderam o respeito, perderam a vergonha ao falar do ministro da Justiça. Estão com o mesmo "modus operandi" que tiveram com o Palocci. Passam meses falando bem do ministro e de repente vão ao ataque", disse a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Além da votação da convocação de Mattoso, a agenda da CPI dos Bingos prevê para nesta semana a acareação entre o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o ex-militante petista Paulo de Tarso Venceslau, que o acusa de arrecadar recursos irregulares em prefeituras do PT na década de 90.

Na CPI, Okamoto-ex-tesoureiro do PT-é também investigado por afirmar ser o responsável pelo pagamento de uma dívida de R\$ 29,4 mil do presidente Lula com o partido. Ele diz que usou recursos próprios, mas a oposição suspeita que o dinheiro pode ser oriundo de corrupção.

Na acareação com Venceslau, Okamoto poderá negar-se a falar sobre a dívida de Lula com o PT.

Documento revela como SNI seguia passos de Lula

Em maio de 1981, viagem do então líder sindical ao Rio Grande do Sul foi monitorada por agentes federais, segundo registro obtido pelo 'Estado'

Marcelo de Moraes

Vannildo Mendes

BRASÍLIA

Papéis secretos dos arquivos militares comprovam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vigiado clandestinamente pelo serviço de informações do governo quando era líder sindical e dirigente do Partido dos Trabalhadores. Agentes da Polícia Federal do Rio Grande do Sul acompanharam cada passo de uma das passagens do futuro presidente da República por aquele Estado, em 1981, de acordo com um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI), com a data de 22 de maio daquele ano. O documento faz parte dos arquivos secretos do governo militar que foram transferidos para o Arquivo Nacional, em Brasília, e aos quais o Estado teve acesso com exclusividade.

Com o título Atividades de Luiz Inácio da Silva, Lula, no Interior do RS, o relatório de três páginas, acompanhado por recortes de jornais gaúchos, é minucioso. Começa dizendo que "aos 12.05.81, às 14.30 horas, o epigrafado chegou a Rio Grande/RS, onde foi recepcionado com um almoço no Clube Ipiranga".

Na reprodução das conversas e discursos de Lula a que tiveram acesso, os agentes assinalaram que ele não via com boas perspectivas o ano de 1982. "O quadro político e econômico é sombrio", teria dito. Mesmo assim acreditava na possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República - o que só ocorreria em 1989.

Lula foi acompanhado por todas as cidades gaúchas por onde passou: "Em Pelotas, na Praça Coronel Pedro Osório, reuniu-se com líderes sindicais e integrantes do PT e após discursou fazendo sérias críticas ao governo e ao Regime, o qual disse ser de corruptos e ladrões."

Em Santa Maria, Lula "tentou conseguir adeptos para o PT, sem sucesso". Diz o relatório: "Não foram conseguidas as adesões esperadas no meio operário e estudantil."

Em Ijuí, o líder petista discursou para cerca de 800 pessoas. "Criticou o uso de terras pelo Exército, que, no seu entender, 'não servem para nada', e o apoio dado pelos demais partidos políticos da oposição por ocasião do episódio das bombas do Riocentro", prossegue o texto. "Concluiu fazendo um apelo aos trabalhadores para que se filiassem ao PT."

Outro discurso de Lula em São Borja também está registrado. "Fez uma retrospectiva de sua atuação desde quando iniciou no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, até quando provocou a greve da história do Brasil, ela que conseguiu paralisar 145 mil trabalhadores", segundo suas próprias palavras, e a posterior intervenção 'quando foi tirado da direção' pelo governo."

Os agentes anotaram ainda que Lula criticou os outros partidos de oposição: "Quando chega a hora de falarem pelo povo, eles se omitem."



FOLHA DE S. PAULO

Data: 21/04/06 Pág. _____

HERANÇA MILITAR 42 anos após tomar poder, Força afirma orgulhar-se do passado; quem assina nota é general que parou avião

Golpe alicerçou democracia, diz Exército

PEDRO DIAS LEITE
MAGGIOR REPAS DE RUANDA

No aniversário de 42 anos do golpe militar de 1964, a ordem do dia do Exército, lida para cerca de 200 mil soldados em quartéis de todo o país ontem, exalta sua atuação ao dizer que "esse Exército orgulha-se do passado". Diz ainda que o golpe ajudou a "alicerçar, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional".

O 31 de Março insere-se, pois, na História pátria e é sob o prisma dos valores imutáveis de nossa Força e da dinâmica conjuntural que o entendemos. É memória, dignificada à época pelo incontestável apoio popular, e um ato, vigorosamente, aos demais acontecimentos vividos, para alicerçar, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional", diz o final do texto, assinado pelo co-

mandante do Exército, general Francisco Albuquerque.

Antes, em seis pontos começa dos sempre com "Esse Exército, o seu Exército", a nota destaca o que considera "valores" da Força. "Esse Exército, o seu Exército, orgulha-se do passado, porque nele os valores e postulados da instituição, que se confundem com os da própria nação brasileira, nasceram e se consolidaram", diz o primeiro dos pontos.

O novo ministro da Defesa, Waldir Pires, nomeado ontem para o cargo, disse respeitar a posição de cada um, ao comentar a ordem do dia do Exército. Pires foi um exilado político justamente pelo golpe militar de 1964.

"Não tenho nada a contestar à posição de quem interprete dessa forma [a exaltação ao golpe militar]. Tenho que respeitar a posição de cada um", afirmou.

Segundo ele, "na história temos que consolidar a soberania popu-

lar, a idéia de liberdade e a garantia dos direitos dos cidadãos".

Em outro trecho, a nota de ontem diz que o Exército "considera que esse passado pertence à história e volta-se para o futuro, trabalhando pelo desenvolvimento nacional e empregando a mão amiga de sua gente toda vez que necessidades, urgências e emergências clamam por sua presença".

A nova manifestação do Exército ocorre num momento delicado, já que seu signatário, o comandante Albuquerque, foi alvo de críticas nas últimas semanas, depois de ter supostamente usado o cargo para conseguir embarcar em um avião lotado que já se preparava para decolar. Ele nega e diz que agiu como um cidadão.

Mas não é a primeira vez, já depois da redemocratização, que o Exército utiliza a ordem do dia para defender o golpe. Em 2000, a ordem do dia afirmava que o movimento militar de 64 foi um ato

de "coragem moral" para "restaurar a democracia". Contra a "insensatez" e o "destempero", dizia a nota, os militares mantiveram-se "ao lado da razão".

No ano passado, porém, o Exército adotou, no ano passado, tom bem mais ameno sobre o golpe em sua ordem do dia de 31 de março. Uma nota de meses antes, de outubro de 2004, exaltava a atuação do Exército no golpe e tentava justificar a violência dos militares contra grupos que se opunham à ditadura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva obrigou o general Albuquerque a se retratar, mas o militar ficou. Quem caiu foi o então ministro da Defesa, José Viegas.

Escaldado com a repercussão da nota de apenas seis meses antes, em 2005 o Exército disse apenas que, quando chamado a agir, "sempre o fez objetivando exclusivamente os mais elevados interesses nacionais".

Nota do general Albuquerque exalta Força

DARIEDAÇÃO

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada ontem pelo comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque.

Uma nação amadurece, se aprimora e se afirma quando consegue construir, por vontade própria, sua História. E História só se escreve com maior ênfase quando acontecimentos marcantes se afastam das paixões do momento e passam pelo crivo da imparcialidade e da equidistância das partes envolvidas.

A trajetória de nosso país pós-independência é plena de acontecimentos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o processo de solidificação das instituições. O tempo e o espírito cívico de nossa gente permitiram que crescêssemos em busca de um futuro mais justo.

Nos cenários de cada época, do Império até os dias atuais, podemos assistir à construção de um Exército que é parcela ativa da sociedade brasileira, representado em suas fileiras por todos as camadas sociais, segmentos raciais, credos religiosos e totalmente afinado com os

empregando a mão amiga de sua gente toda vez que necessidades, urgências e emergências clamam por sua presença.

Esse Exército o seu Exército recebeu e recebe, de braços abertos, em suas casernas, sucessivas gerações, para lhes transmitir, de forma inigualável, lições de patriotismo e de abnegação irrestrita, de ética e de probidade.

Esse Exército o seu Exército, juntamente com Marinha e Aeronáutica, sabiamente garantiu e garante a soberania e a integridade nacionais, em clima de paz e tranquilidade, baseado no respeito aos vizinhos e na autodeterminação dos povos, mas também na dissuasão silenciosa, na eficácia evidente e na competência reconhecida.

Esse Exército o seu Exército emprega diariamente aquilo que possui de mais valioso, a energia e a dedicação de seus integrantes, soldados e servidores civis, homens e mulheres, em prol da construção de um amanhã melhor.

Esse Exército o seu Exército conciliador sem perder a altivez, generoso com os vencidos, nobre nas atitudes, respeitador da lei, avesso aos ressentimentos, verdadeiro legítimo que é do Duque de Caxias, nosso Patrono maior, o Pacificador.

Nesse contexto, o 31 de Março insere-se, pois, na História pátria e é sob o prisma dos valores

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 21/04/06 Página: _____

Ciro deixa o cargo acusando oposição e 'burguezóides' da OAB de golpismo

Leonência Nossa
BRASÍLIA

Ciro Gomes deixou o Ministério da Integração Nacional ontem do jeito que mais gosta. Rodeado de funcionários da pasta e aliados, ele acusou os "amigos e inimigos" da oposição e "seis burguezóides" da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de tentarem criar um clima de golpe. O ex-ministro e candidato a deputado pelo PSB do Ceará disse que prefere não visualizar o ce-

nário político se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse usado o poder "moral" e "político" de pedir apoio à população para garantir o respeito à sua figura. "Ele não fez isso. A nossa sorte é que ele é sereno e confiante", afirmou. "A agenda do País não pode ser monopolizada por esse enfrentamento moralista e picareta, não perdoo mesmo."

Pela primeira vez, o ex-reconheceu erros políticos. O ex-ministro confessou ter errado na eleição presidencial passada.

"Se eu fosse esse monstro, maluco que construíram na campanha, e quero confessar que ajudei nisso, pois cometi erros, jamais teria essa vida."

Depois, atacou, como de costume, os tucanos. "O PSDB de São Paulo quer me calar pela chantagem dos processos", disse. "Tudo que eu falo o senhor Fernando Henrique e o senhor José Serra entram com processo sem pé nem cabeça."

Ciro relatou ter enviado carta a Lula para ressaltar que fez par-

te de um governo "com um compromisso ético intransigente". Lembrou que o presidente demitiu o "homem mais poderoso", referindo-se a Antonio Palocci, ao perceber que houve "transgressão" no governo.

Na avaliação de de 80% dos ataques sofridos pelo governo, tiveram caráter eleitoral, 10% foram por causa de problemas reais e outros 10% por vingança. afirmou que a OAB promoveu uma exposição demagógica ao convidar o caseiro Francenildo dos Santos Costa para um evento em defesa da ética. "Eles chamam o Francenildo de caseiro como tática." Mas ressaltou que o "poderoso" que violou seu sigilo bancário demonstrou falta de estudo e burrice. ■

O GLOBO

Data: 03/04/06 Página: _____

Kalachnikov e Lula

DENIS LERRER ROSENFELD

Kalachnikov, o célebre inventor do fuzil AK 47, era filho de pequenos agricultores, que foram deportados para a Sibéria, naquele grande movimento de "reforma agrária", que foi "solucionado" pelo envio à Sibéria e ao Gulag, aos campos de trabalhos forçados, de milhões de pessoas que lá morreram. Ele mesmo, criança, foi deportado com sua família. Seu pai morreu de exaustão e seu irmão foi para um desses campos de trabalhos forçados. Contudo, toda a sua vida de sucesso enquanto projetista de armas se baseou no esconder o seu passado de "evadido", de "inimigo do povo", pois poderia voltar para onde tinha saído. Sua "culpa" residia em ser filho de pequenos agricultores, que acreditavam na propriedade privada.

Ardilosamente, conseguiu se impor graças a seu gênio, ocultando a sua história pessoal e familiar. Chegou a ganhar o Prêmio Stalin e o de Herói Socialista, numa curiosa situação em que um "servo" opta por se colocar a serviço do seu "senhor", daquele que era, inclusive, responsável pela morte de seu pai. Temos um caso que poderíamos denominar de "servidão voluntária", para retomarmos esse termo de La Boétie e, também, de Lutero. Tão profunda foi essa renúncia à liberdade que ele chegou a declarar: "Nunca liguei a tragédia que atingiu nossa família à pessoa de Stalin. Achava que a culpa cabia aos pequenos funcionários locais" ("Rajadas da história". Jorge Zahar Editor, 2005). A mentalidade stalinista tinha nele se enraizado.

Quando ficou claro que Nildo, o caseiro da mansão também denominada República de Ribeirão Preto, ti-

nha tido o seu sigilo violado, a sua vida privada invadida e estava sendo investigado pela Polícia Federal, o governo, achando que poderia ainda escapar do autoritarismo que escancarava, "decidiu" investigar. Essa "decisão", assaz estranha, só foi manifesta pelo presidente Lula na quarta-feira, quando na quinta anterior o então ministro Palocci já tinha recebido em sua casa o extrato bancário violado do caseiro, entregue em serviço expresso e personalizado pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Segundo suas respectivas cartas de renúncia, a "legalidade" teria sido preservada, salvo se for, evidentemente, a "legalidade socialista" que eles teriam gostado de ver implementada.

O presidente, mais uma vez, finge nada saber, encobrindo a sua responsabilidade e fazendo como se nada lhe dissesse respeito. O ministro, naquele momento, continuava dizendo que desconhecia o extrato do saldo bancário e o presidente da Caixa, por sua vez, pedia 15 dias para averiguação, quando ele tinha sido o próprio autor da violação. Uma esquizofrenia real adotava a forma da "normalidade" administrativa, como se a sociedade brasileira ainda acreditasse na pureza ética do PT.

Essa sucessão de mentiras, própria de um governo que revela o seu DNA autoritário, voltado para a perseguição de um trabalhador que ousou dizer a verdade, tinha um propósito específico: encontrar um bode expiatório, de preferência um funcio-

nário menor desse banco estatal, encontrar o "funcionário local", pois o governo dos "trabalhadores" jamais poderia fazer uma coisa dessas.

Talvez o mais importante que esteja acontecendo é que a mudança petista e governamental está sendo vista e julgada.

A própria cobertura dos meios de comunicação mostra que esse governo está fazendo exatamente o contrário do que apregoeou durante décadas. O positivo da situação atual consiste em que a sociedade reage, mostra desgosto e indignação, manifesta a sua perplexidade e abre cami-

nho para que o Brasil possa ser outro. Os parâmetros morais foram autonomizados, passaram a pertencer a toda a sociedade, que a partir deles julga, não sendo mais de propriedade partidária. Graças a eles, o governo, depois de procurar durante dias um bode expiatório pelo crime da violação, teve de se curvar a uma opinião pública

A sociedade reage,
mostra desgosto
e abre caminho
para que o Brasil
possa ser outro

que clamou pela indicação dos responsáveis por tal crime.

Se os meios de comunicação não tivessem tido uma participação tão firme, lutando pela concretização das liberdades democráticas, o governo teria mais uma vez se utilizado de subterfúgios para se desresponsabilizar daquilo que fez. O autoritarismo teria dado um grande passo. Agora, a democracia se afirma em nosso país.

DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos a era dos sobressaltos. A cada dia que passa, novas e sempre chocantes notícias envolvendo o poder público e suas instituições vêm à tona, assustando e deprimindo a cidadania. Quem lê as manchetes dos jornais dos últimos três dias supõe que a política brasileira passou definitivamente à esfera policial. Um a um, Senador Heráclito, vêm caindo os principais personagens do Governo Lula, envolvidos em escândalos que depreciam a República e desgastam a já de si combalida imagem dos homens públicos.

Já no primeiro ano de Governo, tivemos o escândalo Waldomiro Diniz, flagrado achacando um empresário da jogatina. Não se tratava de um funcionário público qualquer. Waldomiro Diniz era simplesmente o subchefe da Casa Civil da Presidência da República, petista histórico, braço direito do Ministro José Dirceu, que, àquela época, era uma emulação do próprio Presidente Lula.

Waldomiro era chamado no Congresso – onde agia como articulador político da Presidência da República – de ministro, tal sua proximidade com o Ministro José Dirceu. Depois do flagrante, vieram a demissão e as juras do Ministro e do Presidente da República de que nada sabiam. Nem mesmo conheciam direito Waldomiro Diniz, apesar de um convívio de mais de duas décadas.

Já naquele primeiro episódio estavam presentes todos os ingredientes que compareceriam nos escândalos posteriores: o procedimento reativo do Governo, tentando barrar as investigações; a alegação de desconhecimento por parte das autoridades responsáveis; e a tentativa de depreciar os acusadores.

Como todos se recordam, a Maioria governista barrou nesta Casa a CPI do Waldomiro Diniz (que é a CPI dos Bingos), o que nos obrigou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir esse direito inalienável da Minoria.

Quando o Supremo deferiu nossa postulação, um ano depois, já estávamos em pleno escândalo decorrente das denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson. Duas outras CPIs já funcionavam – a dos Correios e a do Mensalão. Desde então, e até este presente momento, o noticiário político tem estampado

todo o lamaçal que corre, submerso, pela Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

De nossa parte, à frente da CPI dos Bingos, temos enfrentado as mais duras resistências a que a verdade seja apurada – quer por parte da Bancada governista no Congresso, quer por parte do próprio Governo, que chegou ao requinte de ir ao Supremo Tribunal Federal para barrar o depoimento do caseiro Francenildo Costa.

A reação do Presidente Lula, em cada um desses casos, tem sido patética. Inicialmente, defende o auxiliar acusado, garantindo que o manterá a qualquer custo. A seguir, diante da evidência de culpa, demite-o e diz que nada sabia. Em alguns momentos, diz que foi traído, mas não aponta os nomes dos traidores.

Foi assim com José Dirceu. Foi assim com Antonio Palocci. Foi assim com a cúpula do PT, composta por gente de sua mais estrita intimidade e confiança: José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio “Land Rover” Pereira.

Com Luiz Gushiken, que integrava o núcleo duro palaciano, foi um pouco diferente: perdeu inicialmente o **status** de ministro, tornou-se secretário e, por fim, assessor. Sr. Presidente, é possível que, ao final do Governo, Gushiken ainda acabe contínuo do Palácio. A cada acusação, um rebaixamento.

A bola da vez, segundo informam os jornais, é agora o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. E isso é assustador! Quando o Ministro da Justiça, chefe da Polícia Federal, está no centro de graves suspeitas relacionadas a um crime de Estado, a quem iremos recorrer, Senador Pavan? Será que teremos de recorrer ao bispo?

Usando palavras do Senador Mão Santa, atentai bem! Tenho aqui em mãos um texto do *site* da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, com os subtítulos: “Crise ética” e “Na ante-sala de Thomaz Bastos”. Diz o texto:

Depois de fazer ruir a cúpula da equipe econômica, a crise bate agora na porta do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No final da manhã de ontem, dois funcionários de confiança do ministro prestaram depoimento na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

Atentem bem: “No final da manhã de ontem”, ou seja, domingo!

Por cerca de quatro horas, o Delegado Rodrigo Gomes ouviu o Secretário de Direito Econômico, Daniel Krepel Goldberg, e o chefe-de-gabinete do ministro, Cláudio Alencar. Os dois confirmaram que estiveram na casa de

Antonio Palocci, no dia em que ele recebeu o extrato do caseiro Francenildo Costa.

Pois bem, mais adiante o próprio *site* da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal diz o seguinte:

Perguntas.

A resposta da dupla não veio de imediato. Na manhã seguinte, eles voltaram à casa de Palocci para avisar que não poderiam investigar o caseiro. Assim o caso foi relatado ao delegado Rodrigues Gomes, ontem. Dono de uma fixa limpa na polícia e na Justiça, até aquele momento não pesava nada contra Francenildo.

O texto levanta as seguintes hipóteses:

A versão relatada por Alencar e Goldberg protege o Ministério da Justiça, mas, ao mesmo tempo, guarda pelo menos dois pontos de interrogação. O primeiro: Palocci pediria investigação contra o caseiro sem mostrar a movimentação financeira de Francenildo?

Essa é a primeira pergunta. Na presença dos dois assessores do Ministério, questiona-se se o Ministro Palocci pediria a abertura dessas investigações contra o caseiro se não estivesse com o extrato, com a quebra do sigilo do caseiro.

Segunda pergunta:

E, depois: a dupla poderia tomar uma decisão como essa sem consultar o ministro Márcio Thomaz Bastos?

Essa é a pergunta que não está respondida. Temos de tentar descobrir esses fatos, responder essas perguntas, na hora exata, na CPI dos Bingos.

Eu, pessoalmente, não acredito que os dois assessores do Ministro tivessem autonomia para abrir essa investigação sem conhecimento do Ministro. Eu, pessoalmente, não acredito.

Senador Heráclito Fortes, é a credibilidade pública que está em jogo. Vamos analisar o seguinte: a cidadania brasileira ainda se recuperava do impacto da demissão do Ministro da Fazenda e do Presidente da Caixa Econômica Federal, quando a imprensa começou a reconstituir os bastidores daquele crime: a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, conterrâneo do Senador Heráclito Fortes. E me parece que também quebraram o sigilo bancário – estamos investigando – do pai biológico de Francenildo. É o que informa, agora, a revista **Veja**: a quebra do sigilo bancário do pai biológico de Francenildo, o empresário piauiense Eurípedes Soares da Silva. Aí

não, Senador! Foram dois crimes, em vez de um: o do pai e o do filho.

Há aí, segundo a imprensa, uma aliança operacional espúria, vinculando o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e seus assessores, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e seus assessores, na operação criminosa de quebra ilegal de sigilo bancário. É o que afirma a revista **Veja** do último final de semana.

É a credibilidade pública do sistema financeiro brasileiro que esses personagens estão pondo em risco. E isso é gravíssimo, pois o que dá sustentação ao sistema financeiro é, antes de mais nada e acima de tudo, a credibilidade.

Que garantias tem agora o cidadão contribuinte brasileiro de que seus direitos de sigilo bancário serão preservados? Como diz o ditado, quem faz um cesto, faz um cento. Se é possível, num estalar de dedos, quebrar o sigilo de dois cidadãos, então todos nós estamos em risco.

O mais grave, segundo a revista **Veja**, é que esses senhores, diante da repercussão negativa da operação criminosa, tentaram subornar funcionários de escalões subalternos para que assumissem publicamente a responsabilidade.

A oferta, segundo a revista **Veja**, era de R\$1 milhão. Pagariam R\$1 milhão ao funcionário que se dispusesse ao papel de bode expiatório.

De onde saíam esses recursos? Da própria Caixa Econômica? Da verba do mensalão? De empresários da jogatina? Do Sr. Paulo Okamoto, o doador universal? Alternativas, ao que parece, não faltam.

O importante é que nenhum funcionário se dispôs ao suborno, não obstante a expressividade do prêmio, o que mostra que, neste momento, há mais gente qualificada moralmente na base do serviço público que propriamente em seu comando.

Volto a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a cidadania está assustada. Que mais falta nos acontecer?

Soube, pelos jornais, que o Sr. Paulo Okamoto, cuja resistência ao depor na CPI dos Bingos já equivale a uma confissão de culpa, vai recorrer ao Supremo para que, na sua oitiva, seja poupado de responder perguntas a respeito de suas relações com o Presidente Lula.

Não creio que o Supremo acataria tal aberração. E devo dizer que não acatou. Acabei de receber a informação de que o Supremo não acatou essa decisão. O Ministro Sepúlveda Pertence, Relator, foi claro e disse que não podia prever o que perguntariam os Srs. Senadores, e não poderia cometer esse tipo de aberração.

Parabenizo S. Ex^a. Às vezes, venho aqui e critico; mas, no momento de parabenizar, eu também o faço.

Sr. Presidente, o Supremo não acataria tal aberração. Nesse rumo, acabaremos interrogando o Sr. Okamoto a respeito da escalação da Seleção Brasileira para a próxima Copa do Mundo. Enfim, coisas dessa natureza é o que íamos fazer na CPI, mas, graças a Deus, o Supremo, mais uma vez, tomou uma decisão, e agora, tenho certeza, poderemos fazer a nossa acareação amanhã, às 11 horas e 30 minutos. Já está marcada por este Presidente, na CPI dos Bingos.

Lamentavelmente, é este o ambiente político que precede as próximas eleições gerais, festa máxima da democracia, hoje vista como uma cerimônia fúnebre.

Constato...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Constato que até figuras historicamente vinculadas ao PT já não conseguem esconder sua indignação e perplexidade.

Cito, a propósito, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, em entrevista ao **Estado de S. Paulo** deste domingo. Depois de lembrar que jamais vira um partido com tamanho alicerce na população, Dallari constata que o PT abandonou completamente aqueles vínculos. E cita o episódio que resultou na expulsão da nossa companheira Senadora Heloísa Helena, frisando que era ela quem estava coerente com os princípios do programa partidário – e não o partido.

Outro personagem respeitável, o Professor Leônicio Martins Rodrigues, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, afirma que “o grau de corrupção foi bem mais elevado, mais extenso e organizado no Governo Lula do que em governos anteriores”. Sua explicação para esse fenômeno coincide com o que pessoalmente penso.

Diz ele:...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, para concluir.

“O PT foi mais voraz e ambicioso porque tinha também um projeto de continuar no poder por mais alguns mandatos e tinha que amearhar mais recurso”.

É disso que se trata, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: um botim organizado ao Estado para perpetuar-se em seu comando.

Essa a síntese de todo esse lamaçal, que transformou o Congresso e as instituições republicanas numa delegacia, e deu ao noticiário político o tom clássico – e deprimente – das reportagens policiais.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, do PSDB, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, eu gostaria de ter feito um aparte ao brilhante pronunciamento do Senador Efraim Morais, mas, por consideração ao tempo de S. Ex^a, não o fiz.

Tenho aqui um pronunciamento referente ao transporte em nosso País.

É de senso comum, entre todos nós, que este País tem condições de crescer muito mais do que as taxas que vem obtendo nos últimos anos.

Gigante adormecido, amargando erratically décadas perdidas, o Brasil padece, ainda, de graves e diversos problemas que nos impedem de ver afirmada a sua pujança econômica, nestes tempos de acirrada disputa econômica internacional.

E um deles, Sr. Presidente, com toda a certeza, é a nossa precária infra-estrutura de transportes de cargas. Construída com base em escolhas modais equivocadas, sofrendo paralisia de investimentos e manutenção claudicante, a malha brasileira encarece nossos produtos e prejudica a competitividade deles lá fora.

Apesar de possuímos um imenso litoral com mais de nove mil quilômetros de extensão, o transporte marítimo em nosso País ainda é subutilizado, a despeito do crescimento verificado nas últimas décadas. Sua participação no movimento de carga registrado no Brasil está por volta de 12%, número bastante aquém para as potencialidades naturais de nosso território, cuja população litorânea representa 80% do total nacional.

Oral, tal modalidade representa muito menos riscos e custos para a escoamento de nossa produção, seja ela exportadora ou voltada para o mercado interno. Acidentes, roubos de carga, poluição e a má conservação das estradas nos obrigam a refletir sobre o porquê de não incentivarmos mais a utilização de nossos por-

tos, inclusive para cabotagem, em vez de insistirmos em sobrecarregar o transporte rodoviário.

A verdade é que, se somos, atualmente, uma potência agrícola, com ambições de nos tornarmos, efetivamente, o celeiro do mundo, não há outra saída senão investirmos na modernização e adequação de nossos portos. O custo do frete no Brasil, por vezes, chega a mais de 100% do valor da mercadoria, enquanto em países europeus tal proporção raramente ultrapassa a casa dos 40%. É claro que fica absolutamente difícil competirmos dessa forma, tendo em vista que ainda enfrentamos a concorrência desleal dos produtos subsidiados.

A inadequação de nossa infra-estrutura portuária engloba a falta de armazéns e equipamentos de transbordo, deficiência de áreas para a movimentação retroportuária, mão-de-obra desqualificada e frota insuficiente e ultrapassada, notadamente na navegação de cabotagem.

E se nada for feito nos próximos anos, meus caros colegas, para mudar o atual quadro, correremos seriamente o risco do chamado “efeito pororoca”, ou seja, do produto sair do campo, chegar ao porto e ter de voltar por falta de condições para o seu despacho.

Cálculos feitos por empresas do setor indicam que as deficiências portuárias de armazenamento e transporte resultaram em perdas de até 13% da safra de grãos entre 1997 e 2003, o que equivale a mais de 81 milhões de toneladas. Ora, imaginem quantos programas “Fome Zero” poderiam ser feitos com essa quantidade de alimentos!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, moramos em um país de dimensões continentais, e nossa carga, de forma geral, é pesada e possui baixo valor agregado, costumando rodar grandes distâncias. Por isso, a falta de investimento gera sérios prejuízos, prejudicando nosso País. Portanto, não nos parece minimamente sensato que continuemos negligenciar os investimentos nos modais de alta capacidade, como ferrovias e hidrovias, e a sobrecarregar nossa já extenuada e esgotada malha rodoviária.

O Governo precisa sair do palanque, parar de fazer *marketing* eleitoral com ridículas operações “tapaburacos” e agir seriamente, para que não tenhamos comprometida, por deficiências em infra-estrutura de transportes, nossa escalada no comércio mundial.

Sr. Presidente, estamos vendo, pela mídia do *marketing* político do Senhor Presidente, que se está investindo nos portos do nosso País, mas, na verdade, existe muita mídia, existe realmente uma falácia por parte do Governo de que há os investimentos devidos nos portos. No entanto, estamos vendo os nossos empresários reclamarem que o Governo precisa aplicar

com mais seriedade pelo menos o que existe no Orçamento, para que tenhamos condições de usar nossos portos, usar toda a capacidade oferecida por eles.

Sr. Presidente, eu gostaria de relatar que recebemos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu pediria que V. Ex^a encerrasse, por gentileza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar.

Eu gostaria de relatar que recebemos inúmeros documentos enviados por empresários do nosso País, de empresas que exportam para o mundo afora. Eles nos dizem que, lamentavelmente, o Governo usa uma mídia e um *marketing* de que existem realmente investimentos para os portos do Brasil inteiro. O que existe é o direcionamento para um ou dois portos – quanto àqueles que recebem benefícios, agradecemos. No entanto, existe falta de vontade política por parte do Governo para realmente colocar os recursos aprovados no Orçamento nos portos do nosso País. Fazemos esse chamamento a pedido dos próprios empresários que exportam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, eu pediria a compreensão de todos, pois a previsão de encerramento da nossa sessão é às 18 horas e 30 minutos e estão inscritos ainda o Senador Ney Suassuna, que vai falar agora; o Senador Alvaro Dias, que não estava presente; o Senador Edison Lobão, que está ao meu lado; o Senador Leomar Quintanilha; a Senadora Ana Júlia Carepa, que se inscreveu depois; o Senador Heráclito Fortes; o Senador Cristovam Buarque, que veio aqui e pediu a inscrição; e o Senador Alberto Silva. São esses os inscritos. Se todos nós obedecermos ao horário, evidentemente vamos ter condições de dar a palavra a todos.

Assim sendo, vamos ser um pouco rigorosos com o horário.

Concedemos a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela medida! É muito bom que V. Ex^a aja assim porque hoje li vários jornais falando sobre a queda de audiência da TV Senado, em face dos discursos repetitivos, poucas propostas e muita briga. Enfim, cada jornal dizia uma coisa diferente. Temos é que falar mais ainda sobre os problemas que afligem o nosso povo.

Acabamos, como dissemos ainda na semana passada, de fazer uma pesquisa qualitativa em nosso Estado e, nesse final de semana, percorremos não só bairros da capital, mas também cidades do interior e nos impressionamos como a pesquisa qualitativa coincide com o pedido dos cidadãos que se aproximam de nós, que conversam conosco e com as Lideranças.

O primeiro item solicitado, seja no interior, seja na capital, é emprego. São as mães de família que pedem. São os jovens, os mais velhos, cada um olhando para uma ótica diferenciada. Alguns dizem: "Não tenho como arrumar emprego porque já passei dos 40. Outros dizem: "Estou atrás do meu primeiro emprego e não consigo porque não tenho experiência". Enfim, a situação emprego é calamitosa em todo o Nordeste. E não é para menos. Perdemos a nossa Sudene, que hoje é só o arremedo do que foi. Não mais gera a alavancagem que precisávamos para novas empresas.

Algumas prefeituras, como é o caso de João Pessoa e Campina Grande, estão fazendo microempréstimos. Buscamos os convênios dessas prefeituras com o BNDES, com bancos sociais, para ver o que podemos fazer para promover o desenvolvimento.

Estamos brigando para a instalação do biodiesel para gerar mais recursos na área rural porque perdemos a cultura do algodão, que praticamente sumiu, a do agave e até mesmo a do abacaxi; mas apesar da força que estamos fazendo para o pólo calçadista, o pólo cerâmico e o de confecções, é insuficiente a oferta de empregos. Estamos brigando para ter empresas de maior porte, algo que possa gerar mais empregos, como é o caso, por exemplo, desse pólo petroquímico; estamos brigando para que a Paraíba tenha, mesmo que seja pequeno, mesmo que seja um embrião. Precisamos criar uma mudança para que os que querem trabalhar tenham esperança de conseguir um emprego.

O segundo item de maior clamor, Senador Heráclito, é o da educação. Para nossa alegria e surpresa, todas essas cidades querem hoje uma expansão da universidade. Além de quererem a melhoria dos antigos primeiro e segundo graus, querem também a interiorização da universidade. Estamos brigando por isso. É pena que hoje eclodiu uma greve do professorado estadual da Paraíba, o que atrapalha um pouco a nossa área de ensino. Mas, em relação à expansão universitária, já foi implantado o Campus de Cuité, conseguimos os professores para Sumé, Mamanguapi, Rio Tinto e Pombal. A universidade está se interiorizando, mas o clamor é grande para que vá para outras cidades como Itaporanga, como Piancó, como Souza, como Cajazeiras e assim por diante.

O terceiro item de maior clamor é o da saúde. Na saúde, Sr^{as} e Srs. Senadores, está havendo uma coisa interessante: começou a funcionar em todas as Prefeituras o PSF – Programa Saúde da Família. Em consequência, muito mais doentes tiveram diagnósticos corretos de sua doença; e os hospitais especializados, por exemplo, o de oncologia, passaram a receber levas de doentes, um aumento de 15% a 20% em média. Foi por essa razão que tivemos o problema sério do Hospital Laureano com aquela famigerada lista da morte: 160 pessoas estavam na lista para receber remédios, mas não os obtiveram.

Vejam, o SUS não tem sido mal, embora pague muito pouco aos médicos: hoje, uma receita médica está valendo R\$2,50; hoje, uma cesariana, que tem que ter pré e pós-parto, está custando R\$100,00; só mesmo os tratamentos mais sofisticados é que têm pagamento razoável. Fora isso estamos sem dinheiro para atendimento e para medicamento. Por quê? Porque o PSF passou a funcionar como um descobridor e um indicador dos doentes para a especificidade nos hospitais. É incrível o que está acontecendo na área da saúde. E, numa hora como essa, estamos vendo vulnerabilidades também incríveis. Por exemplo, o nosso hospital de oncologia em João Pessoa, o Napoleão Laureano, não tem dosímetro; as doses para quimioterapia são laboradas em São Paulo e remetidas de volta para a Paraíba. Esse é um equipamento caro, mas não impossível de se comprar. Não tem no Rio Grande do Norte, não tem em Pernambuco, não tem na Paraíba.

O quarto item mais preocupante é a segurança, a violência nas cidades, os assaltos nas estradas, isso está grassando em todo o Nordeste e em todo o Brasil. Até mesmo seqüestros, que não tínhamos, já começam a aparecer no Nordeste; ataques a bancos estão sendo corriqueiros.

Esses são os quatro itens que mais afligem a nossa população. Estamos extremamente preocupados em atender a demanda, principalmente na área da educação, que está indo bem, e na área da saúde; mas não vemos esperanças, de curto prazo, na área dos empregos.

Fora isso, o clamor que ouvi no interior do meu Estado foi por água. Em certa região, Sr. Presidente, ainda no Curimataú não temos água e os carros-pipas estão fazendo falta. Deixo o registro, estou indo hoje ainda ao Ministério da Integração Regional para pedir, por exemplo, para cidades como Algodão de Jandaira, onde falta água completamente. Na verdade, em relação a todo o Curimataú.

Outro ponto são as sementes, que não chegaram a tempo e a hora. As áreas molhadas do Estado ainda

não receberam as sementes; falta rapidez nessa distribuição. E essa famigerada dívida agrícola que precisamos resolver aqui, no Senado, ou seja, no Congresso rapidamente. Mas precisamos que o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que devem depor nesta semana na Comissão de Agricultura, suspendam as execuções, que continuam. Eu fiquei muito mal impressionado, Senador Antonio Carlos, quando ouvi do Presidente do Banco do Nordeste nesse final de semana na cidade de Guarabira: “Estou entre a cruz e a espada porque forças, poderes acima de mim me deram uma diretiva. Qual é? Se eu não cobro, o banco paga uma multa de 3% sobre a dívida cheia”. E nós vimos um exemplo que nos arrepiou. Qual é o exemplo? Uma dívida de R\$14 mil, feita uma dezena de anos atrás, hoje está em R\$12 milhões. Qual é o agricultor que pode pagar isso? E os 3% que o banco vai ter de pagar de multa é sobre os 12 milhões. Isso é inusitado e nos faz arrepiar. Então toma-se uma terra que não vai produzir nada, porque na mão do banco, faz-se o quê? Será que os bancários vão lá arar a terra, plantar e colher? É óbvio que não. Vão vender? Vender pra quem? Essa é uma distorção que precisa ser corrigida.

Quero cumprir o prazo, Sr. Presidente, por isso paro por aqui, dizendo que essas foram as necessidades básicas que mais causam aflição em meu Estado, e nós estamos agora buscando ações para cada uma. Eu só não vejo no curto prazo, e com tranqüilidade, a solução mais urgente quanto aos empregos, porque isso demanda um prazo maior, a não ser na agricultura, que gera empregos com mais rapidez. Mas para isso não estamos tendo as sementes a tempo e hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Sousa. PMDB – MA) – Voltando à lista, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. S. Ex^a era o quarto da lista de oradores e falará apenas por cinco minutos.

Em seguida, de acordo com a lista, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias, que também não vai ultrapassar o seu tempo.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores foi recentemente divulgado que o BNDES criou uma nova linha de financiamento que atenda a problemas logísticos que estão entrando o planejamento das ferrovias que se implantam no Brasil. Três das concessionárias já foram enquadradas pelo Banco para empréstimos que totalizam 650 milhões de reais.

Nessa problemática ferroviária, jamais me conformei com o abandono a que foram relegados os nossos

trens. Recorde-se que, historicamente, o Brasil distinguia-se no Século XIX e primeiras décadas do Século XX por se incluir entre os países que acreditaram na força econômica das ferrovias.

Infelizmente, em má hora abandonou essa diretiva.

Sr. Presidente, sempre me pareceu um crime a retirada de trilhos, em solos e túneis já assentados em longas datas, nos inúmeros e tradicionais trechos aleatoriamente definidos como anti-econômicos. Crime de lesa-pátria não terem sido energeticamente combatidas as invasões desses trechos e de outros imóveis da então Rede Ferroviária Federal, paralelamente aos furtos de material e à desativação das suas oficinas de manutenção.

À época da sua privatização, a Rede Ferroviária ainda ostentava um formidável patrimônio de bilhões de dólares, o que dá uma idéia da soma incalculável perdida pelo país por descuidar, durante décadas, da sua conservação. Não soubemos sequer manter o patrimônio ferro-carril, que começou a ser construído pelo Barão de Mauá com as duas primeiras ferrovias inauguradas em 1854 – ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis, com 51,7 quilômetros – e em 1889, com a Estrada de Ferro D. Pedro II, dando início mais tarde aos trilhos da inesquecível Central do Brasil.

Creio que data de 1988 o meu primeiro discurso, no Senado, em torno desse assunto. E inúmeros outros se têm seguido, muitos dos quais demonstrando a importância fundamental da ferrovia Norte-Sul para o nosso País.

Sempre insisti que ainda era tempo de se investir no sistema ferroviário; debruçar-se sobre as pesquisas e procurar as soluções ferroviárias brasileiras para as condições brasileiras, pois delas necessitamos para alavancar o desejado e tão difícil desenvolvimento.

Num dos debates que aqui travamos sobre esse tema, recebi apartes que muito valorizaram minhas reflexões. Entre eles, o do Senador Ramez Tebet, que, referindo-se à Rede Ferroviária Federal, disse da sua decepção com o exemplo do trecho entre Bauru, São Paulo e Corumbá, em Mato Grosso do Sul, então já privatizado. Informou que tal trecho estava inteiramente sucateado. Denunciou que, naquele trecho ferroviário, não se zelava sequer pelo patrimônio ali existente. Confirmou que os dormentes estavam sendo roubados, os vagões apodreciam e as velhas locomotivas, abandonadas. Um patrimônio que em pouco tempo acabaria por desidia.

Todos sabemos que o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, no seu inesquecível governo, conferiu prioridade à política rodoviária cujo êxito, ligando os

principais centros econômicos, deu um enorme impulso ao nosso desenvolvimento.

Acontece que o Brasil, à época, já tinha o seu sistema ferroviário, deficiente, mas produtivo. E urgia, portanto, a ação rodoviária, sem o abandono da ferrovia.

Por outro lado, era freqüente a informação de que JK, em um segundo mandato para o qual se preparava, iria conferir, entre as novas metas, prioridade para a atualização da nossa malha ferroviária.

Durante anos, vimos caminhando na contramão da história. Trens europeus e norte-americanos, em equipadas composições de cargas e de passageiros, movimentam riquezas e passageiros em segurança, conforto e rapidez. Um dos mais novos e audaciosos empreendimentos europeus foi a notável construção do Eurotúnel, que une a França à Inglaterra. Enquanto isso ocorria, a nossa rede ferroviária federal afogava-se em dívidas. Suas locomotivas eram desativadas e “canibalizadas”, dando-se curso à arrancada de trilhos e às invasões de bens públicos.

Sr. Presidente, em atenção às recomendações de V. Ex^a, concluo aqui o meu discurso, pedindo-lhe a gentileza de receber o restante dele como lido.

Muito obrigado.

SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Nos dias atuais, quando renasce a óbvia conclusão de que o Brasil precisa de um sistema ferroviário, as novas empresas defrontam graves problemas de engenharia e de logística que não existiriam se nossas autoridades tivessem tido, a tempo e a hora, a responsabilidade de zelar por nosso patrimônio ferroviário.

Aliás, entre as atuais empresas concessionárias, há uma (a Brasil Ferrovias) que está à beira da falência e outras, negociadas para terceiros interessados. Falta-lhes o apoio oficial mais consistente, a começar pelo ônus tributário, que esgota seus capitais.

No que se refere à citada linha de financiamentos do BNDES, que se destina a soluções logísticas, dirigentes ferroviários já alegaram em entrevistas à imprensa que “os gargalos não são de responsabilidade das concessionárias”, mas do poder público. Em muitos trechos fincados em cidades, por exemplo, barracos de invasores sediam-se a poucos metros das linhas férreas. E caberia ao poder público deslocá-los.

Ainda agora, a 27 de março, o “Jornal do Brasil” dá destaque à notícia de que duzentas mil famílias moram em torno de ferrovias no Brasil, em situação de risco. Há favelas em que funcionários de ferrovias fazem manutenção dos trilhos a poucos centímetros das

janelas de casas. É uma situação que suscita fundadas preocupações dos dirigentes de concessionárias, obrigando a redução de velocidade das composições e a outros cuidados que comprometem a entrega segura das cargas conduzidas. O poder público não pode se isentar da responsabilidade de deslocar para outros locais os núcleos familiares que ali se instalaram indevidamente.

A 23 deste mês de março, em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, para ouvir dirigentes do setor ferroviário, o eminente senador Delcídio Amaral registrou sua preocupação com a possibilidade da venda iminente das empresas Ferrobán, Ferronorte e Novooeste, o que poderia ocasionar graves prejuízos para a população dos estados servidos por essas redes. Sua Excelência tocou num ponto fundamental para o êxito do soerguimento de nossas ferrovias, qual seja o da sua inclusão no processo das parcerias público privadas (PPP). E anunciou o senador Delcídio Amaral que iria requerer a audiência de autoridades do governo federal para que explicassem por que ainda não saíram do papel as PPP, quando já existem 14 projetos de PPP em âmbito estadual, e nenhum em nível federal.

Talvez esteja aí, Senhor Presidente, o encaminhamento otimista do nosso problema ferroviário, que precisa de vultosos aportes para alcançar a estabilidade que lhe permita enfrentar as dificuldades próprias de todo começo.

Os nossos pecados em política de transportes não se resumem às ferrovias. Estendem-se à falta de manutenção das estradas e, embora pouco se fale dele, ao transporte aquaviário, para o qual o nosso imenso território está plenamente vocacionado. Ora, Portugal e Espanha, superando enormes dificuldades geológicas, domaram o rio Douro, tornando-o navegável. Com a instalação de eclusas ao longo do curso do rio, o Douro permite, hoje, a navegação fluvial desde a cidade do Porto até a Espanha.

As ferrovias, rodovias e hidrovias, integradas em eixos intermodais, são um fator preponderante de desenvolvimento de novas e vastas regiões brasileiras. Num país gigantesco como o nosso, não podemos prescindir – cedo ou tarde – dessas modalidades de transporte.

É o desafio que devemos enfrentar, Senhoras e Senhores Senadores, num esforço devotado que sempre contará com o mais total apoio do Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Agradeço-lhe a colaboração, Senador Edison Lobão.

Senador Heráclito Fortes, o Senador Alvaro Dias está me pedindo insistentemente para falar, pois S. Ex era o sétimo da lista. Assim, falaria o Senador Alvaro Dias e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

Senador, dispõe V. Ex^a da palavra por dez minutos, improrrogáveis, por gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, por até dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que se queira tratar, desta tribuna, de um outro assunto, o episódio que envolve o caseiro piauiense é recorrente.

A Revista **Veja** deste final de semana traz novos dados, faz novas acusações. Não se tem conhecimento, até o momento, de que nenhum dos citados tenha tomado qualquer providência, legal ou jurídica, contra os fatos de que são acusados.

Senador Antonio Carlos Magalhães, ninguém acredita que o Sr. Goldberg, no furacão de uma crise, tenha ido à casa do Ministro Palocci, àquela hora da noite, para jogar paciência, crapô ou pôquer. Ninguém acredita que ele e o chefe de gabinete do Ministro da Justiça tenham ido fazer uma visita de cortesia ou tomar um drinque com S. Ex^a, o Sr. Ministro. Essa história, mais uma vez, está mal contada. E essa suspeita publicada na revista **Veja** de que houve uma tentativa de encontrar um funcionário da Caixa disposto a receber um milhão para assumir totalmente o episódio já não cheira mal, fede.

O Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, que espero seja um homem ágil nessa ação, ou demite os secretários e os assessores que estiveram indevidamente naquela noite na residência do Ministro Palocci, ou

entrará no rol dos suspeitos. Lamentavelmente, essa é a grande verdade. Não justifica um homem de estreita amizade, considerado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos um pré-gênio, como o Sr. Goldberg, ter sido conselheiro e mantido silêncio, porque, se não fosse o Sr. Mattoso ter logo avisado que tinha testemunha na conversa, esse fato estaria encoberto num manto de silêncio.

Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não desejo de modo nenhum fazer retificações na sua explanação. Entretanto, é preciso alguma coisa concreta em relação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos para acusá-lo. A presença de assessores dele lá pode ser um indício, mas também pode não ser. Pode ser por conta própria. Qualquer pessoa que quisesse prestar, naquele momento, solidariedade ao Palocci, que estava sofrendo isso, aquilo outro e tal – por culpa dele próprio, é claro. Mas acusar diretamente o Ministro Márcio Thomaz Bastos, acho que ainda não é hora. Eu mesmo estou pronto para assinar qualquer requerimento para a vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos ao plenário. Na CPI, não. Acho até que ele pode se adiantar nesse sentido. Mas quero dizer a V. Ex^a que, conhecendo como conheço o Ministro Márcio Thomaz Bastos, eu não posso acreditar que ele tenha participado desse caso. Entretanto, as razões que V. Ex^a apresenta são indícios que devem ser esclarecidos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, eu tive exatamente a preocupação de dizer que o Ministro deveria, ou deverá, tomar providência para fazer esclarecimentos rápidos sobre a presença de seus assessores na residência do Ministro Palocci. Exatamente tive essa cautela porque não estou no rol dos que acusam sem provas.

Agora, o Ministro, pelas circunstâncias, não pode silenciar nesse assunto. Aliás, existe uma série de omissões – que são, ou por conviência, ou por má fé – que estão exatamente quebrando nas costas do Presidente da República.

Nesse episódio, é preciso que fique bem claro se o sigilo do pai do caseiro foi quebrado na cidade de Teresina. Há quem defenda, Presidente João Alberto, que, ao primeiro indício de movimentação financeira, usou-se o expediente de, primeiro, acessar a conta do pai do caseiro. Os fatos estão aí, cronologicamente, mostrando participações de pessoas que ainda estão conseguindo, Senador Arthur Virgílio, se manter no anonimato.

Mas tenho a certeza de que aquela vinheta, Senador José Jorge, do PFL, na qual o dominó cai lentamente, vai caindo o primeiro, o segundo e lá na frente

fica apenas o Presidente balançando, tem que ser refeita, porque o número dos que caíram está dobrando. Como o tempo da propaganda é limitado, é preciso que se imprima uma velocidade maior àquela queda dos dominós. Aliás, profética a idéia do publicitário que colocou aquele dominó. Felizmente a tecnologia já criou dominós com quantidade de peças dobrada, triplicada e até quadruplicada, porque o dominó tradicional de 28 peças já está ficando pequeno para o tamanho de escândalo com que o PT brinda o Brasil.

É lamentável! E essas questões estão acontecendo... O que acontece na esfera federal acontece na proporção devida nas esferas estaduais. Aliás, isso não é de agora não, Senador João Alberto. Se analisarmos prefeituras e alguns governos de Estado geridos pelo PT em passado recente, vamos ver que o procedimento foi exatamente o mesmo: denúncias, escândalos.

Há ex-governadores do PT e ex-prefeitos dos quais ninguém lembra mais que passaram por administrações municipais ou que governaram grandes Estados, tamanho o arraso que fizeram nessas administrações. Agora, esse exemplo que vemos na administração federal é uma amostra de que o PT mantém a coerência pelo menos nessa prática, que é a prática do desrespeito à coisa pública.

O PT teve muita sorte quando estourou o caso Waldomiro, porque naquele momento, Senador Antonio Carlos, eles estavam derivando para a vertente da jogatina no País. Tramitava no Palácio um projeto regulamentando jogos de várias espécies. O Brasil inteiro ia ser formado de pequenos cassinos estrelados, onde teríamos uma verdadeira máquina de arrecadar moedas para esse Partido. Aliás, eu, por diversas vezes, nos três primeiros meses de Governo, dizia que, se as coisas continuassem marchando como estavam, ao final de quatro anos o PT seria o Partido mais rico do planeta – e eu fazia uma pequena conta da contribuição dos participantes...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo.

... a contribuição dos participantes e essas arrecadações que vinham aí.

O Senador Antonio Carlos é discreto em algumas coisas, não pode contar, mas é testemunha de um atrito que presenciou com um jornalista em São Paulo três anos atrás, exatamente quando se comentava já a sofreguidão e a volúpia com que alguns representantes do PT arrecadavam dinheiro de empresários que se

preparavam apenas para dar suas ajudas nas campanhas eleitorais. E eles voltavam com conta nova, igual, igual ao que o Sr. PC Farias fez.

Só que, no caso em tela, em vez de um arrecadador, eram cinco. E o que estava irritando o empresariado paulista, Senador Cristovam, é que a desorganização do PT fazia com que, na mesma casa, na mesma empresa, passassem dois, três arrecadadores. E aí nós estamos vendo o que está acontecendo.

Esperamos, Senador João Alberto, que a CPI dos Correios tenha amanhã um relatório que a Nação entenda e que a CPI dos Bingos, tão bem presidida pelo Senador Efraim Morais, ainda dê satisfações ao povo brasileiro, que tanto está a esperar por resultados e por clareza nos fatos que foram denunciados à Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Ministra Dilma Rousseff dirigiu-se de maneira extremamente desrespeitosa em relação ao Congresso Nacional, em declarações de hoje nos jornais do País. Aspas para a Ministra: “Se não houver entendimento, serão usados todos os meios jurídicos e legais – que não quis revelar – para que a administração pública possa funcionar”.

Ou seja, mais ou menos, vai aprovar o Orçamento de qualquer jeito. Eu não sei de que jeito pode ser. É o dedo autoritário de um governo, Sr. Presidente. Mas, muito bem! E ela tenta jogar o Congresso contra a opinião pública, dando a entender que o Congresso atrasa a aprovação do Orçamento por culpa do Congresso e não por culpa da desarticulação e da falta de

compromisso com a palavra empenhada do próprio Governo Lula.

Sr. Presidente, no ano passado, eu estava sentado aqui na terceira ou quarta cadeira desta fileira, quando votavam aqui os créditos. Eu percebi que, em um crédito de 141 milhões de reais, desviaram do gasoduto Coari-Manaus, desses 141 milhões desviaram 110 milhões para outros objetivos. Deixaram R\$ 31 milhões que sequer foram executados, evidentemente.

Pedi verificação de **quorum**. Pediram-me que retirasse o pedido de verificação de **quorum**. Disse-ram-me que iriam consertar isso ao longo da discussão do orçamento. E eu disse: muito bem, vai passar o crédito aqui, não vou obstaculizar. Mas, se não devolverem os R\$ 110 milhões que tungaram do gasoduto Coari-Manaus, não permitirei que passe o orçamento, a depender de mim.

Sr. Presidente, ouça aqui agora: em 2005, a proposta aprovada para o gasoduto Coari-Manaus foi de 129 milhões. Lá, a propaganda é tão mentirosa e tão deslavada, que a impressão que dá é de que o gasoduto já está funcionando. E eu lhe diria mais, em função até dessa mentira – sem medo de errar –, que o Estado do Amazonas, o meu Estado, é aquele onde o Presidente Lula talvez seja mais forte eleitoralmente.

Desses 129 milhões, em 2005, autorizaram 19 milhões e executaram apenas 8 milhões, ou seja, não tiraram o gasoduto do papel. Para 2006, ao invés de devolverem os 110 milhões que tungaram daquele crédito de final de ano, eles vieram com a proposta de apenas R\$ 16 milhões, ou seja, o Presidente Lula falha no seu compromisso com o Estado do Amazonas, e eu não vou falhar com meu compromisso com o povo que me elegeu.

Pura e simplesmente está aqui o aviso, para quem queira ouvi-lo. A depender de mim, não passa o orçamento deste ano antes de devolverem os R\$ 110 milhões que tungaram do povo do meu Estado, atrasando as obras do gasoduto Coari-Manaus. Farei o possível e o impossível; vou falar setecentas vezes; vou interromper a sessão mais vinte mil vezes; não vou permitir que passe o orçamento enquanto não honrarem o compromisso que eles têm que manter com o povo do Estado do Amazonas.

Está feito o aviso e vou, pura e simplesmente, fazer diferente do Presidente Lula. Ele diz tudo levianamente e não cumpre coisa alguma. Eu, serenamente, vou cumprir a palavra que empenhei no final de dezembro. Passam, se passarem por cima de mim. Como não vão passar por cima de mim, não vão passar com o orçamento no prazo que querem, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, PFL, do Rio Grande do Norte, pela liderança do Partido, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo manifestar a minha estupefação diante do que estamos assistindo no âmbito do Presidente Lula. Não sei se V. Ex^a se lembra quando, por ocasião da crise do mensalão, foi feita uma reforma ministerial e o Presidente disse: “Esse é o Ministério que vai comigo até o fim do Governo”.

Assistimos agora, Senador Leonel Pavan, a uma debandada como nunca visto. Saíram oito de uma assentada. Sair ministro é um fato próprio da democracia. O que está por trás da saída desses ministros é o que quero analisar.

Ministro Antonio Palocci, da Fazenda. Todo-poderoso. Há pouco mais de uma semana, o Presidente Lula dizia que o País deve muito, deve muito, deve muito ao Ministro Palocci... Há uma semana, o Presidente Lula dizia: “Palocci fica, Palocci fica, Palocci fica...”.

De repente, a fotografia de Lula, chamando Palocci de irmão, com a face crispada, e com a mão na face de Palocci, despedindo-se.

Eu me lembrei, Senador Leonel Pavan, do episódio da substituição do José Dirceu, outro irmão de sangue do Presidente Lula, que foi tardiamente demitido diante de evidências, como as evidências de Palocci.

O Presidente Lula, para mim, está passando uma idéia que eu gostaria de dividir com este Plenário. Ele tem um sentido de autopreservação monumental. Ele é irmão dos amigos até enquanto a cabeça dele não esteja a prêmio. Quando as evidências ficam claras, ele descarta na hora.

Tenho a impressão de que, porque se percebeu o que aconteceu com o José Dirceu, com o Delúbio, com o Genoino, com todos os amigos do Presidente Lula, e agora com Palocci, é que as pessoas resolveram cuidar de suas vidas. Senador Alberto Silva, o Ministro Rossetto, em um Governo forte, confiando no Chefe, ficaria para completar a tarefa dele à frente da reforma agrária. Deixou-o. O Ministro da Pesca, Fritz, se tivesse confiança no Chefe e na reeleição do Chefe, ficaria. Pediu demissão. Agnelo Queiroz, Saraiva Felipe, Ciro Gomes, Alfredo, Jacques Wagner, todos saíram. Senador Arthur Virgílio, foi uma debandada geral!

V. Ex^a já fez uma avaliação sobre os pilares do Governo Lula? Quebraram-se todos. Só resta um. Só resta um: Márcio Thomas Bastos. E, na minha opinião, Sr. Presidente, está trincado. O último bastião

de credibilidade do Governo do Presidente Lula está sob acusações que têm que ser esclarecidas e quero, Senador Arthur Virgílio, de plano, concordar com a proposta de V. Ex^a e dizer por quê.

Não tem nada que levar Márcio Thomaz Bastos para a CPI, para lá termos que explicar que fugiu de foco, está no foco, está no meio foco. Não, não vamos discutir nada disso. Traga-o ao plenário, de forma respeitosa, e vamos fazer o questionamento que a sociedade deseja que façamos ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, aqui, no plenário do Senado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concluindo, por gentileza, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Presidente, a nação está estupefata diante daquela terrível coincidência e, aqui, nesta tribuna, na quarta-feira ou quinta-feira, falei, dizendo da minha indignação pelo fato de o caseiro Francenildo ter entregue à Polícia Federal o cartão de sua conta bancária da Caixa Econômica. A Polícia Federal não tem vinculação nenhuma com a Caixa Econômica, tem vinculação com o Ministério da Justiça, e, em seguida, noticia-se que, quando a quebra de sigilo foi entregue ao Ministro Palocci, ele estava ao lado do Dr. Goldberg, que é assessor de Direito Econômico, e do Dr. Alencar, que é chefe de gabinete do Ministro da Justiça. Estavam fazendo o quê?

Senador Arthur Virgílio, a ilação é terrível. Será que o Ministro da Fazenda e o Ministro da Justiça estavam praticando, usando o Estado, um ato de agressão ao cidadão brasileiro?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluo.

Será que, em os dois estando acordes, o Presidente Lula não estaria sabendo de tudo? Ele vai negar, ele vai dizer que não, que não sabia de nada.

Então, por isso tudo se impõe o esclarecimento aqui, nesta Casa, para que esse último bastião se preserve ou não, porque, na minha opinião, o Governo Lula já se foi; já se foi no rol da incompetência e da incredibilidade.

Quero dizer a V. Ex^{as} que a minha preocupação precisa ser dissipada, e o grande momento que vamos viver – e levarei o meu voto à aprovação – é o requerimento de presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos ser aprovado para que S. Ex^a venha ao Plenário do Senado, para que, com moderação e com equilíbrio, façamos as perguntas que o País quer fazer e para obter as respostas que todos temos o direito de obter.

Se V. Ex^a permitir, ouço o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, por gentileza, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Resta-me, então, agradecer, Sr. Presidente, e renovar que votarei a favor do requerimento de comparecimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos para que os esclarecimentos aqui sejam dados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, minha idéia era falar aqui sobre a questão da quebra do sigilo do caseiro porque é o assunto da semana. Há três semanas, tratamos desse assunto, que é da maior gravidade.

Acabei de ler agora, Srs. Senadores, as declarações que o Presidente Lula acaba de fazer na posse dos novos Ministros. O Presidente Lula hoje deu posse a nove Ministros, aparentemente sem maior repercussão. Normalmente, quando ia haver mudanças nos Ministérios, Sr^{as} e Srs. Senadores, especulava-se, por duas a três semanas, quem iriam ser os novos Ministros. O Presidente Lula criou tanto Ministério, colocou tanta gente incompetente, tanta gente despreparada, que, hoje em dia, muda o Ministro, e ninguém presta atenção. Hoje, foi preciso que o Presidente dissesse o que disse para merecer destaque na mídia amanhã.

Em relação à posse do Ministro Tarso Genro, ele disse textualmente: “Eu vou torcer para que ele” – no caso, o Tarso Genro – “faça mais do que Jaques Wagner fez”. Dirigindo-se a Wagner, continuou: “Você já fez a trilha que foi aberta no primeiro momento pelo José Dirceu e pelo Aldo Rebelo” – atual Presidente da Câmara e ex-Ministro da Coordenação Política. “O Tarso está pegando o caminho meio asfaltado”.

Portanto, Sr. Presidente, o Ministro José Dirceu, o primeiro Ministro da Casa Civil, tido como todo-poderoso, desde que assumiu, meteu-se em uma série de problemas e terminou sendo demitido. O segundo Ministro, o Ministro Aldo Rebelo, passou um curto espaço de tempo e também foi demitido por pressão dos demais Ministros porque, efetivamente, não estava conseguindo realizar a coordenação política. Veio o Ministro Jaques Wagner, que ficou por um período curto e saiu agora. Agora, o Presidente Lula diz que o caminho está meio asfaltado.

Lembrei-me, Senador Alberto Silva, da Operação Tapa-Buraco. Na realidade, o asfalto de que o Presidente Lula falou é exatamente a chamada Operação Tapa-Buraco.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Com a permissão de V. Ex^a, Senador José Jorge, vou inserir, em seu discurso, aparte que eu tencionava acrescentar à fala do Senador José Agripino. A linha é a mesma, a de V. Ex^a, a minha, a de S. Ex^a, a da Oposição. É um absurdo que o Ministro Márcio Thomaz Bastos não tenha se oferecido para vir ao Senado. Nos noticiários *on line* está que considera não ter o que dizer. Outro absurdo! Não se ter apresentado é um absurdo; imaginar que só viria aqui o Ministro da Justiça implicado em alguma coisa é o terceiro absurdo. Vem aqui o Ministro da Justiça prestar esclarecimentos sobre um tema de uma gravidade reconhecida por todas as pessoas responsáveis do País: o caso da quebra do sigilo do caseiro. Depois, parece que depende só de S. Ex^a mesmo vir ou não. Depende da maioria. Se o Senado disser que deve vir, S. Ex^a virá. Vai fazer o quê? Terá que vir. Vai ter que atravessar a rua e vir depor. Mas creio que o Governo está invertendo tanto os valores da República Brasileira, que já parece a S. Ex^as uma aberração cobrarmos a satisfação a que temos direito. O Presidente Lula, com essa série de *nonsenses*, com essa série de tolices que protagoniza todos os dias, vai criando um quadro de estupefação na sociedade brasileira. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Também agradeço a V. Ex^a.

Eu também gostaria de ler o que o Presidente Lula disse sobre o Ministro Waldir Pires. Disse o seguinte: “A sociedade brasileira ainda não foi informada pela imprensa do trabalho feito na Controladoria-Geral.” Faço um apelo para que a imprensa brasileira destaque o trabalho que o Ministro Waldir Pires fez na Controladoria-Geral, porque...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. Fazendo soar a campanha.) – Peço que conclua, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu também não sei, Senador, qual foi o trabalho que ele fez. Então, creio que a culpa deve ser da imprensa. Na verdade, ninguém sabe, nenhum Senador sabe, a não ser que ele perseguia os prefeitos, por sorteio. Disso realmente sei. Fora isso, em todos os escândalos que ocorreram, ele não aprovou nem viu nada.

Para encerrar, quero também dizer que o Ministro Waldir Pires foi nomeado Ministro da Defesa. Imaginem! O Ministro Waldir Pires, aparentemente,

não tem vocação para defender nada. Então, sendo Ministro da Defesa o Sr. Waldir Pires, haverá um alto risco, se houver uma invasão, de alguém tomar conta do nosso País.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães é *hors-concours*.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quero apenas dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Há muito não vejo um ato tão desastroso quanto esse. Tenho medo. Felizmente, a paz mundial vai ocorrer, porque, numa guerra, o Waldir Pires comandando as Forças Armadas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Vai ser alto risco.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Seria uma vitória do inimigo de ponta a ponta. Vamos rezar para que não haja nunca um conflito, nem interno nem externo, com o Dr. Waldir no Ministério da Defesa, senão o pobre do Lula...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Pobres dos brasileiros!

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de dizer que, em relação a essa questão do caseiro, mesmo que não fique provada a participação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, ele deveria vir ao Congresso, porque a gravidade da situação é muito grande. Vindo aqui, ele poderia esclarecer não só a participação dele, dos seus auxiliares...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – ...o que efetivamente aconteceu no Governo.

Estou encaminhando requerimento na CPI dos Bingos, da qual sou titular, convocando para que venham depor a fim de esclarecer essa questão do caseiro o Sr. Daniel Goldberg e o Sr. Cláudio Alencar, os dois assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos que participaram diretamente dessa questão. Então, já dei entrada a esse requerimento, que deverá ser votado na quarta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, do Distrito Federal, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de pedir aos Senadores que, quan-

do pedissem a palavra pela ordem, o fizessem em relação à ordem dos trabalhos. Senão, peçam a palavra pela liderança para não haver problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu falarei após as palavras do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em seguida, será a vez do Senador Alberto Silva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nos lembramos que o Governo do Presidente Lula começou sob a ótica de fazer uma inversão nas prioridades. Lamentavelmente, o que estamos vendo é uma inversão nos valores.

Muitos aqui têm analisado os eventos das últimas semanas na perspectiva política. Eu quero dizer que, na minha obsessão, estou preocupado, Senador Alberto Silva – V. Ex^a também tem essa obsessão –, com as conseqüências de tudo isso sobre a educação das nossas crianças. Como está chegando à cabeça das crianças brasileiras a idéia de que os Ministros mentem? De que o Presidente da Caixa Econômica abre um inquérito dando quinze dias para apurar quem fez algo que ele tinha feito? Como fica na cabeça dos nossos jovens – não falo mais de crianças apenas – o conhecimento de que altas autoridades fazem uma brincadeira, uma leviandade, um jogo e uma mentira dessas? Como é que fica o fato de um ministro da importância do Ministro da Fazenda dizer que não foi a uma casa e depois ficar comprovado que foi? E, para tentar desmentir quem provou que ele foi, feriu o sigilo bancário de maneira absolutamente ilegal e negou que o fez durante bom tempo, até que se prova que o fez.

Isto está acontecendo agora. Mas, se retrocedermos o tempo, observaremos uma sucessão de erros, banalização da mentira por parte de autoridades brasileiras. E essa banalização vai ter um custo duradouro na imaginação dos nossos jovens e das nossas crianças, que tendem a imitar naturalmente esses personagens ou encontrar neles a justificativa para fazer o mesmo, mentindo a seus colegas no processo educacional.

Mas não é essa a única banalização que vemos no Brasil de hoje. Cada vez que, na noite de domingo, se assiste ao Programa Fantástico, percebe-se a banalização de uma tragédia. Há dias, vimos a banalização de uma guerra civil que o Brasil vive sem dizer que vive. É outra mentira que se tem visto no Brasil: o silêncio diante do fato de estarmos vivendo uma guerra civil, com 800 mil mortos nos últimos 25 anos. E vemos isso todos os dias na televisão. Ou, em um domingo, no programa Fantástico, vemos o noticiário de crianças no

tráfico, usando da violência, como vimos na referência ao livro e ao vídeo **Falcão – Meninos do Tráfico**, que amanhã, aliás, será apresentado e debatido, com a presença dos autores, na Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Pensávamos já ter visto tudo, mas, ontem, vimos crianças e adolescentes de 10 a 15 anos alcoólatras no nosso País, no nosso Brasil. Depois, vemos manchetes no jornal falando da prostituição infantil, do trabalho infantil e do fracasso da educação no Brasil. E vamos acostumando-nos de tal maneira com a banalização da tragédia, como estamos acostumando-nos com a banalização da mentira no processo político brasileiro.

Pergunto-me: quando e como é vamos romper com essa banalização? Quando e como vamos despertar para retomar a indignação nacional com esses fatos? Este País viveu uma indignação com o regime militar, durante anos e anos, que mobilizou a sociedade e criou aqui um grupo de autênticos lutando pela democracia, porque, felizmente, não deixamos que os crimes da Ditadura fossem banalizados na opinião pública; felizmente, não deixamos que aqueles atos autoritários se transformassem em um processo tão banal que nos deixaríamos de indignar. Nós nos indignávamos com as prisões arbitrárias, nós nos indignávamos com a censura, nós nos indignávamos com o exílio, mas não nos indignamos com a prostituição infantil, com o trabalho infantil, com o alcoolismo infantil, com as mentiras de políticos.

Por que perdemos, Senador Alberto Silva, a capacidade de indignação? O que aconteceu na cabeça de nós todos que passamos a ser tolerantes com o pecado, tolerantes com a maldade, tolerantes com as perversões do processo social brasileiro? Onde erramos nós todos? Em que momento começamos essa virada da tolerância com o pecado, com o crime, com a mentira, com a tragédia social e com a guerra civil que o Brasil vive?

Não sei qual foi o momento. Não sei se algum historiador chegou a fazer um trabalho para identificar em que momento o Brasil saiu da indignação para a tolerância, saiu da resistência para a conivência com que hoje assistimos a tudo de mal que acontece no País. Como não sei em que momento isso ocorreu, prefiro perguntar-me quando vamos mudar isso.

Da mesma maneira que esse Congresso mostrou, com as CPIs, a indignação diante dos absurdos que vimos no processo eleitoral; da mesma maneira que a CPI dos Correios – está aqui o Senador Efraim – manifestou-se com clareza e firmeza, com indignação diante de todos esses fatos, precisamos começar a indignar-nos também, sem precisar de CPIs, porque já sabemos as causas da tragédia social, mas nos in-

dignarmos com o alcoolismo infantil, com a prostituição infantil, com o trabalho infantil, com o retrocesso que o Brasil vive em relação aos outros países em matéria de educação, porque, até quando melhoramos, o fazemos muito mais devagar do que os outros países, que estão nos deixando para trás.

Faz duas semanas, falei aqui sobre um programa do Fantástico, em relação à violência nas e das crianças, com o racismo implícito ali porque todas as crianças vítimas e causadoras de violência eram negras, e todos que foram chamados à televisão para analisar os fatos, como doutores, eram brancos. Duas semanas atrás eu falei sobre isso. Hoje volto com o mesmo assunto. Sou capaz de, daqui a uma semana ou duas ou três, acreditar que esse tema não merece mais ser comentado. Sou capaz de também entrar na banalização dos fatos e na aceitação dos fatos trágicos da sociedade brasileira.

No entanto, creio que, quando este Congresso cair, de uma maneira irreversível, na aceitação da banalização do mal e perder, de uma vez por todas, a capacidade de indignar-se, ele vai dar prova de que não merece mais existir; vai passar para a opinião pública que esta Casa é um Ente desnecessário de tão tolerante. Nesse momento, o pior é que o que virá será pior ainda, porque mesmo um Congresso tolerante ainda é capaz de despertar, mas um Congresso fechado por um regime ditatorial, de militar ou de civil, não abre por ele próprio.

Por isso, volto a afirmar – enquanto a banalização não me corrompe naquilo que julgo de mais fundamental, que é a capacidade de indignar-me com o que está errado –, insistir, cobrar e manifestar a minha impotência de transformar palavras em ações concretas, no que se refere à construção de um grupo de Senadores que se rebele não contra o Governo apenas, não contra o modelo econômico apenas, mas que se rebele contra a incapacidade de indignação diante do mal, dos erros e de todas as perversões sociais...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Conclua, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ... que vimos todos os dias e que, de tanto ver, estamos aceitando como algo impossível de ser modificado.

Ainda é possível mudar. Ainda é possível corrigirmos essas falhas. O primeiro passo é não aceitarmos que elas continuem, é não deixarmos que a indignação vá embora, porque a perda da capacidade de indignar-se é a pior de todas as corrupções de um homem público. Por isso, espero que não deixemos que a banalização nos corrompa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, dentro dos exatos dez minutos que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador e ex-Governador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, por dez minutos, por gentileza.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expectadores da TV Senado, as palavras do Senador Cristovam Buarque agora proferidas atingem profundamente a cada um de nós. Estamos assistindo ao que as televisões estão mostrando sobre a prostituição, sobre os crimes, sobre o alcoolismo, sobre tudo que está acontecendo de ruim neste País. Diz S. Ex^a que a pior coisa é acostumar-nos com a banalização. E usa uma expressão, dizendo que temos de reagir, mas que isso não significa regirmos contra o Governo, e sim contra a banalização, ou seja, não aceitarmos o que está acontecendo.

S. Ex^a fala, como grande Ministro da Educação que foi, que temos de começar pela educação, que temos de atuar mais na educação. Como? Seria o Governo que teria de começar ou nós poderíamos ajudar? O Senador defende que ajudemos todos nós, para não cairmos também na banalização.

Eu diria também, Senador Cristovam Buarque, que só não existe jeito para a morte na sociedade. Para o resto, se houver boa-vontade, se houver interesse, se houver aquilo em que acreditamos quando temos religião, ou seja, que Deus dá a cada um de nós a capacidade de poder ajudar o seu próximo, se assim o fizermos, estaremos sendo dignos de estarmos neste Planeta, e vivos.

Digamos que eu não sei quanto tempo Ele me dará de vida, mas, se me deu até aqui, quero, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, dizer ao Brasil que não entendo que este Congresso morreu, pelo amor de Deus! Vamos nos colocar numa posição. Se é a de ajudar, vamos criar um grupo de trabalho. O que falta? O desemprego é realmente o item mais importante. Com desemprego e sem educação não iremos a lugar algum.

Temos que trabalhar pela produção de emprego. Como? Já dissemos algumas vezes. Se não podemos proporcionar, nas grandes cidades, grandes oportunidades de trabalho, comecemos pelo campo.

Dizem, em todo lugar, que sou o pai do biodiesel. Claro, há 30 anos, quando dirigi a Empresa Brasileira de Transporte Urbano, chegamos ao biodiesel, investindo recursos da EBTU. Pois bem, o biodiesel foi lá, veio cá, mas hoje é possível que seja uma mola construtora de

geração de renda e emprego no campo. Estamos tentando, por meio de um programa organizado, implantar um modelo na minha cidade de Parnaíba, no Piauí, em que os lavradores, organizados em associações, terão sua própria usina para produzir o óleo a partir da mamona e, daí, o próprio biodiesel.

Encontra-se em minha mesa uma proposta do Senador Osmar Dias a respeito da comercialização. S. Ex^a propõe que os próprios produtores, de preferência da produção familiar, vendam o combustível a preço competitivo capaz de gerar emprego e renda.

Nesta tarde, ouvimos muita coisa que nos assombra e nos entristece ao mesmo tempo; mas, no fundo, somos criaturas de Deus, e não vamos entregar a nossa capacidade de trabalhar em favor do próximo, da sociedade e do País.

Senador Cristovam Buarque, comece o grupo. V. Ex^a diz que não quer cair na banalização. Eu digo que também não. E creio que toda esta Casa também não. Então, digamos: companheiros desta Casa, vamos nos unir! V. Ex^a diz que não quer cair na banalização criticando ou jogando tudo em cima do Governo. Temos que fazer alguma coisa. Vamos fazer?

Estou aqui, com esta idade, mas com a energia que Deus me deu e com os conhecimentos que adquiri. Devemos ter um pouco de vontade, de patriotismo e de respeito aos brasileiros que estão nos ouvindo neste instante. A reação de indignação de que V. Ex^a fala é contra o crime, contra a exploração das crianças e contra o que está acontecendo. Mas ser contra e apenas falar não adianta. Vamos agir? Estou aqui, nesta idade, mas com o coração de alguém bem mais jovem, crendo que Deus nos dará força para ajudar o País a sair desta encrenca.

Ouçó V. Ex^a, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Alberto Silva, em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a pelo seu empenho por um País melhor, independentemente de cor partidária, e principalmente de idade. V. Ex^a é um grande exemplo à Nação, aqui, do alto de seu conhecimento, defendendo um País melhor. No entanto, V. Ex^a tocou num assunto que me parece muito controverso, que é o problema da mamona para o biodiesel. O programa foi lançado, com pompas e circunstâncias, como sendo algo que seria a redenção do Nordeste. E, sem sombra de dúvidas, o Nordeste é o melhor local para o plantio da mamona. Todavia, lamentavelmente, aqui veio o Presidente do Banco do Nordeste e disse que não há viabilidade econômica para a produção de biodiesel via mamona. Não existe ainda a tecnologia adequada, e o preço seria muito alto. Quer dizer, o óleo da mamona teria um uso mais nobre do que o do biodiesel. Seria um biodiesel inviável, do ponto de

vista econômico. E nós argumentamos com ele que o Presidente Lula lançou, com pompa e circunstância, o que seria a redenção econômica, principalmente da agricultura familiar do Nordeste. Ele disse: “É, esses programas de redenção eu já vi muitos, e não acontece nada”. O Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, disse isso. Portanto, não vejo ainda a rota da mamona como geradora de emprego e renda. Como V. Ex^a é um profundo conhecedor do assunto, coloco essa dúvida, até para que V. Ex^a possa esclarecer.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Se o Presidente me permitir, por um pouco mais, já que estamos neste final de tarde, eu diria: desafio esse homem do Banco do Nordeste a dizer que, por meio da mamona, nós não chegaremos à geração de emprego e renda. Não farei qualquer crítica. Estou me referindo ao que V. Ex^a acaba de dizer. Prefiro dizer o que estamos fazendo.

Quanto ao óleo da mamona, da maneira como se pensa fazer, isto é, mandar os lavradores plantarem e depois pagar uma ninharia pela baga que custou o trabalho deles, o Banco do Nordeste, dizendo que não é viável, não conhece o outro lado da moeda.

O que queremos é que os lavradores, organizados em associações, plantem com a tecnologia que já existe. Vou citar um exemplo: um hectare plantado de mamona, com adubo e semente adequados, produz de uma tonelada a mais por hectare. Se eu tiver uma unidade fabril pertencente aos lavradores, isso é fácil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, porque, já que o nosso companheiro solicitou um esclarecimento...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Mas o Banco não financia, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu direi como. Já fiz uma proposta ao Banco do Nordeste, e um gerente que tem cabeça e inteligência compreendeu. Digamos que eu tenha 3 mil lavradores que retiraram R\$1 mil do Pronaf para plantar. Propus que o Banco empreste do Pronaf C, que se paga em 10 anos, R\$ 3 mil a cada lavrador, para pagar em 3 anos.

Assim, construo uma fábrica de grãos, senhores. Invisto esse dinheiro no preparo da terra, na colocação daquela terra em condições de plantar, e vamos plantar mamona com tecnologia. Desse modo, os lavradores...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Alberto Silva.

Prorrogo a sessão por 20 minutos.

O último orador é o Senador Garibaldi Alves Filho. Concedo mais dois minutos a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, e dez minutos para o Senador Garibaldi Alves Filho. Se V. Ex^a ultrapassar, estaremos entrando no tempo do Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Nos dois minutos restantes, digo que, com essa unidade fabril, plantando mamona e feijão, eu colho uma tonelada de feijão e vendo na Bolsa a R\$ 2,50 o quilo. Mil quilos dão R\$ 2,5 mil. Produzo mil quilos de mamona, que espremo na fábrica do lavrador, e obtenho 450 litros de óleo de mamona. Se eu transformar em biodiesel – tenho um acordo com a ANP de vender o biodiesel do lavrador, o biodiesel verde, a R\$ 2,50 o litro –, aí, vou para R\$ 1,25 mil.

O que o Presidente do Banco do Nordeste não sabe vai aprender agora: pego a casca da mamona, a casca do feijão, a torta da mamona e o pé da mamona, e tenho oito toneladas. Aplicando uma bactéria sobre isso, em uma unidade fabril, produzo oito toneladas de adubo orgânico, a R\$ 300,00 a tonelada. São R\$ 2,4 mil. Somando tudo, são mais de R\$ 5 mil por ano, ou seja, mais de R\$ 400,00 ao mês, com um hectare. Usando dois hectares, é a salvação.

Sr. Presidente do Banco do Nordeste, estou à sua disposição, se quiser saber como se produz renda no campo plantando mamona e feijão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador e ex-Governador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, por dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador João Alberto Souza.

Domingo, 2 de abril, completou-se um ano da morte do Papa João Paulo II. Foi um dia de homenagens reiteradas da Igreja Católica, bem como dos homens de boa vontade no mundo inteiro, pois sua memória permanece venerada por toda a humanidade.

Eleito Papa em 16 de outubro de 1978, o polonês Karol Wojtyła governou a Igreja por mais de 25 anos, deixando uma marca indelével na história recente. Por tal razão, associo-me a esse momento de recordação que atraiu multidões à Praça de São Pedro e para o qual creio poder agregar todo o Senado.

Homem do povo, viveu o jovem Karol Wojtyła todas as vicissitudes do nosso tempo. Interrompidos os estudos, pela ocupação da universidade que frequentava pelas forças nazistas, trabalhou como ope-

rário em mineração e em fábricas. Aos 22 anos, sentiu o chamado ao sacerdócio e foi estudar em seminário clandestino de Cracóvia. Recebendo a ordenação sacerdotal em 1946, foi mandado a Roma para completar seus estudos, emprestando sua invulgar inteligência aos estudos de filosofia e teologia.

Eleito Papa, seu pontificado foi um dos mais longos da história da Igreja. Homem de seu tempo, tem lugar marcado para sempre na luta contra o totalitarismo político, sendo decisivo seu apoio moral e seu incentivo corajoso para a queda dos regimes comunistas na Europa.

Com ideal missionário, empreendeu inúmeras viagens, três delas ao Brasil, dedicadas à caridade e abertas à humanidade inteira.

Com especial atenção e amor pelos jovens, iniciou as Jornadas Mundiais da Juventude, que têm atraído milhões de jovens em vários lugares do mundo.

Estimulando o ecumenismo, João Paulo II promoveu com sucesso o diálogo com os judeus e com os representantes das outras religiões, sendo de realçar os encontros ecumênicos, especialmente em Assis, na Itália, à sombra de São Francisco.

Foi por iniciativa de João Paulo II que se alargou notavelmente o Colégio dos Cardeais, com representação do mundo inteiro, tendo sido escolhido por ele nada menos que 231 Cardeais. Durante seu Pontificado, houve 15 assembléias do Sínodo dos Bispos, sendo de destacar, igualmente, a criação de muitas novas dioceses, em particular no Leste Europeu.

Incansável operário do magistério da Igreja, expediu 14 Encíclicas, 45 Exortações Apostólicas, 11 Constituições Apostólicas, 45 Cartas Apostólicas, além das incontáveis lições expostas nas audiências gerais em Roma e nos discursos e homilias pronunciadas em todas as partes do mundo durante suas viagens.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, nós governamos nossos Estados no mesmo período. A maior emoção que passei foi a convite da Igreja Cristã do Piauí. Eu com Adalgisa, acompanhado do meu Secretário de Indústria e Comércio, João Vicente Claudino – que é hoje forte candidato ao Senado da República pelo Piauí –, fomos abençoados juntos por Sua Santidade o Papa. É importante salientar que, na hora em que ele concedia essa benção – não a mim, mas a todo o Piauí, que eu representava –, ele lembrava que tinha acabado de nomear o Bispo do Piauí, Arcebispo Dom José Freire Falcão, para servir Brasília. Então, foi uma Santidade que abençoou o mundo, que é grande, em que ele andou, em que ele beijou o

chão. Isso é que empolga. Na hora, ele perguntava por quanto andava o Piauí e dizia que tinha homenageado o Piauí desta maneira: tirou o Arcebispo do Piauí – que nos deixou saudade, mas nos engrandeceu – para que ele fosse servir Brasília. Ainda hoje, Dom José Freire Falcão reside aqui, já estando afastado da Igreja pela idade. Eu me lembro muito bem de que....

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus que estivesse presente um homem cristão, que é o nosso Senador do Maranhão, Senador João Alberto Souza. Foi uma das vezes em que o Piauí teve grandeza, porque, na primeira viagem, ele passou pelo Aeroporto de Teresina. Era Governador do Estado do Piauí Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, que foi também Senador da República. Eu era Deputado Estadual. Ele nos abençoou. O Maranhão em peso foi ao Piauí para receber as bênçãos do representante de Deus no nosso mundo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa, que relembra um dos feitos do Papa João Paulo II: percorrer o mundo inteiro, dedicando-se à missão peregrina da Igreja.

Senador João Alberto, que ora preside a sessão, assim, Sua Santidade esteve no Piauí, como descreveu o Senador Mão Santa, e no Rio Grande do Norte, quando o Governador era o hoje Senador José Agripino.

Ao prestar esta homenagem à honrada e santa memória de João Paulo II, recordo suas palavras pronunciadas em 30 de junho de 1980, aqui em Brasília, na sua primeira saudação ao povo brasileiro em nosso território. Dizia, então, Sua Santidade:

Este País de imensa maioria católica traz evidentemente em si uma vocação peculiar no mundo contemporâneo e no concerto das nações. Em meio às ansiedades e incertezas e, por que não dizê-lo?, aos sofrimentos e agruras do presente, poderá gestar-se um país que amanhã ofereça muito à grande solidariedade internacional.

Queira Deus que esta perspectiva ajude o Brasil a construir um convívio social exemplar, superando desequilíbrios e desigualdades, na justiça e na concórdia, com lucidez e coragem, sem choques, nem rupturas.

Sr. Presidente, no primeiro ano da morte de João Paulo II, faço ecoar no Plenário do Senado da República essas palavras ditas no Brasil e sobre o Brasil pedindo a sua permanente interseção junto a Deus, para que a força da sua palavra profética torne-se realidade em nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agora que todos falaram, 30 segundos, por favor. O PSDB me incumbiu de deixar registrado nos **Anais** da Casa a nota publicada pelo jornalista Ancelmo Gois, em sua coluna no jornal **O Globo** do dia 1º de abril, intitulada “Dia da Mentira”.

Leio a nota em seu inteiro teor:

Lula, na reforma ministerial do ano passado, lembra, disse que só ficaria no Governo quem topasse permanecer até o fim do seu mandato e não fosse candidato em 2006. Agora saíram oito ministros, e ficou o dito pelo não dito.

Essa é nota de Ancelmo Gois que eu gostaria que V. Ex^a encaminhasse para os **Anais** desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, quero dar uma informação muito importante ao Senado. Acabei de participar, e o nosso Secretário Executivo também, de uma solenidade que homenageava indiretamente o Senado. O Senador Ramez Tebet acaba de receber o título de Cidadão Brasiliense concedido pela Câmara Distrital. Uma solenidade muito bela, comovente e que traduz o respeito que Brasília e o País têm pelo Senador do nosso Partido Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Luiz Pontes, Arthur Virgílio, a Sra. Lúcia Vânia, os Srs. Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como primeiro assunto, quero dizer o seguinte:

Na semana passada, após um longo e inexplicável período de passividade, a Petrobras resolveu assumir uma postura combativa diante das ameaças da Bolívia. A guerra do gás foi deflagrada. A Petrobras, por intermédio do seu atual presidente, o senhor José

Sérgio Gabrielli, resolveu reagir à ameaça boliviana, lamentavelmente, de modo tardio. Nesse contexto, as atitudes do Governo Lula acontecem e aconteceram “a hora tardia”.

É de causar estranheza que só agora a Petrobras passe a esboçar reação à forma como a Bolívia está tratando os negócios da empresa no setor de gás e refino. A interrupção das negociações por parte do governo Evo Morales ganhou contornos de ameaça.

O Ministro de Hidrocarbonetos – o equivalente ao titular das Minas e Energia – além de desferir duras críticas à Petrobras acusou o Brasil de dispensar tratamento de “semicolônia” ao seu país.

Não podemos focalizar os investimentos brasileiros na Bolívia sem considerar que o assunto foi ou deveria ter sido objeto de negociação entre o Presidente Lula e o seu colega Evo Morales.

Vejamos o histórico dos encontros: em 18 de novembro de 2005, o senhor Evo Morales esteve com o Presidente Lula, ainda na condição de candidato a presidência da Bolívia. Retornou em 13 de janeiro de 2006, exatamente nove dias antes de tomar posse, e se avistou demoradamente no dia 14 de janeiro com o Presidente Lula. Na agenda dos referidos encontros, os investimentos da Petrobras devem – presume-se – ter prevalecido, afinal não seria a troca de amenidades a tônica das conversas.

Pela forma como a Bolívia vem conduzindo as negociações, a Petrobras deixará de ser uma empresa produtora de gás e será reduzida à condição de mera prestadora de serviços.

O governo boliviano já declarou sua intenção de nacionalizar as reservas e de apenas remunerar pela exploração e produção de gás as empresas estrangeiras que operam em seu território.

A interlocução com o governo local é precária. A Petrobras já investiu mais de us\$1,5 bilhão naquele país nos últimos 12 anos.

O Itamaraty preferiu silenciar diante da crise, até o momento é uma incógnita o teor do decreto que deverá regulamentar a lei de hidrocarbonetos. Deve ser ressaltado que a Petrobras foi a única empresa estrangeira a não recorrer ao judiciário contra a aprovação da lei de hidrocarbonetos.

A defesa intransigente dos interesses e investimentos brasileiros não pode estar subordinada a aspectos pessoais ou de identidade ideológica entre o Presidente Lula e o seu colega Evo Morales.

A postura e as declarações do senhor Andrés Soliz não podem ser ignoradas. Trata-se de um minis-

tro de Estado que ocupa uma das mais importantes pastas setoriais.

A Petrobras se dirige à sua congênere – a YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. O Itamaraty interage com o ministério das Relações Exteriores da Bolívia e os chefes de estado dialogam entre si.

O Itamaraty prefere se manter à distância da crise e não se pronuncia. O Presidente Lula, ao que tudo indica, não priorizou o tema nos seus encontros com o senhor Evo Morales.

É importante ressaltar que contratos estão em plena vigência e existem regras balizando a situação. Aliás, o contrato da Petrobras vigora até o ano de 2019.

A regulamentação da lei de hidrocarbonetos e todo o arcabouço de um novo quadro regulatório estão imbricados com a eleição para uma assembléia constituinte em junho próximo.

A Bolívia é uma nação irmã, suas decisões internas são soberanas, mas é inconcebível que a nossa ação diplomática seja neutralizada em razão de eventuais laços de afinidade entre o Presidente Lula e o líder das populações indígenas que democraticamente foi alçado à chefia de estado.

Contratos não podem ser rasgados e os investimentos da Petrobras naquele país constituem patrimônio do povo brasileiro. Não podemos perder de vista essa perspectiva.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Agência do setor aéreo decola sem verba definida”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 20 de março do corrente.

Segundo a matéria, mesmo antes de sua primeira diretoria tomar posse, já há críticas. Nos bastidores, militares e civis dizem que a nova diretoria é composta por “pilotos sem brevê”. Há outros 394 cargos comissionados a serem preenchidos com salários que chegam a R\$8.300,00 e ainda assim a Agência não tem dotação específica. De onde virão os cerca de R\$250 milhões para a Anac?

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

20 mar. 06

Economia

REGULAMENTAÇÃO

Agência do setor aéreo decola sem verba definida

Anac nasce sob críticas de que seus diretores são 'pilotos sem brevê'

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossar, nesta segunda-feira, a primeira diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o todo-poderoso Departamento de Aviação Civil (DAC) estará em fase de extinção, depois de 75 anos de criação, sendo 65 anos sob o comando da Aeronáutica.

A mudança, embora gradual, é alvo de críticas veladas, já que ninguém quer se indispor publicamente com a nova diretoria e nem com o diretor da mais nova agência reguladora do País, Milton Zuanazzi, indicado diretamente pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ainda mais que existem 394 cargos comissionados a serem preenchidos, com salários que chegam a R\$ 8.300,00. Mas, nos bastidores, militares e civis ligados à aviação dizem que a nova diretoria é composta por "pilotos sem brevê".

"Recebo as críticas com humildade, mas todos os novos diretores têm perfil ligado ao setor aéreo", declarou Milton Zuanazzi ao *Estado*, ao apresentar seus planos para o novo posto e assegurar que haverá uma transição "pelo tempo que for necessário" entre a atual diretoria do DAC, composta apenas por militares, e a nova, da Anac, formada, até agora, por três civis e um militar da reserva. Pela legislação da Agência, todos os militares deverão deixar a Anac num prazo de até cinco anos, sendo, no mínimo, 20% a cada ano. Hoje são 2200 funcionários no ór-

gão, dos quais 1400 são militares.

"A Anac é um organismo colegiado. Vamos trabalhar em equipe", justificou Zuanazzi. "Não vejo mudanças radicais a curto prazo. O setor aéreo está ficando cada vez mais competitivo, mas necessita de regulação, não pode ficar ao sabor do mercado."

Dentre as preocupações do novo diretor está a questão do *overbooking*, prática de vender um número de bilhetes superior a oferta de assentos e que atraiu a atenção do governo depois do episódio envolvendo o Comandante do Exército, Francisco Albuquerque, que conseguiu parar um avião para que ele e a mulher pudessem embarcar, no lugar de outros dois passageiros. "O *overbooking* é matéria de preocupação e não pode ser tratado passionadamente", disse. "Se o problema começar a virar prática, ao invés de exceção, a Anac terá meios de punir." Como exceção, diz ele, o *overbooking* é permitido e existe em todos os países do mundo. Na sua opinião, porém, o *overbooking* não pode ser tratado isoladamente, pois ele é uma decorrência do *no show* (passageiros com bilhete que não comparecem para o embarque). "Seria punir as empresas, sem punir os usuários."

Overbooking, no show, atrasos em vôos serão temas, de acordo com Zuanazzi, de "preocupação constante". "Toda vez que o usuário tiver algum prejuízo, teremos que fazer ajustes. É a qualidade da prestação de serviço que está em jogo."

ORÇAMENTO

O diretor de Relações Governamentais do Sindicato das Empresas Aéreas (SNEA), José de Anchieta Helcias, prefere falar sobre a sua preocupação com o fato de não haver dotação específica para a nova agência trabalhar. "Como você pode instalar uma agência sem fonte de recursos?", criticou.

O setor aguarda a assinatura de uma medida provisória pelo presidente Lula que prevê o repasse de R\$ 250 milhões para a

Órgão terá poderes para punir casos de abusos com *overbooking*

Anac. No entanto, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, apresentou pedido de crédito suplementar de apenas R\$ 104 milhões, verba considerada o mínimo necessário para fazer a Anac começar a funcionar. Mas a Fazenda ainda não deu sinal verde para nenhuma liberação de recursos da nova agência, que terá sua sede em Brasília, ao contrário do antigo DAC, que nunca se conseguiu transferir do Rio de Janeiro para a capital do País.

Além de Zuanazzi, tomam posse hoje na Anac, Leur Lomanto, ex-deputado, relator do projeto de criação da Anac durante o governo Fernando Henrique, o coronel da reserva Luiz Carlos Veloso, chefe-interino do subdepartamento técnico operacional do DAC, e Denise Ayres Cunha, ex-assessora jurídica da Casa Civil. O titular da quinta vaga, alvo de enormes disputas políticas, ainda não foi escolhido por Lula. ●

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Corretor diz ter visto Palocci com lobistas”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 19 de março do corrente, e que mostra que uma terceira testemunha afirmou ter visto o Ministro Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto na casa alugada por eles para funcionar como uma “central de negócios”.

Depois do motorista Francisco das Chagas e do caseiro Francenildo dos Santos Costa, surge agora o corretor de imóveis Carlos Magalhães, que intermediou, em 2003, a locação de uma casa para o grupo

conhecido como “República de Ribeirão Preto” e que afirmou ter encontrado com Palocci no imóvel.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 18 domingo, 19 de março de 2006

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

EXCLUSIVO DO “FOLHA DE S. PAULO” PALOCCI EM APUROS

Nova testemunha alugou casa para “república de Ribeirão” e relata encontro que teve com ministro; dona rompeu contrato quando soube de “farras”

Corretor diz ter visto Palocci com lobistas

ANDRÉA MICHAEL
LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Uma terceira testemunha apareceu e afirmou ter visto o ministro Antônio Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto em um imóvel alugado em Brasília.

Em 2003, o corretor Carlos Magalhães intermediou a locação de uma casa no Setor de Mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, para o grupo hoje conhecido como “república de Ribeirão”: Rogério Buratti, Ralf Barquete e Vladimir Poletto.

“Só sei que ele [Palocci] me cumprimentou, falou ‘boa noite’. Eu falei: ‘Boa noite’. Nem quis falar ministro para não chocar”, disse Magalhães ao descrever seu único encontro com Palocci no imóvel. Segundo o corretor, o aluguel da casa (R\$ 9 mil mensais) e uma parcela de R\$ 22 mil que seria destinada à construção de uma quadra de tênis foram pagos pela empreiteira Leão Leão, da qual Buratti foi vice-presidente. Leia a seguir trechos da entrevista.

Folha - Como a casa foi alugada?
Carlos Magalhães - Essa outra casa foi alugada na época pelo Rogério Buratti e pelo Ralf Barquete. Só que o contrato estava em nome de Osvaldo, que eu não sei o sobrenome, da Telecom Cinco Estrelas. Eram US\$ 3,5 mil, uns R\$ 9 mil e pouco por mês.

Folha - Com quem foi firmado o contrato de aluguel?

Magalhães - Não me lembro mais o nome do proprietário. Sei que a mulher dele se chamava Elza e ele não sei o que Kadri [embaixador Jorge Geraldo Kadri]. Eu atei de uns papéis [relativos a esse contrato] à imprensa, com a letra desse Vladimir Poletto.

Folha - Mas o Poletto entra formalmente no negócio?

Magalhães - Entra porque era do grupo. Era o Vladimir Poletto, Rogério Buratti, que queria fazer uma quadra de tênis. Mas a proprietária não permitiu porque ele mandou a metade do dinheiro e depois não mandou o resto.

Folha - Mandou para quem?

Magalhães - Para a proprietária. A quadra ia ficar em R\$ 44 mil. Buratti mandou a metade para a dona e depois não mandou mais nada. Ai ela não aceitou porque achou que eles não iam pagar.

Folha - Durante quanto tempo ficaram na casa?

Magalhães - Acho que ficaram uns seis meses lá, até alugarem essa outra, na Q11.

Folha - O sr. tem contato com o caseiro que trabalhou lá na época?

Magalhães - Não tenho. Ele foi mandado embora e eles trouxeram um lá de São Paulo. Eles não quiseram o menino lá mais não porque ele estava focando, falando que o Palocci estava indo lá, que eles estavam levando mulheres. Era uma confusão. Ai, no dia em que chegou uma mudança de São Paulo, com uns quadros, obras de arte, num domingo, o irmão da dona da casa barrou porque não agüentava mais a farras que eles estavam fazendo na casa.

Folha - O que o caseiro falava?

Magalhães - Ele disse que todo dia de noite chegava lá o Rogério Buratti, esse Ralf, o Vladimir e mais um monte de gente de São Paulo, de Ribeirão Preto, e o ministro lá umas sete e meia da noite. Eu estava lá e ele chegou.

Folha - Como pagavam a casa?

Magalhães - Faz tempo já. Em 2003, não me lembro bem da data. Eu fui lá medir a quadra, mas o espaço não dava para fazer a quadra que eles queriam. Eu vi o ministro lá umas sete e meia da noite. Eu estava lá e ele chegou.

Buratti diz que não alugou casa com o corretor

DA REPORTAGEM LOCAL

O advogado Rogério Buratti diz que nunca assinou nenhum contrato com o corretor Carlos Magalhães. Confirma que visitou uma casa no setor de mansões Dom Bosco com o corretor, que uma minuta do contrato chegou a ser redigida, mas o negócio não foi adiante.

“Nós não chegamos a alugar formalmente a casa. Foi um negócio que não prosperou”, conta Buratti. O ministro Antônio Palocci nunca foi até o

Magalhães - Pagavam direitinho. Mandavam o dinheiro para a dona da casa. Mandaram dinheiro para mim só nos dois primeiros meses, depois mandaram para ela. Quando ela rescindiu o contrato, ela devolveu os dois últimos meses pagos, mas não devolveu o dinheiro da quadra. Para mim foi uma surpresa desagradável saber que o Ralf tinha falecido. Ele é quem mandava e disse: “Nós não queremos ficar perto do ministro”. Eu tinha casa para eles na península [dos ministros, local de residências oficiais, inclusive a de Palocci]. “Não. Pertinho assim do ministro não é bom.”

Folha - Como foi o dia em que o sr. viu o ministro?

Magalhães - Eu vi ele chegando com esse Ralf. Ele foi conhecer a casa. É uma casa bem afastada. Lá eles podiam fazer a festa que eles queriam, mas o caseiro focou.

Folha - O que o caseiro contou?

imóvel, diz o advogado.

O plano inicial, de acordo com ele, era ter um escritório em Brasília a ser compartilhado pela Leão Leão e o empresário Roberto Carlos Kurzweil. Kurzweil confirma a existência do projeto e a ideia de que o contrato fosse assinado em nome de um funcionário seu, mas diz não se lembrar se o documento foi assinado. “O que eu sei é que a casa não foi alugada nem por um dia”, afirma.

Segundo ele, não faz sentido que o pagamento tenha sido feito pela Cincin Telecom, empresa da qual é sócio. “Eu nunca faria o pagamento por meio da Cincin Telecom porque ele tinha outros sócios, que não tinham nada a ver com a ideia de ter essa casa em Brasília”, diz.

Magalhães - O caseiro ganhava R\$ 500. Eles ofereceram R\$ 1.000 para ele, para ele não conversar fiado. Ai eu ia lá, antes de entregar a casa para eles, e o caseiro já estava falando. Ai chegou no ouvido do Rogério Buratti, que me disse: “Olha lá, esse homem já está conversando fiado e nós queremos sigilo”. Ele mandava o dinheiro da Leão Leão para mim, lá de Ribeirão Preto. Um dia eu liguei para ele no celular para falar sobre a quadra. Ele estava em Paris. Disse para eu passar um fax que a secretária dele liberaria o dinheiro. Eles mandaram R\$ 22 mil, que caiu na conta da dona Elza. Como a quadra não deu o tamanho que eles estavam querendo, disseram que não iriam mais fazer. Ela não quis devolver o dinheiro, para ficar como garantia do aluguel.

Folha - Como eram feitos os pagamentos do aluguel no começo?
Magalhães - Enquanto dona El-

za estava morando no Brasil os pagamentos eram feitos diretamente para ela. Depois que ela foi morar no Paraguai com o dr. Jorge, aí não tinha mais como. Mas, nos últimos dois meses, ela não queria mais porque eles não arrumaram avalista. Ai aconteceu isso aí: o Rogério Buratti queria colocar o contrato no nome dele e da ex-mulher dele, que se chama Elza também. A proprietária não aceitou. Eu disse: “Dona Elza, deixa eles aí, porque eles estão pagando direitinho”. Ela respondeu: “Mas o meu caseiro me contou umas coisas, eu não estou satisfeita. Estão levando mulher para lá, fazendo baderna”. Eles chegaram com uma conversa que a casa ia ser para o ministro.

Folha - O caseiro...

Magalhães - Mas não era esse caseiro [Francenildo dos Santos Costa] que falou bobagem, não. O Francenildo eu acho que não mentiu. Muitas das coisas que eu estava ouvindo ontem [no depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos] bateram igualzinho... O Ralf é que mandava neles todos, porque é amigo do ministro.

Folha - O sr. se lembra em que carro o ministro chegou à casa?

Magalhães - Não sei. Acho que era um Omega. Sô sei que ele me cumprimentou, falou “boa noite”. Eu falei: “Boa noite”. Nem falei ministro para não chocar. Ele falou: “Boa noite, como vai o senhor?”. Foi muito educado. Ai eles entraram na casa e eu fiquei do lado de fora, com um outro rapaz, medindo a quadra.

Folha - O sr. recebeu pagamentos, então?

Magalhães - Só esses últimos dois, mas ela não queria eles, não.

Folha - Como foram pagos esses meses?

Magalhães - Eles mandaram na minha conta. A secretária do Buratti é que mandava pra nós.

FRASES

Só sei que ele [Palocci] me cumprimentou, falou ‘boa noite’. Eu falei: ‘Boa noite’. Nem quis falar ministro para não chocar

Ele [Barquete] é quem mandava e disse: ‘Nós não queremos ficar perto do ministro. (...) Pertinho assim do ministro não é bom

Eles não quiseram o menino [caseiro] mais lá porque ele estava falando que o Palocci estava indo lá, que eles estavam levando mulheres. (...) No dia em que chegou uma mudança de São Paulo, o irmão da dona da casa barrou porque não agüentava mais a farras que eles estavam fazendo na casa.

CARLOS MAGALHÃES
corretor de imóveis em Brasília

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 25 de março de 2006.

“A tática da confusão”, texto objetivo, claríssimo, esclarece o modo típico como o governo Lula age, aliás, não age. O governo Lula “reage”, quando muito. “Confirma-se que confundir o público tem sido a tática deliberada de defesa do governismo”. Também esclarece que a intenção da CPI dos Bingos não é saber da vida familiar do Ministro Palocci mas sim se ele mentiu ao negar ter freqüentado uma casa em Brasília, mantida por lobistas e “escroques de Ribeirão Preto”.

O jornal arremata: “O destino de Palocci não pode ser confundido com a condução da macroeconomia. O fiador da política econômica é o Presidente da República”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

A TÁTICA DA CONFUSÃO

São mais do que precárias as condições políticas de um ministro de Estado obrigado a se isolar como um foragido. Antonio Palocci Filho há quase duas semanas *impõe-se uma espécie de auto-exílio, furtando-se a dar expediente na Fazenda. Ontem escudou-se em um cerrado esquema de segurança para não ser questionado pela imprensa durante cerimônia na capital paulista.* Na Câmara Americana de Comércio, livre para falar sem ser interpelado, Palocci fez um desabafo. Afirmou que tem mantido distância dos jornalistas porque se julga vítima de uma disputa política que não poupa a sua intimidade nem a sua família; que não responde às últimas acusações por serem baixas e ofensivas; e que a economia vai caminhar bem mesmo com a política conturbada.

Confirma-se que confundir o público tem sido a tática deliberada de defesa do governismo nesse lamentável episódio. O estratagema ficara patente quando o PT apelou ao Supremo para sustar -em nome do resguardo da intimidade- o depoimento na CPI do caseiro que contradiz Palocci, quando o presidente da República advertiu que “resolveram mexer na economia” e no kafkiano episódio do uso do Estado para intimidar uma testemunha.

A intimidade e a vida familiar do ministro Palocci não estão em jogo. O que se quer saber é se o ministro mentiu, em atitude incompatível com o exercício do cargo, ao negar ter freqüentado uma casa mantida em Brasília por lobistas e escroques de Ribeirão Preto. Três testemunhas contestam a informação transmitida por Palocci à CPI de que ele, como ministro, não visitou a *mansão do Lago Sul. É seu dever dirimir essa contradição.*

Além disso, o destino de Palocci não pode ser confundido com a condução da macroeconomia. O *fiador da política econômica é o presidente da República*, e é dele que deve ser cobrado o compromisso de manter o arranjo atual, seja qual for o desfecho do escândalo que se abate sobre o seu auxiliar da Fazenda.

A SR^a. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “No labirinto”, da jornalista Mirian Leitão, publicada na coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo** de 23 de março de 2006.

O artigo destaca a trajetória do jovem Paulo Eduardo que, com 18 anos, perdeu as duas pernas e cinco anos depois recebeu o prêmio Faz Diferença do Globo quando subiu, andando, os degraus do palco. Esse jovem em seu discurso falou da luta dos 25 milhões de brasileiros com deficiência e com isso mostrou o quanto nosso País está atrasado no que diz respeito

à concessão de cidadania a essa parcela de nossa sociedade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA.SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAN LEITÃO

No labirinto

“O jovem Paulo Eduardo tinha 18 anos quando ouviu de um paramédico: ‘Você perdeu as duas pernas e terá que viver com isso.’ Esta semana, cinco anos depois, ele subiu, andando, os degraus do palco do Copacabana Palace para receber o Prêmio Faz Diferença do GLOBO. Num discurso forte e emocionado, falou da luta de todos os brasileiros com deficiência: ‘Somos 25 milhões.’”

Há muita notícia ruim nas páginas do jornal. Não é preferência nossa pelo errado, é este o nosso ofício e há abundante oferta desta matéria-prima: a má notícia. No prêmio que damos para os que fazem diferença em cada área, somamos o certo numa noite só. Fica uma sensação de que o país avança pela força de seus cidadãos, a despeito dos percalços e erros.

Se duvidar, faça as contas: uma mulher sozinha, que a imprensa batizou de dona Vitória, com 80 anos, decide gravar durante dois anos os crimes que aconteciam diante de sua janela, e isso leva à prisão 29 traficantes, entre eles 9 policiais cúmplices. Um deputado, Fernando Gabeira, do seu microfone no plenário, alerta o presidente da Câmara que ele está em contradição com o Brasil, e o presidente cai. Duas atrizes, Marieta Severo e Andréa Beltrão, pressionadas pela falta de espaço teatral no país, alimentam o sonho de construir um teatro, e constroem mesmo. Um médico, Drauzio Varella, decide usar novos meios para cumprir seu papel de salvar vidas e consegue, ao mesmo tempo, informar e fazer boa televisão. Um ginasta, Diego Hipólito, fratura a tibia, fica seis meses sem treinar, recupera-se e volta a disputar com garra campeonatos mundiais. No último

Jorge Gerdau. Premiou também um fenômeno de marketing, as sandálias Havaianas que, com 42 anos de existência, renovaram-se, viraram moda e são exportadas para 80 países. Delas, por ano, produzem-se 150 milhões de pares. E outra empresa, a Natura, que abraçou de tal forma a causa ambiental que a atitude agregou valor à sua marca, mostrando uma mudança de valores do próprio consumidor.

Dois conjuntos musicais ganharam prêmio: o Rappa e o Afroreggae. Ambos agradeceram ao poeta Waly Salomão por lhes dar força, orientação, apoio em momentos de dificuldade: um poeta baiano passou pelo Rio e fez toda a diferença no seu curto tempo de vida. Os dois grupos, que hoje vão muito além da música e mudam a perspectiva de vida de milhões de jovens, tiveram no nosso doce Waly uma força que eles não esqueceram.

Quando o Afrolata entrou, com o Afroreggae no palco, com seus instrumentos de percussão feitos de lata, com uma energia inquietante, na entrega do *Personalidade do Ano*, os tapetes do Copacabana Palace começaram a sair do lugar, a força transbordava. Era o fim de uma noite de muita emoção. Paulo Eduardo Aagaard, o Pauê, foi incrível: o rosto menino, a

domingo, recebeu duas medalhas. Um pensador, Adauto Novaes, conseguiu montar ciclos de palestras com temas profundos e inquietantes e pôs 10 mil cabeças para pensar. Um cineasta, Breno Silveira, fez um filme simples, a saga de um brasileiro comum, que virou a maior bilheteria em 20 anos, batendo as produções estrangeiras. E ele já está de olho em outras sagas, histórias de pessoas, de brasileiros. Uma cientista, Mayana Zatz, que vai à luta, tentando convencer deputados de que era fundamental permitir a pesquisa com células embrionárias, e é bem-sucedida em seu desafio. E avisa à imprensa — que ela chamou de aliada — que vai nos convocar para outras brigas. Um epidemiologista, Luiz Loures, mergulha no programa brasileiro contra a Aids e vira o diretor de Iniciativas Globais, um dos postos mais altos do Programa de Aids das Nações Unidas. No discurso, contou que o Brasil fez diferença no mundo neste assunto: fez um programa pioneiro de combate à epidemia que virou modelo mundial, copiado por vários países. Mas alerta que a luta contra a Aids é a luta contra outras mazelas: a violência contra a mulher, por exemplo.

Na economia real, terreno tão repleto de más notícias, o jornal premiou o presidente de uma empresa que tem mais de 100 anos, vai muito bem de saúde e virou empresa globalizada, mantendo-se brasileira: a Gerdau, de

força inesperada e um discurso claro comoveram. Depois do acidente, ele virou um desportista, ganhou o campeonato mundial de triatlo para biamputados no México e se prepara para a mais difícil prova do gênero no Havaí. Sua fala é clara, ele estende sua visão aos outros milhões que precisam de apoio para vencer.

Dona Vitória, uma pessoa da qual não sabemos nome nem rosto, não pôde ir, pois está no Programa de Proteção à Testemunha, mas mandou um impressionante depoimento gravado por ela mesma. A personagem, descoberta pelo repórter Fábio Gusmão, do “Extra”, dá uma lição que vai além até da prisão de 29 pessoas. Ela disse que não é fácil viver o que está vivendo, que não se sente heroína, apenas fez o que era natural e espera que outras pessoas façam também a sua parte; no fim, lembra que o Brasil não tem que aceitar o que aceita, porque não é uma colônia, é um país livre. Sua mensagem ficou mais forte porque dita por aquela voz com misturador, por uma pessoa que tem que se esconder por ter feito a coisa certa. O Brasil tem andado de baixo astral pelos inúmeros erros dos políticos e das instituições, pelo crime que se alastra parecendo invencível, mas quem faz a soma dos atos de pessoas, comuns ou famosas, velhas ou jovens, fica com a doce sensação de que a gente vai encontrar a saída deste labirinto.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de março do corrente.

A matéria mostra que “A Presidência da República decidiu suspender o acesso do Senado aos comprovantes de despesas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetuadas com dinheiro sacado das contas dos cartões corporativos.” O parecer, assinado pela Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, negou o acesso às despesas efetuadas com o Presidente da República “por se tratarem de informações sigilosas”.

Concordo com o Senador Alvaro Dias: “É um absurdo impedir o Congresso Nacional de realizar seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

FOLHA DE S.PAULO

ESCALAFÃO DO “JORNALISMO”/PRESIDENTE NA MIRA

Análise em saques de cartões corporativos foi proibida por questões de segurança, diz ministério; técnico do TCU fiscalizava a pedido do Senado

Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto

RUBENS VALENTE

DA SUPLENTE DE BRASILIA

A Presidência da República decidiu suspender o acesso do Senado aos comprovantes de despesas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetuadas com dinheiro sacado das contas dos cartões corporativos da Casa Civil.

Após a aprovação de um requerimento apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a Mesa do Senado credenciou um técnico do TCU (Tribunal de Contas da União) para analisar as prestações de contas.

A oposição queria averiguar as suspeitas de uso indevido dos cartões, além da idoneidade das notas fiscais apresentadas como

comprovante dos gastos daqueles que têm a prerrogativa de utilizar os cartões. Já surgiram suspeitas de notas fiscais sem contrapartida na utilização dos cartões corporativos. A Casa Civil já realizou sindicância sobre o caso.

O técnico foi aos arquivos da Presidência por cerca de 20 dias. Quando a pesquisa avançou para os gastos do presidente, contudo, a Casa Civil resolveu intervir. O técnico foi proibido de ter acesso aos documentos, o que causou revolta entre alguns senadores.

“Deve-se negar imediatamente acesso do servidor a serviço do

Senado aos processos de prestação de contas relativos ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), mormente aqueles relacionados a despesas efetuadas com o presidente da República, por se tratar de informações sigilosas”, afirmou, em parecer assinado pelo assessor Fernando Luiz Faria e datado do último dia 10 de março, a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Segurança

No parecer, a Casa Civil argumenta razões de risco para a segurança de Lula e de seus familiares.

“Sobre o prisma da segurança do presidente, de seus familiares e de chefes de Estados e governos estrangeiros em visita ao país, a possibilidade de acesso a essas informações deve ser examinada com prudência, pois com as simples informações contidas em ex-

tratos das faturas dos cartões, tais como locais de estadia, gastos com alimentação e despesas com transporte, pode-se estimar o número de pessoas destinadas à segurança das mencionadas autoridades, o percurso, o local de hospedagem e os meios de transporte

comumente utilizados”, diz o parecer feito pela Casa Civil.

“É absurdo impedir o Congresso Nacional de realizar seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo”, reagiu Alvaro Dias, ao saber do teor da justificativa para impedir o acesso do funcionário.

Na última segunda, o primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (PFL PB), enviou ofício a Dias para afirmar que “não há irregularidade nenhuma a sanar a tramitação do requerimento”, sendo, portanto, improcedente o parecer da Casa Civil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A republiqueta de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de março do corrente.

O autor destaca que “a sanha com que o governo Lula se atira sobre o caseiro Francenildo não é apenas coisa de gâsters, como diz o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. É também coisa de republiqueta bananeira, dessa em que todo

o aparelho de Estado está a serviço não do público, mas dos ocupantes de turno do poder”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A republiqueta de Lula

SÃO PAULO - *A sanha com que o governo Lula se atira sobre o caseiro Francenildo não é apenas coisa de gâsters, como diz o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. É também coisa de republiqueta bananeira, dessas em que todo o aparelho de Estado está a serviço não do público, mas dos ocupantes de turno do poder.*

Os Somozas faziam a mesmíssima coisa. No Brasil, só faltam o poder absoluto e as violências que o acompanham, porque o resto, especialmente o deboche, está presente.

Investiga-se o caseiro por suposta suspeita de lavagem de dinheiro, mas não se tem notícia de investigação parecida sobre “os mensaleiros”, embora alguns até tenham confessado o crime do caixa dois (“coisa de bandido”, segundo o ministro da Justiça).

Aliás, o caseiro teve o azar de cair na magérrima cota de 0,5% das investigações efetivamente feitas sobre as 85 mil comunicações de supostas irregularidades nesse campo.

Ou seja, “para os amigos tudo, para os inimigos todo o rigor da lei, quan-

do possível”, frase que se atribui a Benedito Valladares (1892/1973), condestável da República Velha.

Na republiqueta lulo-petista, “coisa de bandido”, como o caixa dois, vira apenas “erro dos companheiros”. Mentira, em depoimento à CPI, vira, na novilíngua da republiqueta, “imprecisão terminológica”. Crime de violação do sigilo bancário vira “divulgação indevida”.

Maquiam cotidianamente a podridão com o caixa dois do idioma.

Eu, que achava que a corrupção e a desfaçatez do governo Collor seriam imbatíveis para todo o sempre, começo a desconfiar que estava completamente equivocado.

Não sei, ninguém sabe, se a corrupção é maior agora, com Collor ou no governo Fernando Henrique. Ninguém investiga a sério, a não ser caseiros. Mas não me lembro de nenhum “collorido” ter bancado Carmen Miranda de republiqueta no plenário, como fez Ângela Guadagnin, obviamente do PT.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci fica no cargo, mas oposição eleva o tom das críticas”, publicada no jornal Valor Econômico de 20 de março do corrente.

A matéria comenta a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O “vazamento” das informações, como o governo insiste em chamar, revoltou a oposição. “Há meses a CPI dos Bingos tenta quebrar o sigilo bancário de Paulo Okamoto (Presidente do SEBRAE) e não consegue”, observou o líder Arthur Virgílio.

O Deputado Roberto Freire acrescentou: “Fazem essa devassa ilegal porque trata-se de um trabalhador humilde, que presenciou fatos que abalam, desmascaram o governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Congresso Ministro tem o apoio do governo e do PT para permanecer no ministério até fim do mandato

Palocci fica no cargo, mas oposição eleva tom das críticas

**Cristiano Romero
e Paulo de Tarso Lyra**
De Brasília

A oposição decidiu questionar o governo sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Informações publicadas no fim de semana pela revista "Época" mostram que o caseiro, que testemunhou semana passada contra o ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos, teria recebido R\$ 38.860 em depósitos feitos, nos últimos três meses, em sua conta na Caixa Econômica Federal. O governo desconfia que Francenildo recebeu o dinheiro para fazer acusações a Palocci.

O vazamento das informações bancárias do caseiro revoltou a oposição. O presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE), informou ontem que seu partido entrará com representação criminal, no Ministério Público, em Brasília, contra a quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo. A CPI dos Bingos exigirá, por sua vez, explicações da Caixa Econômica Federal, banco estatal que é vinculado ao Ministério da Fazenda. Senadores da oposição prometem ir hoje à tribuna interpelar o governo.

"Hoje é o direito do caseiro a ser

violado. Amanhã pode ser o de qualquer outro cidadão. Basta ser inimigo do governo para se tornar alvo de um Estado cujas instituições estão sendo usadas para perseguir, como ocorre em regimes ditatoriais", afirmou o deputado Roberto Freire em nota oficial. "Estamos ou não em um estado de direito? Como é que uma instituição financeira do governo, como a Caixa, e quem sabe o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), ambos subordinados ao ministro que é alvo do desmentido de Francenildo, quebram sorrateiramente o sigilo bancário de um trabalhador e repassam toda a sua movimentação bancária à imprensa? A intenção óbvia é desqualificar um homem que desmentiu o ministro Palocci. Para isso se ultrapassaram todos os limites do respeito aos direitos individuais, rasgaram as leis, desprezaram a democracia; usaram o Estado para cometer crime em prol de um ministro, de um partido."

"Há meses a CPI dos Bingos tenta quebrar o sigilo bancário de Paulo Okamoto (presidente do Sebrae) e não consegue", observou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). No início de 2003, Okamoto pagou quase R\$ 30 mil

de uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT. A CPI tentou, sem sucesso, quebrar o sigilo de Okamoto, que é amigo do presidente, para saber como ele conseguiu o dinheiro. "Com que cara ficam os correntistas da Caixa depois desse vazamento de dados bancários?", indagou Virgílio.

"Fazem essa devassa ilegal porque trata-se de um trabalhador humilde, que presenciou fatos que abalam, desmascaram o governo", acrescentou Freire. Na representação criminal, o PPS também exigirá explicações da Polícia Federal, que teria, segundo o partido, solicitado o cartão bancário do caseiro quando ele esteve na sede da instituição para depor.

No governo, a ordem do presidente Lula é defender Palocci. O ministro permanecerá no cargo. Segundo dois ministros ouvidos pelo Valor, Palocci descartou a possibilidade de se desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições deste ano. Pelas regras, ele teria que fazer isso até o próximo dia 31.

Ao contrário do que aconteceu nas crises anteriores que o atingiram, o ministro desta vez não pediu demissão do cargo. Pela primeira vez, tem também o apoio de

tudo o ministério e do PT. "Se depender do presidente, enquanto as denúncias estiverem no campo pessoal, não há qualquer hipótese de Palocci deixar o ministério", assegurou o ministro da coordenação política, Jaques Wagner.

O governo continua com o discurso ensaiado de que os ataques da oposição têm um viés eleitoral. "Eles estão vendo que as pesquisas nos colocam à frente. Se continuarmos assim e com as perspectiva de crescimento da economia, o que resta a eles é tumultuar. Arrumaram um jeito agora", acusou Wagner. Para o ministro, se "eles

baterem três, quatro, cinco dias e Lula deixar claro que não vai mudar o ministro, vão acabar parando". "No meio dessa guerra toda, estamos nos reagrupando", celebrou ontem um ministro. "Vamos para a guerra!"

Ir para a guerra, segundo esse ministro, é jogar com as supostas armas da oposição. Para o governo, o depoimento do caseiro contra Palocci foi uma "armação" feita pela oposição. Como Francenildo alegou que o dinheiro depositado em sua conta veio de seu pai, o empresário piauiense Eurípedes Silva, o governo suspeita que um políti-

co daquele Estado estaria por trás da suposta manobra.

O que complica a tese do governo é que, em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", a mãe do caseiro, Benta Maria dos Santos Costa, teria confirmado que Eurípedes Silva é pai de seu filho e que ele teria depositado o dinheiro por ter fechado um acordo, reconhecendo a paternidade e, assim, evitando sofrer uma ação judicial. "É uma guerra. Não vai parar. A oposição não vai recuar. Eles querem nos tirar do poder à tapa, mas ninguém ganha eleição só jogando lama", disse um ministro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Um assessor sob suspeita”, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 21 de março do corrente.

O artigo destaca que quatro pessoas, de setores distintos do governo, disseram ontem ao jornal **Correio Braziliense** que as informações bancárias do caseiro Francenildo dos Santos Costa foram divulgadas por um assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci. Segundo essas pessoas, o assessor dá expediente a poucos metros do gabinete do chefe, está com ele

desde o início do governo e tem acesso a todas as informações da área na “jurisdição” da Fazenda.

Senhor Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

CRISE ETICA

Surgem indícios de que o vazamento de informações bancárias de Francenildo dos Santos partiu de funcionário do Ministério da Fazenda. O extrato teria sido retirado quando o caseiro estava na PF

UM ASSESSOR SOB SUSPEITA

LÚCIO YAZ, UGO BRAGA,
VICENTE NUNES E
LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Quatro pessoas, de setores distintos do governo disseram ontem ao **Correio** que as informações bancárias do caseiro Francenildo dos Santos Costa foram divulgadas por um assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Este assessor dá expediente a poucos metros do gabinete do chefe, está com ele desde o início do governo e tem acesso a todas as informações de qualquer área na “jurisdição” da Fazenda.

A informação é grave porque os dados bancários do caseiro fo-

ram vazados com o propósito de desacreditá-lo como testemunha. Ou seja, alguém de dentro do gabinete de Palocci teria divulgado uma informação resultante de quebra ilegal de sigilo bancário de um cidadão que não é investigado em nenhuma instância policial ou judiciária com o único objetivo de difamá-lo e, com isso, reduzir a credibilidade de seu testemunho.

Lobistas

Na última quinta-feira, Francenildo foi à CPI dos Bingos e reafirmou ter visto Palocci na casa da Q101 do Lago Sul alugada em 2003 pelo economista Vladimir Poleto. O imóvel serviu de base para o grupo de lobis-

tas acusado de extorquir R\$ 6 milhões da multinacional Gtech, na renovação de um contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal assinado em abril de 2003. Palocci disse que jamais foi à mansão. Francenildo o desmentiu, reconhecendo-o como frequentador da residência.

Na noite do mesmo dia, o site da revista *Época* reproduziu na internet informações do extrato de uma conta-poupança mantida por Francenildo na Caixa Econômica Federal. Os dados mostravam depósitos totalizando R\$ 38 mil feitos nos últimos dois meses por um empresário do Piauí. A partir daí, aliados do governo passaram a sugerir que o depoi-

mento do caseiro fora comprado e, portanto, não merecia crédito.

O extrato bancário de Francenildo foi tirado às 20h58 da quinta-feira. Na ocasião, o caseiro estava dentro da Polícia Federal, inscrevendo-se no programa de proteção a testemunhas. Ele já informou ter entregue todos os seus documentos — inclusive o cartão do banco — a um agente da corporação, que teria passado 20 minutos com eles fora de sua vista.

O **Correio** procurou o assessor suspeito de ter vazado os dados do caseiro, mas ele não respondeu os contatos da reportagem. Como todos os informantes pediram anonimato, o jornal decidiu resguardar o nome do assessor do ministério.

ENTENDA O CASO

Lobistas na mansão do Lago Sul

Em 2003, ano da posse do presidente Lutz Inácio Lula da Silva, um grupo de lobistas veio de Ribeirão Preto (SP) se instalar em Brasília tentar intermediar negócios com o governo. Este grupo era formado pelo advogado Rogério Burattini, pelo economista Vladimir Poleto e pelo empresário Roberto Carlos Kurzweil. Todos são ligados ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, desde a época em que ele administrou a cidade de Ribeirão Preto.

No início daquele ano, Poleto alugou uma mansão na Q101 do Lago Sul. Lá, fazia reu-

niões com empresários, dava festas e churrascos. Recebia Ralf Barquette e Ademirson Ariovaldo da Silva, ambos ligados a Palocci. O primeiro era assessor especial da presidência da Caixa. O outro, secretário particular do ministro.

Quatro meses depois da posse, a Caixa e a Gtech negociaram a renovação de um contrato de R\$ 650 milhões referente aos serviços de controle e processamento das loterias federais. Este contrato é uma das linhas de investigação da CPI dos Bingos. Para examiná-lo, a

comissão quebrou os sigilos fiscal, bancário e telefônico do grupo apelidado de “República de Ribeirão Preto”.

E descobriu uma frenética troca de ligações entre os personagens nos dias críticos da negociação. O celular do secretário pessoal do ministro participa dessas conversas. Chamados a se explicar, todos eles se disseram amigos e afirmaram que falavam apenas amenidades nos telefonemas. Palocci negou até mesmo que sequer tenha ido à mansão onde o grupo se orga-

nizava e se confraternizava.

Em janeiro, o **Correio** publicou reportagem mostrando que os dados do sigilo telefônico de Ademirson contêm indícios de que o aparelho era usado de fato pelo chefe dele. No início deste mês, a CPI ouviu o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para Poleto e afirmou que Palocci foi sim à casa. Na semana passada, o caseiro Francenildo dos Santos Costa compareceu à comissão e confirmou a informação: Palocci não foi à casa umas poucas vezes, mas frequentou-a.

Troca de acusações

A violação do sigilo abriu uma nova frente de crise no Congresso. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou um requerimento à presidência do Senado pedindo que a Casa solicite a quebra do sigilo da conta corrente, da poupança e de operações com cartão de crédito de Francenildo. Na justificativa, o senador petista diz que o Senado encontra-se em uma encruzilhada: "O depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?", questionou. A CPI dos Bingos, o caseiro afirmou que o

ministro da Fazenda, Antonio Palocci, frequentava a mansão do Lago Sul conhecida como "República de Ribeirão". A casa era ponto de encontro de assessores do ministro envolvidos em irregularidades.

A atitude de Tião Viana provocou uma reação de Francenildo, que à noite telefonou para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) colocando à disposição o seu sigilo bancário completo. Segundo o senador, o caseiro disse que "espera que os ricos investigados façam o mesmo".

Constrangendo ainda mais o PT, a oposição contra-atacou e resolveu requisitar ao plenário do Senado dados que a CPI dos Bingos ainda não obteve. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou requeri-

mento pedindo a quebra do sigilo, nos últimos cinco anos, do filho do presidente Lula Fábio Luís. Ele é acusado de se beneficiar em contratos firmados com a empresa Telemar.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) decidiram apresentar um requerimento nos mesmos moldes, exigindo a quebra de sigilo do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que teria pago uma dívida pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), reagiu: "Isso é inadmissível". Os pedidos vão agora para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Dificilmente serão acatados. Já ontem, muitos senadores reagiram, argumentando que os pedidos são ilegais. (LT e LS)

Jobim: "Afronta à Constituição"

LILIAN TAHAM E
LETICIA SANDER

DA EQUIPE DO CORREIO

A divulgação dos dados bancários de Francenildo dos Santos também provocou a desaprovação do Poder Judiciário. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, considerou a quebra de sigilo de Francenildo "uma afronta à Constituição" e disse que atitudes como essa devem ser evitadas a qualquer custo: "Não podemos conviver com esse tipo de situação, porque senão isso não pára", alertou.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, reprimiu a divulgação da movimentação bancária do caseiro. "É necessário que haja a cabal investigação desse episódio. Do contrário, vamos parar num clima de vale-tudo político, de selvageria que não interessa a ninguém", avaliou Mendes.

A Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também reagiram à quebra de sigilo de Francenildo. O presidente da OAB, Roberto Busato, classificou o episódio como gravíssimo e qualificou os responsáveis pela quebra do sigilo de gangsters. "Uma coisa é procurar desqualificar a acusação. Isso faz parte do jogo político. Mas desqualificar quem faz a acusação, como o que ocorreu é trabalho de gangster".

Blindagem

Busato associou o caso de Francenildo à providência do governo de blindar o presidente do Sebrae e amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto. Ele é acusado de usar dinheiro de caixa dois para pagar dívidas pessoais do presidente e seus familiares. Mas apesar dos indícios de corrupção, Okamoto está protegido por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a quebra de sigilo bancá-

rio, telefônico e fiscal. "A quebra ou não de sigilo é usada acima da lei, de acordo com a necessidade. No caso de Okamoto, foi preservado o sigilo, ele é amigo do presidente Lula e era acusado de usar a conta bancária para pagar despesas nebulosas do presidente", compara.

Busato diz que na hipótese de que seja confirmada a participação de órgãos federais na divulgação dos dados, o caso se torna potencialmente mais grave. "Demonstra que governo persiste na falta de ética que envergonha a nação, rodando a ciranda de delitos, crimes e quebras de direito para se dar bem", critica. "Isso é um típico recado de intimidação e de que o Estado pode estar serviço de interesses políticos quebrando até mesmo garantias constitucionais antigas. Uma atitude como essa acaba gerando clima de insegurança total no país", completou o presidente da AMB, Rodrigo Collaço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Moral torta”, publicada na revista **Veja** em sua edição de 29 de março do corrente.

A matéria destaca a grotesca atitude da deputada petista Ângela Guadagnin, que depois da absolvição do deputado petista João Magno ensaiou uma dança comemorativa no plenário da Câmara dos Deputados. O escândalo que foi a absolvição do deputado deveria ser recebido em silêncio, mas a deputada achou por bem

festejar. Isso ilustra bem o grau de degradação moral do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

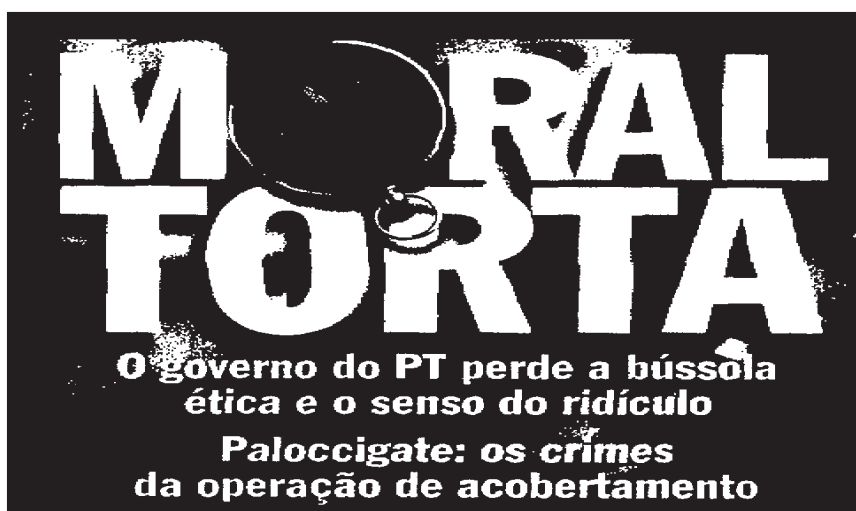
Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Se são maus os exemplos, mais as pessoas vão se sentir liberadas para recorrer a “jeitinhos” e “tirar vantagens”.

Na semana passada, o Ibope divulgou os resultados de um estudo intitulado “Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?”. Duas mil pessoas foram entrevistadas ao longo do mês de janeiro, e as conclusões são incômodas. Quase 90% dos entrevistados declararam que os políticos brasileiros agem pensando apenas em seu próprio benefício, e 82% dizem que a classe política brasileira em geral é corrupta. Para 95% dos entrevistados, superfaturar obras públicas ou desviar recursos do governo para fins próprios são práticas inaceitáveis, e 89% consideram o caixa dois igualmente inadmissível. As coisas se confundem na segunda parte do levantamento. De maneira abstrata, o brasileiro se acha melhor do que os políticos que o representam: 64% consideram que o povo, em geral, é honesto. Ao mesmo tempo, 75% dos entrevistados admitiram que, se eleitos para um cargo público, poderiam “cair na tentação” de se locupletar. E 98% afirmaram que pessoas de suas relações já praticaram pelo menos um ato condenável — como pagar suborno para escapar de uma multa, apresentar atestados médicos falsos ou consumir produtos piratas. Os resultados da pesquisa revelam uma dicotomia: a população repudia firmemente a corrupção, mas comete e tolera desonestidades.

Constatações desse tipo não são propriamente uma novidade. As ciências so-

A DANÇA DA IMPUNIDADE

Na semana passada, depois que seu colega petista João Magno escapou da cassação, a deputada Ângela Guadagnin ensaiou uma dança comemorativa no plenário da Câmara. Magno recebeu mais de 400 000 reais do valerioduto. O escândalo que foi sua absolvição deveria ser recebido em silêncio, mas Ângela achou por bem festejar. Foi um retrato grotesco do cinismo na política

O vídeo da comemoração em
www.veja.com.br

ciais brasileiras têm uma longa tradição de análise desse paradoxo. No clássico *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda usou a expressão “homem cordial” para designar a tendência do brasileiro de se guiar sempre por princípios familiares e afetivos, mesmo no trato de questões que deveriam exigir uma postura distanciada e abstrata. O antropólogo Roberto DaMatta retoma e atualiza esse raciocínio ao falar de uma “ética da casa”, que coloca os interesses privados à frente de tudo o mais e só reconhece direitos a quem é parente, amigo ou companheiro. A implicação mais evidente dessa tendência a tratar o Estado como se fosse uma ex-

tensão da própria casa é o nepotismo. Mas, em certa medida, a corrupção também é determinada por ela. O escritor argentino Jorge Luis Borges, em um ensaio irônico sobre seus compatriotas, deixou uma nota que poderia valer para o Brasil: “O Estado é impessoal; o argentino só concebe uma relação pessoal. Por isso, para ele, roubar dinheiro público não é crime”.

A pesquisa do Ibope e argumentos desse tipo parecem dar razão aos que pensam que o público e o privado estão numa relação inextricavelmente doentia no Brasil. O antídoto contra o pessimismo é a história recente de conquistas institucionais do país. Contrariando o que disse Sérgio Buarque de Holanda numa das passagens mais amargas de *Raízes do Brasil*, a democracia já deixou de ser um mero “mal-entendido” no país. Até as tradições do homem cordial vão sendo, aos poucos, derrotadas — o fim do nepotismo no Judiciário é um bom exemplo disso. Numa democracia, além disso, a ideia de que sociedade e governo são a mesma coisa não se sustenta. Ela pertence a outras realidades.

O mais chocante nas transgressões atuais do governo é o fato de que elas são um ataque organizado à ética pública. “O partido que prometia ser republicano e anunciava um governo transparente reitera os velhos costumes dos coronéis. É um escândalo”, diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp. Na infame entrevista de Paris, o presidente Lula tentou desculpar o caixa dois com o argumento de que essa contabi-

lidade alternativa é uma praxe antiga no Brasil. Diante dos fatos que vão derrubando seus auxiliares mais próximos, ele mantém o discurso de que nunca soube da corrupção. Os deputados pegos com a mão no valerioduto defendem-se com a teoria de que “só tomaram o dinheiro para pagar dívidas de campanha”, como se a finalidade dada a recursos ilícitos de algum modo os tornasse menos sujos. E o argumento é aceito no Congresso. O cinismo diante dos descabros políticos ganhou sua imagem exemplar na semana passada, com a grotesca dancinha com que a deputada Angela Guadagnin comemorou a não-cassação do seu colega mensaleiro João Magno.

Não há argumento que permita desculpar as contravenções que os brasileiros cometem no dia-a-dia — muito menos o de que o mau exemplo vem de cima. Assim como os desmandos petistas, as sonegações, as trapaças e mesmo aqueles gestos que não são contra a lei, mas quebram a civilidade, são um atraso para o país. Mas imaginar que em algum momento futuro os dilemas éticos vão sumir é irreal. Os conflitos de moralidade são um dos grandes temas do pensamento contemporâneo. Sua expressão mais dramática está nas falas do papa Bento XVI. Em sua carreira de teólogo, ele sempre atacou o relativismo — a teoria de que não existem critérios éticos absolutos. “Caminhamos para uma ditadura do relativismo, que faz do ego e dos desejos de cada indivíduo a medida de todas as coisas”, disse ele pouco

antes de ser eleito sucessor de João Paulo II. Bento XVI gostaria de restaurar a lei divina como parâmetro da justiça, mas as alternativas à doutrina religiosa são inúmeras no mundo atual.

Em meio ao cipoal de teorias, realizar escolhas éticas é ainda problemático. O jornal americano *The New York Times* criou uma seção semanal, meio séria, meio humorística, dedicada a discuti-las. “Se todas as pessoas consultassem o jornal antes de cometer uma estripulia, o mundo ficaria bem melhor”, brinca Randy Cohen, titular da coluna O Eticista. Na ética cotidiana, chegar ao certo ou ao errado depende da reflexão contínua. Alguns temas, como o do aborto, da eutanásia, do casamento homossexual e da clonagem, são verdadeiros campos de batalha. Mas a concordância em torno de muitos valores também cresce. A discriminação por sexo ou raça, por exemplo, é hoje universalmente condenada — e não era assim há menos de um século. Não há por que acreditar que o fim do mundo está à vista. A seguir, VEJA propõe quarenta questões éticas do cotidiano e arrisca-se a dar as respostas. Leia-as como nossa opinião, baseada no senso comum e na orientação de filósofos e professores de ética. Divirta-se.

ÉTICA COTIDIANA

Todos os dias, no noticiário, lêem-se denúncias de corrupção e atos criminosos por parte de políticos e governantes. Essa situação torna desculpáveis as pequenas transgressões que os cidadãos cometem no dia-a-dia?

De forma nenhuma. É execrável que figuras públicas ou eleitas pelo voto popular não sejam nem a sombra do exemplo ético e moral que se espera que elas sejam. O fato de haver criminosos ou suspeitos em altos postos da hierarquia política só aumenta a responsabilidade pessoal dos cidadãos de bem.

Pedir ao avô ou a uma amiga grávida que compre ingressos na fila preferencial é passar os outros para trás?

Sim. O avô ou a amiga grávida, a seu pedido, estará aumentando o número de pessoas em uma fila que, de outro modo, seria menor.

Pagar a alguém para ficar na fila no seu lugar ou pedir esse favor a um amigo prejudica os demais?

Não prejudica. O que conta em uma fila é o número de pessoas que estão nela. A troca de uma pessoa por outra não altera o resultado final do incômodo.

Consumir produtos importados de países que comprovadamente usam mão-de-obra escrava equivale a aprovar essa prática?

Pior do que isso. Equivale a financiar essa prática. Evitar esses produtos é a coisa certa a fazer — mesmo que isso não sirva para punir economicamente o explorador —, pois outras pessoas vão continuar a comprá-los.

Um motorista profissional que precisa da carteira de habilitação para sobreviver e alimentar mulher e filhos recebe uma multa que implica a perda do direito de dirigir. É ético ele pedir à mulher que assuma a responsabilidade pela multa?

Eis um dilema. Mas a resposta é não. O acúmulo de multas, assumindo que os guardas de trânsito agiram corretamente, mostra que ele não é um motorista responsável. Portanto, do ponto de vista do bem comum, o certo é impedi-lo de dirigir. O ideal seria que, nesses casos, o Estado tivesse mecanismos de amparo à família do motorista e oferecesse um curso de reeducação para o trânsito no prazo máximo de uma semana após a perda da habilitação.

Uma gravadora anuncia que não tem planos para lançar no Brasil determinado DVD. Esse mesmo DVD é vendido em cópias piratas. Nesse caso, é ético recorrer ao mercado negro?

É quase irresistível, mas a resposta é não. Comprar o DVD em questão estimula a pirataria, atividade que concentra renda nas mãos de bandidos, destrói empregos formais e empobrece as pessoas honestas.

Os brasileiros trabalham quatro meses por ano para pagar impostos que serão desperdiçados por gestores incompetentes ou vão parar, em parte, no bolso de corruptos. Portanto, obter um desconto no consultório médico aceitando a proposta de pagar “sem recibo” é não apenas uma vantagem pessoal, mas também vingança contra o governo. Certo?

Certamente é as duas coisas. Mas é também um claro atentado à ética. Não se combate a corrupção com corrupção. A maneira de protestar contra governos que gastam demais e políticos desonestos é nas urnas. Pode demorar e ser pouco eficiente, mas é assim que se constrói um país.

Mas o valor que se paga em impostos não é devolvido na forma de benefícios. Não é realmente legítimo buscar atalhos para diminuir a carga tributária pessoal?

Não, porque o Estado vai obstinadamente buscar a quantia de que precisa para pagar o serviço de sua dívida e financiar seu funcionamento. Portanto, quem paga menos vai sobrecarregar quem paga corretamente. Vai penalizar a vítima e não o culpado, o Estado. Procurar atalhos legais para diminuir o valor do imposto a pagar é correto.

Registrar um imóvel por um valor mais baixo para escapar dos impostos é prática corriqueira no Brasil. Isso é aceitável?

O certo é pagar os impostos pelo valor exato da transação. Proteste nas urnas escolhendo candidatos com planos viáveis de baixar tributos. Organize passeatas contra os impostos altos, junte-se a grupos que já protestam...

Avançar o sinal vermelho à noite, quando quase não há movimento, aumenta a segurança contra assaltos. Isso é correto?

Sim. Como lembra Ubirajara Calmon Carvalho, professor de filosofia da Universidade de Brasília,

“as regras foram feitas para o ser humano, e não o contrário”. Nesse caso específico, fica a critério do motorista proceder da maneira mais segura para ele e para os outros.

É certo avançar na faixa mesmo quando não há pedestres passando?

De dia, não. De madrugada, diminua a marcha, observe com cuidado redobrado e atravesse.

Usar o telefone da empresa para interurbanos particulares é uma maneira de economizar. Mas isso é aceitável?

Isso é furto. Equivale a abrir o cofre da empresa e enfiar a mão em um maço de dinheiro. Salário baixo, mesquinhez patronal ou más condições de trabalho não justificam esses pequenos expedientes.

É melhor ter meninos malabaristas, engolidores de fogo e vendedores

CONTRA O CONHECIMENTO

Há duas semanas, o Movimento de Mulheres Camponesas — um braço do Movimento dos Sem Terra — invadiu um centro de pesquisas da companhia Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS), e destruiu cerca de 1 milhão de mudas de eucalipto geneticamente modificadas. O MST proclama-se como um movimento revolucionário e, como tal, quer romper com a ordem institucional. A princípio, portanto, reprovações éticas são inúteis, já que as mascaradas não reconhecem direitos “burgueses” como a propriedade privada. Em um ponto, porém, o vandalismo dessas mulheres extrapola qualquer sistema ético — até os revolucionários. As mudas destruídas eram fruto de uma década de pesquisa. Foi um atentado não só à propriedade, mas também ao conhecimento.

de balas nos cruzamentos das grandes cidades do que tê-los assaltando, certo?

Não. As duas coisas não são excluídas. O mais útil para a sociedade é que os meninos e meninas estejam na escola estudando, sendo alimentados e orientados. Mas a caridade individual não deve ser regulada por uma ética coletiva. Ela pertence àquela região interior em que manda a convicção pessoal.

Quem consome drogas ocasionalmente está ajudando o crime organizado e financiando, sem querer ou saber, latrocínios, seqüestros e chacinas?

Sim. Sem o dinheiro dos consumidores, o tráfico de drogas desapareceria. O “ocasionalmente” não torna o consumo mais aceitável. É o mesmo que aceitar que uma pessoa cometa no máximo dois ou três assassinatos por ano.

“Eu apanhei dos meus pais e me tornei um adulto psicologicamente normal, um bom marido e um profissional correto. Isso me diz tudo e que preciso saber sobre dar umas palmadas nos meus próprios filhos.” Certo?

Não. Castigos físicos deseducam.

Um amigo relapso, de péssimo desempenho escolar e vida desregrada contava a todos que conseguira um emprego exagerando suas qualidades no curriculum vitae. Desde que começou a trabalhar, ele se endireitou e hoje pede a todos que não contem a seu patrão o “deslize” inicial da carreira. É certo ajudar o amigo a esconder o embuste?

Não, mas, se o sujeito se endireitou, deixa pra lá.

Na dúvida sobre quem roubou uma prova, o professor decide punir igualmente toda a classe. Para a maioria, a punição terá efeitos superficiais. Para dois alunos pobres, porém, ela significará a perda da bolsa de estudos e a expulsão do colégio. O professor deveria relevar o erro coletivo para salvar os dois alunos pobres?

Sim. Injusto é permitir que um mesmo erro ou suspeita produza punições tão díspares, atingindo violentamente alguns, enquanto outros se safam com apenas uma admoestação.

Um colega de classe invariavelmente leva “cola” em dias de prova. O correto é delatá-lo?

Não. Na cultura brasileira delatar é pior do que colar.

Permitir que filhos adolescentes procedam de maneira errada na escola e em sociedade sob a desculpa de que eles — os pais — também fizeram suas bagunças é certo?

É cômodo, mas não é certo. O aprendizado se faz com base nas experiências, boas ou ruins, de gerações passadas. “Sorte dos filhos cujos pais aprenderam com os erros da adolescência”, diz o filósofo Alípio Casali, da PUC de São Paulo.

Os ativistas de defesa dos animais jogam tinta nos casacos de pele das pessoas no Hemisfério Norte. Isso é correto?

Não. Essas agressões não inibem a matança de animais. O mais eficiente é mostrar imagens de filhotinhos submetidos a sofrimentos indizíveis.

Estacionar em fila dupla é proibido, mas dar uma paradinha rápida para comprar um remédio ou entregar uma encomenda é um delito menor, não?

A parada só é rápida para quem parou. Para as outras pessoas, dependendo da pressa, essa manobra pode significar um incômodo gigantesco.

Uma das professoras da pré-escola decidiu contar a um menino que Papai Noel não existe. A justificativa dela foi que os coleguinhas já não acreditavam e faziam troça dela. Ela agiu corretamente?

Não. A escola ensina, os pais educam. Caberia à professora alertar os pais para a situação incômoda do filho.

Um médico propõe dar dois recibos com datas diferentes de modo que o valor de cada um fique dentro da quantia coberta pelo seguro-saúde. Assim, o paciente conseguirá ser reembolsado pelo valor total da consulta. É errado aceitar a oferta?

Sim. Os custos dos planos médicos particulares são calculados sobre toda a sua base de clientes. Com sua economia, você acabará tornando as mensalidades mais altas para quem age de acordo com as regras.

Uma pessoa tem certeza de que tolera muito bem a bebida e se sente apta a dirigir mesmo depois de tomar três doses de uísque. A lei não deveria prever esses casos?

Não. O limite alcoólico estabelecido em lei é aquele a partir do qual a maioria dos seres humanos tem sua capacidade de julgamento comprometida. Deixar esse limite ser estabelecido caso a caso não funciona.

Você acredita que um amigo de seu filho adolescente é uma má influência. Não transmitir os recados que esse amigo deixa com a intenção de proteger seu filho é uma boa idéia?

Não. Além de ser uma tática pouco eficaz, ela tem uma dose de desonestidade e tira do jovem um direito que é dele — o de escolher seu grupo. É melhor expor suas dúvidas e conversar a respeito, para que ele possa, quem sabe, repensar as amizades.

A GREVE DOS PRIVILEGIADOS

Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o teto salarial do Judiciário nos estados e no âmbito federal. A decisão causou chiadeira entre os juizes, visto que muitos deles, em todo o país, recebiam gratificações que faziam com que seus rendimentos ficassem muito acima dos valores estabelecidos. A manifestação mais extremada veio de Minas Gerais, onde os desembargadores do Tribunal de Justiça decretaram greve – e deixaram a população sem seus serviços legais (foto). Foi um mau exemplo vindo de cima: uma greve para resguardar privilégios.

Um professor de tênis sabe que seu pupilo não tem potencial para ser um bom jogador. Ano após ano ele continua cobrando as aulas do garoto. O correto é dizer a verdade, perder o aluno e o dinheiro das aulas?

Depende. Se a criança tem a ilusão de que se tornará tenista profissional, sim, é obrigação dele ser claro a respeito de seu julgamento. Se o aluno só quer se divertir, o professor pode continuar dando as aulas.

Anular o voto na próxima eleição em protesto pela má conduta dos políticos é um procedimento correto?

Pode não funcionar como protesto, mas anular o voto não fere a consciência individual de ninguém. O americano Alasdair MacIntyre, autoridade em

filosofia moral, defendeu o voto nulo na última eleição americana: “Quando nos é oferecida a opção entre duas alternativas políticas intoleráveis, é importante não escolher nenhuma”.

Alguém ouve música em alto volume, mas ainda dentro do limite legal de decibéis para aquela região. O vizinho reclama. Quem tem razão?

Ao contrário do limite alcoólico, o grau de incômodo sonoro deve, sim, ser regulado caso a caso. Quem reclama deve ter suas razões (um bebê recém-nascido em casa, por exemplo).

Recorrer a despachantes para apressar o andamento de documentos é ético?

Esse é um caso em que se está em um limite nebuloso da lei e da ética. A atividade de despachante é legal, mas esses profissionais frequentemente recorrem a propinas e “jeitinhos” que alimentam a máquina da corrupção.

Um casal de amigos adotou uma criança e não pretende revelar que ela não é filho natural. Você sabe que essa omissão pode prejudicar a criança mais tarde. É certo contar a ela sua real situação familiar?

Não. O adotado que descobre a verdade acidentalmente ou por outras pessoas sofre mais do que aquele que recebe a notícia dos pais. O mais correto é convencer o casal de amigos a dizer a verdade quando e como eles quiserem.

Quando a estrada está vazia e não há radar à vista, ultrapassar o limite de velocidade não traz maiores consequências, correto?

O limite de velocidade é imposto justamente para evitar acidentes em circunstâncias imprevistas. Além disso, o desrespeito à lei é desrespeito mesmo quando não há ninguém olhando.

O.k., mas circular no próprio bairro em dias que o rodízio proíbe não coloca ninguém em risco...

Certo, mas a lei é feita para todos e, se todos seguirem essa mesma lógica, o rodízio perderá sua eficácia. Se o rodízio for para conter a poluição, sair de carro é ainda mais errado.

É certo usar uma foto em que você nem parece ter barriga para se propagandear em um site de paquera na internet?

Pela etiqueta da internet, isso não é certo nem errado. É quase uma obrigação. Como 99% das conversas on-line não passam da fase virtual, não há problema algum em se mostrar virtualmente diferente.

66 29 de março, 2006 **veja**

Alguns religiosos americanos dizem que, se Jesus vivesse entre os mortais hoje, jamais dirigiria um utilitário, pois esses carros consomem muito combustível e, por isso, prejudicam todo mundo. É correto ter um carro grande para uso individual?

É permitido pela lei. Pode ser ecologicamente incorreto, mas ninguém deve se sentir mal por isso.

Um médico tem na mesa de cirurgia uma criança que só pode ser salva com uma transfusão de sangue. Os pais proibem a intervenção sob o argumento de que isso vai contra a religião deles. O médico deve fazer a transfusão de sangue e salvar a criança?

Em uma emergência, sim. Ele seria protegido pela lei e pela ética médica. Havendo tempo, deve procurar o amparo legal de um juiz.

Pegar "carona" na rede sem fio de vizinho que seu computador capta é errado?

Sim. O usuário que está pagando pelo serviço terá menos banda disponível para trafegar pela internet.

Um pássaro de comercialização ilegal está exposto em uma feira de animais em condições de

OS DILEMAS DA DIREÇÃO

O trânsito é uma das situações em que os brasileiros mais se defrontam com dilemas éticos — como parar no farol vermelho de madrugada ou andar nos limites de velocidade numa estrada deserta. Uma pesquisa do Ibope sobre ética, divulgada na semana passada, explorou o tema. Setenta e seis por cento dos entrevistados acreditam que os brasileiros tentam corromper o guarda para livrar-se de uma multa sempre que podem. Outros 33% acham que a população costuma fraudar o seguro do carro.

evidentes mau-tratos. É correto desrespeitar a lei, comprar o passare e dar-lhe uma vida melhor?

Não. Da mesma forma que com o tráfico de drogas, é o fato de haver consumidores que alimenta o tráfico cruel de animais silvestres. Sem compradores, ele deixa de existir. O melhor é fazer uma denúncia à polícia.

Se a maioria dos vizinhos se cotiza para pagar um guarda-noturno para o quarteirão, é justo que um morador se recuse a contribuir?

Não. Mesmo que alegue não fazer questão do serviço, ele se beneficiará dele.

AGARRADO AO NEPOTISMO

A recente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de proibir a contratação sem concurso de parentes de juízes nas cortes do país despertou reações naqueles que se agarravam à prática arcaica do nepotismo. O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Benito Figueiredo (foto), foi um personagem emblemático: ele adiou quanto pôde a exoneração de 85 servidores com parentesco com juízes e desembargadores em Salvador.

O carro sofreu batidas fortes, mas foi totalmente recuperado e parece em ótimo estado. Ao vendê-lo, é honesto não dar todos os detalhes sobre a gravidade das batidas?

Não. Omitir esse tipo de informação é inaceitável do ponto de vista ético. Além disso, agindo assim, o antigo proprietário se torna juridicamente acionável em caso de danos futuros consequentes das avarias não relatadas ao comprador.

Vejo que muitos motoristas jogam o toco de cigarro pela janela, em vez de apagá-lo no cinzeiro do carro. Isso é aceitável?

Não. Você jogaria uma bituca no chão de sua própria casa? Pois então não existe desculpa para sujar o chão dos espaços públicos, que são a casa de todos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS; 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

PRAZO FINAL: 25.4.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

PRazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

PRazo FINAL: 28.4.2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

PRazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.

PRAZO FINAL: 1º.5.2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.* (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

**EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fito-genéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

14**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 21, de 2003)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria

do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.*)

(OS Nº 11905/06)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

3-4-2006
Segunda-feira

16:00 – Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Ramez Tebet, proposta pela Deputada Distrital Eliana Pedrosa.

Auditório Petrônio Portela – Anexo II do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 016 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **MILTON LÚCIO FILHO**, matrícula nº 187530, do cargo em comissão, de Especialista em Administração, símbolo AP-01, da Secretaria Especial do Interlegis, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 577 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e dos Processos ns. 005046/06-8 e 005048/06-0,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MARTINIANO PEREIRA CAVALCANTE NETO**, matrícula n.º 188892, de Assessor Técnico para o de Secretário Parlamentar e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior para o Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 578 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 005033/06-3,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 162684, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Valdir Raupp para a Comissão de Educação.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 579 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 005033/06-3,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **VILMAR NATALINO DE LIMA**, matrícula nº 180078, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Valdir Raupp para a Comissão de Educação.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



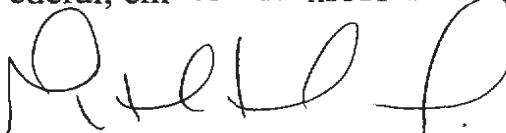
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 580 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **005028/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOÃO GABRIEL BARBOSA RODOPIANO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 189033, de Assessor Técnico para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 581 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **005047/06-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOÃO MACHADO BORGES NETO**, matrícula n.º 179325, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



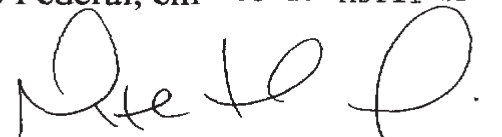
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 582 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005001/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JORDAN SOUZA SILVA**, matrícula n.º 195483, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 30 de março de 2006.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 583 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004994/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FLÁVIO EDUARDO MARQUES AFONSO**, matrícula n.º 191349, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

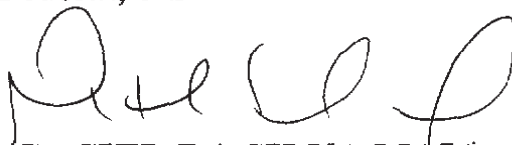

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 584 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005021/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **IRIS DE ARAÚJO REZENDE MACHADO**, matrícula n.º 166409, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 585 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005044/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VANIA ARAUJO MACIEL TASSY**, matrícula n.º 193206, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

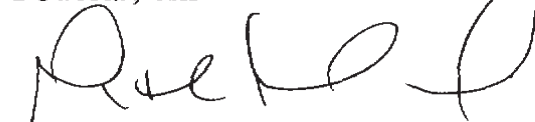
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 586 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005029/06-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LARISSA MISSAGIA MOTTA**, matrícula n.º 184254, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador João Batista Motta, a partir de 31 de março de 2006.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 587 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004993/06-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **THIAGO COELHO VERÇOSA DE MEDEIROS RAPOSO**, matrícula n.º 183780, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, a partir de 30 de março de 2006.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



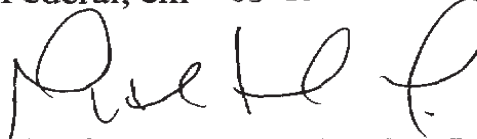
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 588 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005011/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FÁBIO LUIS DOS SANTOS**, matrícula n.º 195239, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 589 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005011/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ETELVINA MARIA SANTOS DE LIMA**, matrícula n.º 166288, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

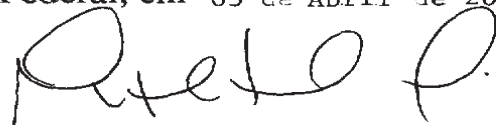

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 590 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005011/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KLISSYA SANTOS DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

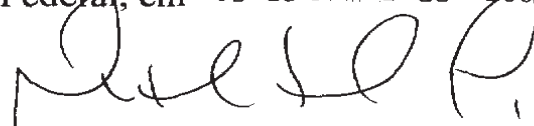

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 591 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005011/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO SÉRGIO SOUZA ROLEMBERG** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 592 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004993/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÔNICA FERREIRA DA SILVA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 593 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.037/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLAVIA SILVEIRA AMARAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



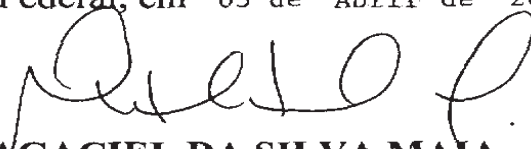
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 594 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005045/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LÚCIA ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 595 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005020/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIANCA MARIA SILVA PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

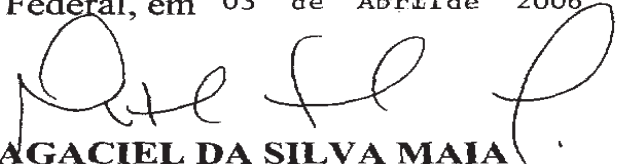

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 596 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.035/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DEBORAH CRISTIANY DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

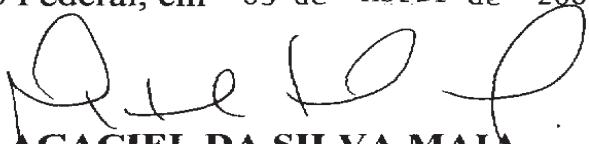

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 597 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.036/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MEIRE MARIA BERNARDES MACHADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006

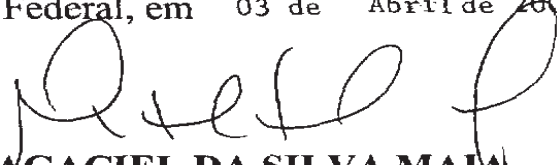

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 598 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.034/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ILAINE ANTUNES DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de Abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 599 , DE 2006**


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 52220, e **AURÉLIO ALVES CALDEIRA**, matrícula nº 23891, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 018326/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de Abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 600 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9, de 1996, e nº 15, de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 005014/06-9,

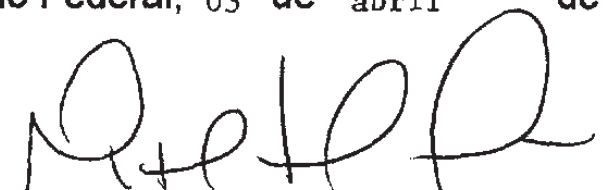
RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída Comissão de Gestores do Contrato nº 018/2006, celebrado com a IPANEMA – Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda., objetivando a prestação de serviços de execução indireta nas áreas de Televisão, Rádio e Jornal da Secretaria Especial de Comunicação Social e outros órgãos do Senado.

Art. 2º - São designados para compor a referida Comissão os servidores ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula nº 37270, CARLOS ALBERTO BELESA SOUZA, matrícula nº 102729, e HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA, matrícula nº 35893, para, sob a presidência do primeiro, gerir o Contrato acima mencionado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago) ⁶			4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS